

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

BRUNA CHRISTINE BROENSTRUP CORRÊA FERNANDES

**REPENSANDO O LUGAR DO LIVRO NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS:
LITERATURA E POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA NA TRAVESSIA DE UM
PAÍS EMERGENTE**

Porto Alegre

2018

BRUNA CHRISTINE BROENSTRUP CORRÊA FERNANDES

**REPENSANDO O LUGAR DO LIVRO NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS:
LITERATURA E POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA NA TRAVESSIA DE UM
PAÍS EMERGENTE**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharela em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. André Reis da Silva

Porto Alegre

2018

CIP - Catalogação na Publicação

Fernandes, Bruna Christine Broenstrup Corrêa
Repensando o lugar do livro nas relações
internacionais: literatura e política externa na
travessia de um país emergente / Bruna Christine
Broenstrup Corrêa Fernandes. -- 2018.
134 f.
Orientador: André Reis da Silva.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) --
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade
de Ciências Econômicas, Curso de Relações
Internacionais, Porto Alegre, BR-RS, 2018.

1. Literatura Brasileira. 2. Política Externa
Brasileira. 3. Diplomacia Cultural. 4. Espaço
literário global. I. Silva, André Reis da, orient.
II. Título.

BRUNA CHRISTINE BROENSTRUP CORRÊA FERNANDES

**REPENSANDO O LUGAR DO LIVRO NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS:
LITERATURA E POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA NA TRAVESSIA DE UM
PAÍS EMERGENTE**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Economia da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharela em Relações Internacionais.

Aprovada em: Porto Alegre, 10 de dezembro de 2018.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. André Reis da Silva – Orientador
UFRGS

Profa. Dra. Verônica Korber Gonçalves
UFRGS

Profa. Dra. Silvia Regina Feraboli
UFRGS

[...] Gente das cercanias, moradores dos subúrbios da história, nós, latino-americanos, somos os comensais não convidados que se enfileiraram à porta dos fundos do Ocidente, os intrusos que chegam à função da modernidade quando as luzes já estão quase apagando - chegamos atrasados em todos os lugares, nascemos quando já era tarde na história, também não temos um passado ou, se o temos, cuspiamos sobre os seus restos; nossos povos ficaram dormindo durante um século, e enquanto dormiam foram roubados - agora estão em farrapos. [...] Não obstante, desde o chamado modernismo de final de século, nestas nossas terras hostis ao pensamento brotaram, aqui e ali, dispersos mas sem interrupção, poetas, prosadores e pintores que são comparáveis aos melhores de outras partes do mundo. Seremos agora, por fim capazes de pensar por nossa própria conta? Poderemos conceber um modelo de desenvolvimento que seja a nossa versão da modernidade? Projetar uma sociedade que não esteja fundamentada na dominação dos outros e que não termine nem nos gelados paraísos policiais do Leste nem nas explosões de náusea e ódio que interrompem o festim do Oeste? (PAZ, 1976, p. 197).

*Quando o português chegou
Debaixo duma bruta chuva
Vestiu o índio
Que pena!
Fosse uma manhã de sol
O índio tinha despido
O português.
(ANDRADE, 1995, p. 224).*

A literatura, seja escrita à mão ou falada ou impressa, nos dá uma segunda chance sobre a realidade. (ACHEBE, 1990, p. 170).

RESUMO

O estudo busca responder quais são as intersecções possíveis entre a literatura e as relações internacionais, e como aquela pode contribuir para este campo de conhecimento. A hipótese é de que a literatura é *inter-nacional*, pois sua dependência à língua torna-a instrumento de poder e de disputa entre escritores e países. Localizando o papel do livro na fundação nacional brasileira, constatou-se que a literatura foi fundamental para os projetos de desenvolvimento nacional, destacando-se os reflexos da Semana de Arte Moderna e do Tropicalismo na projeção internacional do país. Ainda, a literatura permite que os países reconstruam suas trajetórias pela modernidade, dadas as constrictões externas de ordem política e econômica, na medida em que fabrica novos símbolos e identidades. O estudo objetivou, destarte, aproximar a literatura da política externa através do realçamento dos seus fundamentos nacionais, e evidenciar a semelhança das relações político-econômicas internacionais das propriamente literárias. Através do modelo paradigmático desenvolvido por Amado Cervo, procurou-se identificar o lugar do livro em cada um dos quatro paradigmas de política externa brasileira. Identificou-se, assim, que a literatura desempenhou um papel complementar e estratégico aos fundamentos que guiaram o Estado brasileiro ao longo dos séculos XIX, XX e XXI. Portanto, o projeto propôs-se a reforçar a dimensão cultural em sua investigação, mormente a instância literária, na compreensão da construção e da relação das nações modernas. Também foi utilizado o modelo de espaço literário global elaborado por Pascale Casanova, denominado República Mundial das Letras, para a compreensão das relações literárias internacionais. Nelas, estão presentes relações de dominação e subordinação, que ajudam a explicar por que a globalização não foi capaz de gerar um aumento por traduções que implicasse em heterogeneidade cultural, e sim no prevaecimento das hierarquias linguísticas. Por fim, utilizou-se ampla revisão de literatura e apostou-se em interconexões entre diferentes teóricos para reforçar os vínculos entre as relações internacionais políticas das literárias, bem como as contribuições da Literatura ao campo propriamente dito das Relações Internacionais. Por fim, fez-se uso da análise de discurso de trechos literários, discursos de figuras políticas e de entrevistas.

Palavras-chave: Literatura Brasileira. Política Externa Brasileira. Diplomacia Cultural. Espaço literário global.

ABSTRACT

The study seeks to answer which are the possible intersections between literature and international relations, and how that can contribute to this field of knowledge. Our hypothesis is that literature is *inter-national*, because its dependence on language makes it an instrument of power and dispute between writers and countries. Locating the role of the book in Brazil's national foundation, we verified that literature was fundamental for projects of national development, highlighting the reflections of the Week of Modern Art and Tropicalism in the international projection of the country. Yet, literature allows countries to reconstruct their trajectories in modernity, given the external constraints of political and economic order, as it produces new symbols and identities. The study aimed, therefore, to bring literature closer to foreign policy through the enhancement of its national foundations, and to show the similarity of the international political-economic relations to the literary ones. Through the paradigmatic model developed by Amado Cervo, we tried to investigate the place of the book in each of the four paradigms of Brazilian foreign policy. It was identified, thereby, that literature played a complementary and strategic role for the foundations that guided the Brazilian State throughout the XIX, XX and XXI centuries. Thus, this project has proposed to reinforce cultural dimensions in its investigation, mainly the literary instance, in the understanding of the construction and the relationships between the modern nations. We also used the global literary space model elaborated by Pascale Casanova, called the World Republic of Letters, for the understanding of international literary relations. In them, relations of domination and subordination are present, which help to explain why globalization has not been able to generate an increase in translations that imply cultural heterogeneity, but in the prevalence of linguistic hierarchies. Finally, a broad literature review was used, as well as interconnections between different theorists, to reinforce the links between the international political relations to the literary ones, as well as the contributions of literature to the field of International Relations. Finally, we employed discourse analysis of literary passages, speeches from political figures, and interviews.

Keywords: Brazilian Literature. Brazilian Foreign Policy. Cultural Diplomacy. Global Literary Space.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – As principais feiras literárias internacionais	112
---	-----

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	10
2 FUNDAMENTOS NACIONAIS DA LITERATURA.....	15
2.1 A RELAÇÃO ENTRE LITERATURA, IDENTIDADE NACIONAL E POLÍTICA EXTERNA	17
2.2 MOVIMENTOS CULTURAIS DE GRANDE ALCANCE: A SEMANA DE ARTE MODERNA (1922) E O MOVIMENTO TROPICALISTA (1967)	31
2.3 FORJANDO A IMAGEM BRASILEIRA NO EXTERIOR: A TRAVESSIA DO PAÍS EMERGENTE	39
3 O LUGAR DO LIVRO NOS PARADIGMAS DE POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA.....	47
3.1. LITERATURA BRASILEIRA E IDENTIDADE NACIONAL DURANTE A VIGÊNCIA DO PARADIGMA LIBERAL-CONSERVADOR (1808-1930)	49
3.2. O PARADIGMA NACIONAL-DESENVOLVIMENTISTA (1930-1990): O ESTADO COMO AGENTE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO.....	56
3.3 O PARADIGMA NEOLIBERAL (1990-2002): O INVESTIMENTO PRIVADO SOBRE A CULTURA.....	65
3.4. O LIVRO NO GOVERNO LUÍS INÁCIO LULA DA SILVA (2003-2010): O NOVO PROJETO DE DESENVOLVIMENTO NACIONAL DO ESTADO LOGÍSTICO	70
4 RELAÇÕES INTERNACIONAIS E O ESPAÇO LITERÁRIO GLOBAL.....	77
4.1. AS ESPECIFICIDADES LITERÁRIAS DO ESPAÇO INTERNACIONAL: PASCALE CASANOVA E A REPÚBLICA MUNDIAL DAS LETRAS.....	79
4.2. A MUNDIALIZAÇÃO DA LÍNGUA PELO VIÉS DA TRADUÇÃO LITERÁRIA ..	105
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	114
REFERÊNCIAS.....	117
APÊNDICE	129
ANEXOS	131

1 INTRODUÇÃO

A literatura pode ser pensada em termos estritamente literários, mas devemos ter em mente que ela também é um instrumento político, na medida em que se constitui vinculada à língua de um país e reflete na construção e corroboração de valores e mitologias constituidoras da identidade nacional. Ainda, as desigualdades presentes nas relações literárias internacionais são responsáveis por instigar escritores a desempenharem papéis políticos, principalmente no que tange à validação da sua voz. Afinal, o sistema mundial literário configura-se como uma rede de fluxos cada vez mais intrincada e interdependente, na qual países descentrados articulam-se entre si para questionar hegemonias e coordenar ações literárias. Por buscarem maior capital literário e operarem revoltas e revoluções estéticas, os escritores são importantes no processo de fundação (e refundação) nacional, principalmente em espaços literários descentrados:

Um traço saliente das literaturas latino americanas é o cunho militante do escritor, levado com frequência a participar da vida política e dos movimentos sociais, em boa parte porque as condições do meio o empurram neste sentido. Isto produz duas consequências. A primeira é que a atividade intelectual se torna em si mesma, pelo simples fato de existir, um ato de participação, por vezes quase de militância, na medida em que é uma afirmação de cultura em meios pouco desenvolvidos culturalmente; de modo que a produção intelectual, em particular a literária, se torna (numa perspectiva "ilustrada" que vem de longe) contribuição para construir a nação, dando-lhe um timbre de grandeza. A segunda consequência é que o intelectual tende com frequência a se politizar no sentido estrito, mais do que nos países cuja sociedade e cultura estão sedimentados de longa data, como na Europa, ou nos países que transpuseram com mais fidelidade os padrões metropolitanos, como os Estados Unidos. (CANDIDO, 2001, p. 264).

À medida que os diferentes campos literários se aproximam através da internacionalização, a globalização das relações literárias, processo denominado literatura-mundo, mostra-se cada vez mais impresso na contemporaneidade. O modelo de espaço literário elaborado por Pascale Casanova (2002), a República Mundial das Letras, configura-se como um sistema literário policêntrico ou em transição de poder, uma vez que diferentes centros literários disputam entre si a influência estética global. Concomitantemente à globalização político-econômica, que logrou consagrar o poderio estadunidense desde 1980, a hegemonia estética parisiense passou a ser ameaçada pela influência de novas capitais literárias, como Barcelona, Frankfurt, Londres, Nova York e Roma. A relativa dependência do espaço literário às relações político-econômicas internacionais reforça, portanto, a influência que a literatura exerce sobre o comportamento dos países e seu vínculo constitutivo

à política interna e externa de um país, daí a relevância de se pensar o lugar do livro nas relações internacionais do século XXI.

Por ser capaz de oferecer uma segunda chance na elaboração de patrimônio cultural, ou seja, por possibilitar a construção de narrativas próprias, a literatura mostra-se especialmente importante para países dominados e explorados no passado. Evidentemente, a literatura descentrada enfrenta desafios por ser desprestigiada quando não assimila a estética vigente, a qual emana dos centros de poder. No entanto, pode-se considerar promissora a produção literária nacional no que tange à emancipação espiritual de nações tardiamente descolonizadas. Ainda que a literatura não seja o bastante para alterar a dependência estrutural presente nas relações político-econômicas internacionais, ela é fundamental à reconstrução da identidade nacional e à tomada de novos caminhos; em outras palavras, ainda que ela sozinha não liberte um país da condição de exploração, tampouco uma nação pode se considerar independente sem uma literatura própria (CASANOVA, 2002).

Acerca da história de dependência ou de domínio de uns países sobre outros, Ribeiro (1989) reflete que esse é um entrave importante na promoção da cultura no exterior. Segundo o autor, antigas metrópoles têm uma vantagem sobre os demais países: o enraizamento da valorização da sua própria cultura, corroborada pelo tempo, que a legitima, e pela sua influência sobre terceiros. Países que foram colonizados apresentam até hoje grande dificuldade em impulsionar o seu idioma (muitas vezes porque ele foi parcial ou totalmente alterado pela imposição do idioma da metrópole) e sua literatura é desprestigiada pelo mercado, o que leva ao desestímulo da promoção cultural no exterior. É por isso que teóricos pós-coloniais prestam significativa contribuição para o entendimento das relações internacionais contemporâneas, sejam elas políticas ou literárias, uma vez que estudam o prevalecimento das narrativas ocidentais, europeias e hegemônicas sobre a representação das identidades descentradas. A análise foucaultiana sobre o poder por trás dos discursos também é utilizada neste trabalho para explicar a luta política constituidora do espaço literário global, marcada pelo esforço de determinados países em situação de desvantagem (geográfica, política, estética) para se consagrarem e obterem reconhecimento – em outras palavras, para fortalecerem o próprio discurso pela assimilação ou contestação dos centros de poder.

Além disso, o contexto da descolonização foi fundamental para o surgimento da política linguística como estudo científico - o que significa dizer, portanto, que a língua passou a ser entendida como corpo simbólico-político importante - e a consolidação dos estudos pós-coloniais contribuiu, em última análise, para o estudo da representação das identidades flageladas pela expansão capitalista. A revolução tecnológica e a globalização

tornaram ainda maiores as assimetrias entre países do Sul e do Norte. Assim sendo, analisar as relações internacionais literárias contemporâneas e investigar o papel do livro na política externa de um país emergente como o Brasil, que está realizando a sua travessia incerta pelo século XXI, significa refletir sobre a geopolítica das línguas, a desigualdade da distribuição de recursos no sistema internacional, as rivalidades literárias e as coordenações políticas, bem como o papel consagratório de instâncias literárias transnacionais e a articulação entre crença, capital simbólico e discurso.

Como a literatura opera sob uma lógica dialógica e o espaço literário internacional tende à unificação, a história da literatura mundial é intrinsecamente estruturada por relações entre Estados-nações. O vínculo da literatura com as instâncias políticas durante o estabelecimento do nacionalismo - do Estado e da identidade nacional - é de fundamental importância para que possamos compreender como começa a se construir o lugar do livro na política externa de um país, ao mesmo tempo em que esse lugar é dado levando-se em conta a posição de outros Estados e a necessidade de diferenciar-se através da composição de um patrimônio literário próprio.

A literatura segue tendo um vínculo político com os projetos de desenvolvimento nacional, na medida em que é instrumentalizada pela sociedade e pelo Estado para a consecução de recursos e estratégias materiais e simbólicos - materiais no sentido da própria internacionalização do mercado editorial e na sua reversão econômica, e simbólicos pelo ganho de prestígio através da conquista de literariedade, capital linguístico e zonas de influência pela imagem de prestígio pela literatura e/ou pela língua. Operando em múltiplas esferas, o livro foi eixo fundamental da diplomacia cultural do paradigma liberal-conservador (1808-1930) para a obtenção de prestígio no exterior por parte de uma nação brasileira recentemente descolonizada, e durante a fase do paradigma logístico (2003-2010) mostrou-se estratégico para a difusão do idioma brasileiro, para a formulação da política externa, para a criação de zonas de influência e aproximação com países lusófonos, bem como para a ampliação de estratégias de políticas culturais de internacionalização.

Destarte, o presente trabalho realiza uma ampla revisão bibliográfica, além da análise de discurso (de trechos literários, discursos de figuras políticas e trechos de entrevista), a fim de compreender quais são os aspectos político-econômicos da literatura que fundamentam o seu vínculo com a política externa e com as relações internacionais. Os principais suportes teóricos utilizados são o enfoque paradigmático de Amado Cervo (2003; 2008), devido a sua abrangência temporal, mais adequada para o estudo de fenômenos culturais complexos, e o modelo de República Mundial das Letras (ou espaço literário mundial) elaborado por Pascale

Casanova (2002), que permite a investigação do lugar da literatura na história das relações internacionais.

A hipótese deste estudo é de que a literatura é um veículo primordial para as relações internacionais - sendo ela mesma *inter-nacional* - pela sua dependência à língua, instrumento de poder e de disputa entre escritores e países. Acredita-se que, ao longo da análise da relação entre literatura e política externa, a língua enquanto instrumento de emancipação política ou então como meio estratégico para a difusão da imagem de prestígio, da cultura e do poder nacional evidenciarão a hipótese levantada. Ademais, conforme explicitado por Casanova (2002), a revolução vernacular corresponde à primeira fase de formação do sistema literário internacional, além do fato deste ser marcado pela assimetria de línguas dotadas de mais literariedade (e, portanto, recursos e poder) que outras.

O objetivo geral do projeto é evidenciar os vínculos da literatura com a política externa e, mormente, com as relações internacionais, considerando a geopolítica das línguas e a distribuição de poder no sistema internacional. Para isso, serão abordados teóricos como Antonio Candido (1959; 1999; 2001; 2002), Mário de Andrade (1974; 1982; 1987), Silviano Santiago (1978; 2008; 2016) e Haroldo de Campos (1981), que oferecem uma visão lúcida sobre a formação da literatura brasileira e a reinvenção da identidade nacional, com toda a sua implicação política. Para a análise macroscópica e estrutural das relações de poder, ou especificamente as relações internacionais, serão utilizados também teóricos como Fernand Braudel (1970; 1987), Homi Bhabha (1990; 1994; 1998), Edward Said (1999), Aníbal Quijano (2009), dentre outros. Ainda, reforça-se as teses levantadas por Cervo (2003; 2008) e Casanova (2002) com as ideias de saber-poder de Foucault (1979; 1996), de literatura menor de Deleuze (1978) e Derrida (1997), de capital simbólico e cultural de Bourdieu (1998; 2007; 2013), e de teóricos culturalistas e pós-colonialistas. Através desse amplo suporte teórico, buscar-se-á o apontamento, no espaço literário esboçado por Pascale Casanova (2002), de um centro hegemônico marcado pelo exercício não-linear de poder, e por noções de simbologia e crença, que corroboram mitos de superioridade e poder, e impõem desafios às identidades nacionais. Empreende-se, dessa forma, uma leitura dialógica com teorias que se comunicam - ou podem comunicar-se - com o campo das Relações Internacionais. A potência de tais interconexões corrobora o objetivo geral do trabalho e ajuda a responder o problema de pesquisa.

No que tange às razões acadêmicas, esta pesquisa pretende contribuir para as discussões sobre os estudos da influência da Literatura nas Relações Internacionais, servindo de bibliografia de suporte para outros pesquisadores - oxalá encorajados a se debruçar sobre o

tema em um futuro próximo mais promissor às discussões de cultura e política externa. Além disso, acredita-se que a importância da Literatura para as Relações Internacionais ainda não seja clara para a maioria das pessoas, especialmente porque a dimensão cultural do campo é marginalizada ou pouco entendida. Com base nos teóricos utilizados, os quais utilizam todos fortemente a cultura como instrumento de análise, procura-se reforçar a importância desta para o estudo das relações internacionais, fortemente marcadas pelo privilégio concedido à instância econômica e política, estritamente - muitas vezes pensadas como desvinculadas da instância cultural, ou então muitas vezes pensadas como se a instância cultural fosse menos importante para si. Nesse sentido, pretende-se expor a importância da dimensão cultural na política externa e evidenciar a forma como o Estado brasileiro utiliza a literatura para inserir-se estrategicamente no cenário internacional.

Há muitas formas possíveis de cooperação e interdependência entre as nações. Usualmente, tais formas baseiam-se em interesses econômicos mútuos, comércio e razões estratégicas e geopolíticas. Apesar do papel central ocupado por tais dimensões – por razões bastante compreensíveis – parece-me vital “investir” naquilo que poderia ser designado como um “padrão de interdependência imaterial”, baseado em programas e ações no campo da cultura, da arte e do pensamento. No campo, para ser mais preciso, da literatura, que reúne e exige como condição de possibilidade todas aquelas dimensões (LESSA, 2014).

O estudo é dividido em três partes, além da introdução e da conclusão: a primeira busca situar o livro na fundação nacional brasileira, evidenciando a relação histórica entre língua, literatura e política externa. A segunda, por sua vez, reflete sobre a posição da literatura nos paradigmas de política externa brasileiros, nos quais se trabalha com a quarta dimensão de relações internacionais e evidencia-se as estratégias estatais relacionadas ao livro e ao idioma brasileiro. A terceira e última parte analisa o espaço literário internacional e a mundialização literária sob a lógica das traduções.

2 FUNDAMENTOS NACIONAIS DA LITERATURA

Antes dos portugueses descobrirem o Brasil, o Brasil tinha descoberto a felicidade. (ANDRADE, 1995, p. 51).

Por meio de seu vínculo constitutivo com a língua - sempre nacional porque necessariamente "nacionalizada", isto é, apropriada pelas instâncias nacionais como símbolo de identidade -, o patrimônio literário está ligado às instâncias nacionais. Sendo a língua ao mesmo tempo um problema de Estado (língua nacional, portanto objeto político) e "material" literário, a concentração de recursos literários produz-se necessariamente, pelo menos na fase de fundação, dentro dos limites nacionais: língua e literatura foram ambas utilizadas como fundamentos da "razão política", uma contribuindo para o enobrecimento da outra. (CASANOVA, 2002, p. 53).

Para Casanova (2002), o Estado e a literatura contribuem-se mutuamente através da língua, que serve como o intermediário de reforço dessa ligação. Em seu processo de formação, o Estado nacional constrói-se para diferenciar-se de outros Estados¹, de modo que a elaboração de uma literatura própria assume a funcionalidade de imprimir originalidade e identidade para a unidade política nascente. A autora estabelece, portanto, que a literatura nacional não emana de uma identidade nacional, senão das rivalidades políticas entre países e das próprias lutas literárias que, com "suas recusas, manifestos, revoluções e desvios" (CASANOVA, 2002, p. 26), estão relacionadas a movimentos de contestação à estética universal: "por sua dependência estrutural, o espaço literário mundial constrói-se também por meio das rivalidades internacionais inseparavelmente literárias e políticas" (CASANOVA, 2002, p. 55). No caso brasileiro, seria através da elaboração de uma literatura própria, e não pela diferenciação idiomática, que o Brasil se afirmaria como nação emancipada. Através do Romantismo, o tratamento das particularidades brasileiras significou o triunfo da literatura nacional (CÂNDIDO, 2002). A partir de então, surgiu "[...] a noção de que no Brasil havia uma produção literária com características próprias, que agora seria definida e descrita como justificativa da reivindicação de autonomia espiritual" (CÂNDIDO, 2002, p. 20).

Dessa forma, a identidade nacional é formulada, ela sim, pela literatura e outras vertentes das práticas culturais que se estabeleceram ao longo da história. A elaboração de mitos fundadores, como será explorado à guisa das teorias culturalistas ao longo desta seção, servem como discursos promovedores de coesão nacional, operacionalizados para fornecer explicações norteadoras sobre o caráter da nação. Tais discursos são formulados através da revisão dos acontecimentos históricos (instância realista), mas também pela literatura,

¹ Seja através da formação das nações europeias ou mesmo dos movimentos de descolonização no século XIX e XX, fica claro que o Estado pode e deve ser pensado como um agente intrinsecamente internacional, na medida que sua fundação dá-se em relação a outros.

instância criativa, capaz de preencher lacunas e inventar o que a realidade não fornece. Assim, a literatura também pode funcionar como uma fábrica de idealizações, capaz de elaborar mitologias próprias, narrativas épicas e românticas que auxiliam a formação da identidade nacional. Na presente seção e também na próxima, será analisado como determinadas obras e vertentes literárias brasileiras serviram para inspirar e legitimar novas identidades nacionais e projetos de desenvolvimento, instrumentalizadas por movimentos sociais e regimes políticos, refletindo-se então na política externa (pelo conceito de antropofagia e ideia de Brasil multirracial, por exemplo).

A trajetória de um país também pode ser repensada e reformulada diversas vezes, cabendo à literatura um papel importante nesse processo. O Movimento Modernista e o Tropicalismo foram dois momentos históricos em que se buscou construir ou então reforçar a identidade brasileira, em resposta ao imperialismo cultural (da Europa e dos Estados Unidos, respectivamente). A denúncia social, econômica e política desses movimentos se pretendia dialógica, na medida em que era impossível pensar na cultura nacional como parte separada do estrangeiro. Assim, verificou-se o papel ocupado pelo Brasil no sistema internacional e as condições interdependentes do seu atraso (havia periferia porque havia centro). Como afirma Casanova (2012), o nacionalismo vinculado à literatura é uma forma dos países dominados lutarem contra a dominação no espaço internacional literário, e é, portanto, intrinsecamente refletido nas relações internacionais. A forma encontrada por um Estado de fazer valer o seu capital literário, projetando-se no exterior para aderir ou contestar as desigualdades do espaço literário, pode ser lida como a política externa nacional no que tange à literatura. Assim, em meio a um sistema de literatura-mundo, pode-se refletir sobre a trajetória do Brasil enquanto país emergente no século XXI, atribuindo à literatura o papel de possibilitadora de novos caminhos e recomeços, posto que fabrica símbolos e novas identidades.

A presente seção objetiva, assim, refletir teoricamente, e à guisa de exemplos, sobre os vínculos possíveis da literatura com a política externa. Defende-se que tal relação passa pela identidade nacional (a elaboração de uma imagem interna), e reverbera através da diplomacia cultural como elaboração de uma imagem externa. Esses movimentos, no entanto, não devem ser pensados separadamente, pois são dialéticos. A projeção externa é limitada pelas estruturas desiguais, antagônicas e hierárquicas do sistema internacional e reflete, com o tempo, sobre a identidade nacional. Da mesma forma, a identidade nacional pode ser pensada como a acomodação (em uma unidade relativamente coesa) das novas percepções, anseios, fantasias e objetivos de determinada nação frente ao quadro de dependência estrutural.

Também proporciona um ensaio para nova afirmação frente às constrações externas, inseridas em um contexto de desigualdade.

2.1 A RELAÇÃO ENTRE LITERATURA, IDENTIDADE NACIONAL E POLÍTICA EXTERNA

Uma vez independentes das metrópoles ibéricas, os países latino-americanos enfrentavam o problema de se independizarem também mentalmente, diferenciando-se dos centros europeus através da criação de novos valores e de uma cultura própria. Mas isso só seria possível com um projeto nacional sólido, proveniente de um pacto social que rascunhasse uma identidade coletiva sobre a qual se pudesse estabelecer um recomeço. A busca por uma maior autonomia cultural é justamente a tarefa sobre a qual os artistas românticos, principalmente os escritores, vão se dedicar: segundo Ricupero (2004), incidirá sobre eles a tarefa de criar símbolos viabilizadores da identificação nacional, de modo que também serão eles os construtores da nova nação². Durante esse processo, evidencia-se a formação e uma crítica literária nacional e a preocupação sobre o aspecto diferenciador da literatura brasileira em relação à da metrópole, haja vista o compartilhamento do mesmo idioma. Casanova (2002) reflete sobre a importância da diferenciação linguística no processo de surgimento das principais nações europeias, que passou a ser incorporada pela literatura nascente. A reflexão que se pode fazer sobre Estados que passaram por processos de descolonização - e, portanto, compartilham o mesmo idioma com as suas antigas metrópoles - é que a fundação nacional se vincula, então, duplamente à literatura: cabe a ela articular uma diferenciação própria, ainda mais original, reafirmando o idioma para si e apostando na elaboração de particularismos como método verdadeiramente emancipatório. Em outras palavras, a emancipação literária dá-se pela exacerbação das diferenças:

O primeiro Romantismo, marcado pelo compromisso e os meios-tons, teve entre outros méritos o de fundar a crítica literária no Brasil, tomando como ponto de referência a discussão do problema da autonomia. Havia de fato uma literatura brasileira? Seria ela distinta da portuguesa? A polêmica e as hesitações prolongaram-se até tarde, havendo alguns que afirmavam a impossibilidade de haver duas literaturas dentro da mesma língua; outros adotavam critério puramente histórico, ou mesmo político, afirmando que a partir da Independência a literatura praticada no Brasil se tornou distinta da portuguesa; os mais radicais, que acabaram prevalecendo, eram no caso os esteticamente moderados românticos iniciais, que achavam que no Brasil sempre houvera uma literatura própria, embora menos nitidamente

² Daí boa parte dos artistas românticos exercerem ao mesmo tempo cargos políticos e trabalharem como escritores. Ricupero (2004) cita o caso argentino, no qual Bartolomé Mitre e Domingos Sarmiento chegaram à presidência e eram ambos literatos.

caracterizada antes da renovação que propuseram. Isso gerou como pressuposto a necessidade de saber o que era essa literatura e de reunir os seus produtos, problema quase patético, que preocupou toda uma geração. (CANDIDO, 2002, p. 32).

Portanto, ao procurar escrever sobre coisas locais, o Romantismo brasileiro foi sobretudo nacionalista (CANDIDO, 2002). A narrativa ficcional em prosa foi a maneira mais acessível de oferecer verossimilhança ao retrato da realidade brasileira, aproximando o texto da experiência pessoal do leitor (CANDIDO, 2002):

O que mais atraiu o leitor daquele tempo em matéria de romance parece ter sido o de costumes, no qual ele encontrava a vida de todo o dia, sem prejuízo dos lances romanescos que eram então indispensáveis. O brasileiro parecia gostar de ver descritos os lugares, os hábitos, o tipo de gente cuja realidade podia aferir, e que por isso lhe davam a sensação alentadora de que o seu país podia ser promovido à esfera atraente da arte literária. (CANDIDO, 2002, p. 41).

Por causa disso, Candido (1999) afirma que, durante a formação nacional dos países latino-americanos, a literatura foi veículo de legitimidade ao conhecimento da realidade local. Como exemplos brasileiros, o autor cita dois intérpretes nacionais - Euclides da Cunha e Gilberto Freyre, refletindo que no final do século XIX e no começo do século XX, a literatura brasileira era capaz de transbordar a outros domínios científicos, associando-se à história, política e sociologia. O estudioso também avalia a coincidência cronológica do florescimento do Romantismo com os movimentos de independência da América Latina (iniciados na segunda metade do século XVIII), cujo retrato humano com a natureza passa a questionar as relações sociais e rompe com velhas tradições, abrindo espaço para "a era das utopias sociais modernas" (CANDIDO, 1999, p. 107).

Assim, o Romantismo enquadrou e fortaleceu ideologias durante os movimentos independentistas latino-americanos, desde a esfera simbólica (forma) até a esfera literal (conteúdo). Explica-se: em seu conteúdo, o movimento artístico navegava contra o princípio vigente da unificação de estilo literário, que impunha obediência a normas de escrita, como se houvesse mesmo algo exterior à obra que devesse ser respeitado (simbolicamente, uma Metrópole). Assim, a rejeição da tradição parnasiana, que se propunha a discutir somente questões tidas como universais, significou um primeiro passo para a libertação espiritual brasileira. Daí coube elaborar uma literatura que refletisse o cotidiano social, político e econômico do país, compondo pouco a pouco a originalidade brasileira. Haja vista a impossibilidade de diferenciação da metrópole através da língua, o Romantismo foi fundamental para que o Brasil pudesse aplicar inovações estéticas e linguísticas emancipatórias.

Nesse ínterim, o romance triunfou como gênero literário e o gosto pela inovação linguística passou a ser regra: seguindo-se desse experimentalismo, houve a superação da comunicação pela linguagem, na medida em que a validade do texto passou a depender mais da sua lógica interna, não referencial mas semântica. Candido (1999), no entanto, explica que no caso das literaturas latino-americanas, houve um grande esforço durante o Romantismo em situar o espaço físico e social, mas que não há nisso contradição: o movimento romântico germinou lentamente nos trópicos e só iria desencadear uma consolidada reação de negação ao discurso, tal como na vertente europeia, no século XX. Cabe aqui refletir que as estéticas do Romantismo foram adaptadas às particularidades latino-americanas, inclusive no que toca à manipulação da linguagem literária, porque coincidindo com os processos de independência política, a corroboração da língua nacional - *e não a sua destruição* - favorecia o sentimento de identidade nacional e o próprio nacionalismo³. Esses elementos de deslumbramento e de autorreflexão, característicos de uma nação jovem querendo diferenciar-se da antiga metrópole, compreendiam a aproximação dos seus habitantes originários, o estudo da sua fisionomia e dos costumes das diversas regiões do país - e a tudo isso vinculava-se a língua nacional e os diferentes dialetos a serem descobertos, daí "o desejo de dar dimensão literária aos falares regionais" (CANDIDO, 1999, p. 109).

Em 1850, o Romantismo atingiu a sua fase mais nacional, tornando a figura do índio parte fundamental de sua poética (CANDIDO, 2002)⁴. Essa particularidade oferecia a chance de distinção em relação à literatura estrangeira, e refletiu-se em inúmeras apropriações da estética indígena, desde o seu tratamento mais romântico (o índio representado como um herói de valores nobres e brancos) até o mais selvagem (o índio guerreiro, bruto, caçador, desprovido de humanidade e perigoso). As obras da fase indianista não corresponderam a um retrato etnográfico das comunidades indígenas brasileiras: em sua maioria, construíram a partir delas imagens arbitrárias, deformações cavalheirescas do índio, que permitiam recolher da particularidade da realidade brasileira sentimentos comuns a todos os homens (CANDIDO, 2002).

³ Candido (1999) também levanta outra interessante reflexão em seu ensaio, sobre a real possibilidade de superação, dentro da tendência cosmopolita, dos particularismos em países nos quais ainda subsistem áreas consideráveis de particularismo essencial nos costumes, na fala e nas crenças, como é o caso dos países da América Latina.

⁴ O negro também passou a ser retratado na literatura romântica, principalmente em 1860 e 1870. Candido (2002) explica que o avultamento do tema nessa fase suscitou de uma tomada de posição abolicionista, aumentada depois da Guerra do Paraguai. No entanto, a figura indígena foi retratada com mais força pela sua desvinculação com a escravidão.

A função do índio romântico foi, portanto, significativa durante algum tempo e extravasou do campo da literatura. Já inexistente havia muito nas regiões civilizadas, ele se tornou imagem ideal e permitiu a identificação do brasileiro com o sonho de originalidade e de passado honroso, além de contribuir para reforçar o sentimento de unidade nacional, sendo, como era, algo acima da particularidade de cada região. Serviu ainda, como escreveu Roger Bastide, de álibi para conceituar de maneira confortadora a mestiçagem, que lhe foi atribuída estrategicamente. A mestiçagem com o negro, mais presente e abundante nas regiões povoadas, era considerada humilhante em virtude da escravidão. O indianismo proporcionou deste modo um antepassado mítico, que lisonjeava por causa das virtudes convencionais que lhe eram arbitrariamente atribuídas, inclusive pela assimilação ao cavaleiro medieval, tão em voga na literatura romântica. (CANDIDO, 2002, p. 89).

Vertente do romantismo, a literatura regionalista também foi uma corrente literária associada ao nacionalismo e teve fundamental importância sócio-política no século XIX, na medida em que permitiu a apresentação da realidade linguística e o retrato social de determinadas regiões do Brasil para leitores locais e não-locais. Ainda, de maneira mais abrangente, ela serviu para que os brasileiros pudessem descobrir o seu país através da ficção.

Ao localizar o trecho numa zona remota, descrevendo os seus costumes e a sua paisagem, o escritor parecia estar revelando a realidade aos leitores. Isso o fazia sentir-se mais brasileiro, e ser brasileiro, ser diferente através da literatura, era o principal critério de valor no quadro da jovem nação que afirmava a própria identidade. Nesses casos, o regionalismo aparece como triunfo do particular, concebido à maneira de referência externa que justifica e dá sentido, tanto ao texto quanto à função do escritor. [...] Numa fase de intensa urbanização, como foram o fim do século XIX e o começo do século XX, esses autores [que se preocupam em reforçar o elemento documentário, sobretudo linguístico] parecem pressupor um leitor urbano que, para reforçar a sua qualidade, contempla ludicamente a vida rural como quem aprecia o contraste reconfortante de um quadro pitoresco, e (felizmente) diferente. (CANDIDO, 1999, p. 110-11).

A acessibilidade da literatura romântica possibilitou a sua popularização entre diferentes camadas sociais, que até então não se expressavam eruditamente. Por isso, reflete Candido (2002), "ela contribuiu para a ideia que o brasileiro ia formando de si mesmo, ou seja, para o sentimento de identidade, por meio de mecanismos que ampliaram e tornaram mais comunicativa a mensagem" (CANDIDO, 2002, p. 95). Concomitantemente, ajudou a espalhar a crença na originalidade da produção literária. Para o autor, o relacionamento do Romantismo brasileiro com as matrizes europeias poderia ser explicado através de três processos, implícitos nos textos: *transposição*, *substituição* e *invenção*. O primeiro consistia em adequar elementos estrangeiros ao contexto nacional, incorporando as partes do patrimônio universal que iam de encontro às suas raízes, e fazendo com que o leitor sentisse como suas as "expressões, concepções, lendas, imagens, situações ficcionais [e] estilos das literaturas europeias" (CANDIDO, 2002, p. 96). A substituição era um processo de reafirmação das particularidades nacionais, na qual o escritor mantinha o molde da

composição, mas alterava elementos do seu conteúdo, substituindo terminologias estrangeiras por variantes locais - "o cavaleiro pelo índio, o fidalgo pelo fazendeiro, o torneio pela vaquejada" (CANDIDO, 2002, p. 98). Por fim, a invenção se dava quando criavam-se variantes originais do patrimônio europeu, consistindo numa inventividade orgânica que contudo não apagava o laço de dependência.

Estas indicações permitem compreender certas ilusões do nacionalismo romântico, cujo programa era demonstrar a autonomia e originalidade da literatura brasileira, menores na verdade do que alegavam as formulações. Mas naquele momento de independência recente era estrategicamente oportuno minimizar o vínculo com as literaturas matrizes, mesmo sendo preciso usar para isso uma espécie de farisaísmo patriótico, pois os escritores continuavam normalmente imitando e citando os modelos europeus, assim como as modas passavam de lá para cá. É preciso distinguir, portanto, as afirmações programáticas e a realidade estética, para perceber que o nacionalismo romântico foi historicamente importante, mas tinha muito de ilusório. [...] Foi, portanto, por meio de empréstimos ininterruptos que nos formamos, definimos a nossa diferença relativa e conquistamos consciência própria. Os mecanismos de adaptação, as maneiras pelas quais as influências foram definidas e incorporadas é que constituem a "originalidade", que no caso é a maneira de incluir em contexto novo os elementos que vêm de outro. (CANDIDO, 2002, p. 99-101).

A partir da segunda metade do século XIX, portanto, diversos grupos de intelectuais brasileiros, notadamente escritores e críticos literários, passaram a manifestar interesse pela construção de uma nova identidade nacional que refletisse os ideais republicanos em ascensão e possibilitasse a modernização do país. Ainda que as interpretações fossem diversas, a chamada Geração de 1870 pensava a realidade brasileira como parte de um concerto cultural estrangeiro (CASTRO, 2012), de modo que o nacionalismo característico das reflexões intelectuais do período estava, ao mesmo tempo, vinculado à tentativa de conservação da herança iluminista europeia, considerada progressista e civilizada. Ainda que houvesse entre os pensadores estreita correlação entre literatura e nacionalidade, nenhum deles admitia que o Brasil já tivesse logrado literatura própria (SKIDMORE, 1974): desejavam provar que o país era um adequado posto da civilização europeia, e para isso fazia-se necessária a adequação estética aos moldes universais, ou seja, europeus. O Romantismo brasileiro foi uma tentativa de adaptar-se a esses padrões, mas também adaptá-los à realidade local.

É válido acrescentar que os aspectos literários da gênese da nação brasileira estiveram relacionados a uma já formada República das Letras (CASANOVA, 2002), com capital literária em Paris. A elaboração da identidade nacional passou, portanto, por uma realidade de transnacionalização da cultura. Os livros clássicos europeus, passados os processos de fundação nacional no continente, tornaram-se a própria definição do valor de uma obra, a "unidade de medida específica" (CASANOVA, 2002, p. 30) das literaturas subjacentes.

Assim, a distância das nações descolonizadas em relação aos centros culturais europeus significava de antemão dificuldades em afirmar o valor da sua literatura e, não seria demasiado afirmar, o valor da sua própria nação (medida pela capacidade de ofertar bens culturais ao mercado internacional). A "falta" de capital literário brasileiro, dessa forma, foi fundamental para o desenvolvimento de uma relação de pessimismo e baixa autoestima das elites durante todo o século XIX e início do século XX, fazendo surgir um tipo de nacionalismo frustrado entre os elaboradores da identidade nacional.

Nós, brasileiros – o mesmo se pode dizer dos outros povos americanos – pertencemos à América pelo sedimento novo, flutuante, do nosso espírito, e à Europa, por suas camadas estratificadas. Desde que temos a menor cultura, começa o predomínio destas sobre aquele. A nossa imaginação não pode deixar de ser europeia, isto é, de ser humana; ela não para na Primeira Missa no Brasil, para continuar daí recompondo as tradições dos selvagens que guarneciam as nossas praias no momento da descoberta; segue pelas civilizações todas da humanidade, como a dos europeus com quem temos o mesmo fundo comum de língua, religião, arte, direito, poesia, os mesmos séculos de civilização acumulada, e, portanto, desde que haja um raio de cultura, a mesma imaginação histórica. (NABUCO, 1999, p. 49).

No começo do século XX, mesmo sem viajar, ou de manter contatos diretos, os brasileiros promoviam uma cultura marcadamente imitativa da europeia. Havia o desejo insofrido de demonstrar que o Brasil era um condigno posto avançado da civilização europeia. Assumia-se que a elite podia falar e ler francês fluentemente. Os principais jornais literários concentravam toda a sua atenção na vida intelectual de Paris. (SKIDMORE, 1974, p. 110).

Por conta disso, as elites nacionais manifestavam um forte sentimento cosmopolita de pertencimento à Europa, como se o vínculo com o seu país significasse um constrangimento. Considerava-se incompleta ou inválida a cultura nacional. A lógica transnacionalizada da literatura desenvolvida por Casanova (2002) dialoga, portanto, com as reflexões de Gramsci (1995) sobre imperialismo e hegemonia cultural. A leitura da autora é de que as rivalidades inerentes da formação do sistema literário levam à formação de novas estruturas de poder político e também econômico, pois há um entrelaçamento entre as três dimensões (cultural, econômica, política). A análise gramsciana, por sua vez, não interpreta o processo com a mesma organicidade ou concomitância, enfatizando a determinação político-econômica sobre a cultura. Apesar da diferença entre as duas leituras teóricas, elas se comunicam na medida em que ajudam a explicar a formação de legitimidade literária europeia (ainda que atribuam pesos diferentes à autonomia da dimensão cultural). As relações econômicas e políticas de poder - evidenciadas pelo colonialismo - refletiram, portanto, na elaboração de uma cultura dos países hegemônicos lida como universal. Dessa forma, a hegemonia foi exercitada pelo domínio intelectual e moral do continente europeu sobre as demais regiões do globo:

Tanto a literatura norte-americana quanto a da América Latina são portanto herdeiras diretas, por meio dos colonos que reivindicaram sua independência, das nações europeias das quais originaram-se. Por isso puderam apoiar-se ao mesmo tempo no patrimônio literário espanhol, português ou inglês e operar revelações e reviravoltas literárias sem precedentes (entre as quais as obras de Faulkner, García Márquez e Guimarães Rosa são apenas alguns exemplos). Os escritores dessas regiões apropriaram-se, em uma espécie de continuidade patrimonial, dos bens literários e linguísticos dos países europeus cuja herança reivindicam. (CASANOVA, 2002, p. 112).

Do repertório ocidental compartilhado com a Europa, Alonso (2000) defende que as novas nações americanas teriam se apropriado de apenas alguns elementos, em um processo de supressão e modificação. A autora, portanto, discorda das análises que apagam a tradição político-intelectual brasileira, supondo que só teríamos herdado tradições; em sua perspectiva, não houve uma importação aleatória de ideias estrangeiras que foram adaptadas a um contexto diverso, mas a escolha de elementos de um repertório europeu que dialogassem com a tradição político-intelectual do Império brasileiro. Ou seja, a racionalidade das escolhas do movimento intelectual de 1870 partiu de uma apropriação e reinterpretação de "esquemas de pensamento" e "formas de ação" cristalizados como a "tradição político-intelectual nacional" (ALONSO, 2000, p. 48), manipulando o passado para criar o presente. A autora conclui, portanto, que o uso dos valores e das ideias europeias foi político, e que "a produção intelectual não era alheia à realidade nacional, [já que] os critérios de seleção de argumentos no repertório estrangeiro não residiam na consistência teórica da combinação de autores e teorias, e sim na sua relevância para clarificar a conjuntura brasileira e evidenciar linhas de ação política até então inauditas" (ALONSO, 2000, p. 51).

Skidmore (1974), por sua vez, reflete a formação da identidade nacional e da literatura brasileira em estreitamento direto com a importação de teorias raciais e sua adaptação para a realidade brasileira. Como apontado pelo autor, praticamente todo pensador social brasileiro, antes de 1914, influenciou-se pelas vertentes científicas europeias e considerava-se um "darwinista social". Portanto, não tardou para que diversas vertentes da teoria racista repercutissem entre os intelectuais do país: "quanto mais os brasileiros tomavam conhecimento das últimas ideias geradas da Europa, tanto mais ouviam falar da inferioridade do negro e do índio" (SKIDMORE, 1974, p. 69). É de se imaginar que o efeito de tais teorias em um país de sociedade multirracial e predominantemente mestiça gerasse inerentes contradições: ao passo que a etnologia racial penetrava o universo intelectual, também pressupunha a degeneração brasileira - dessa forma, como adotar tais ideias na formulação da identidade nacional? A solução brasileira foi a adoção de um racismo heterodoxo, calcado no

otimismo em relação ao desaparecimento das raças desvirtuantes, ou seja, na crença de que a mestiçagem levaria a um embranquecimento populacional no futuro (SKIDMORE, 1974).

O argumento da raça e das características geográficas brasileiras passaram a ser fundamentais para a criação artística, e a literatura da época foi fortemente influenciada pela abordagem sociológica que emanava do outro lado do Atlântico. Nessa época, o livro foi o veículo priorizado pelas elites políticas e intelectuais para a elaboração da identidade nacional, e serviu como receptáculo das diversas angústias referentes à imagem que se buscava construir de uma nação civilizada. Essas angústias compunham a originalidade do pensamento brasileiro, pois os temas tratados nos livros refletiam a configuração social, econômica e política do período. No entanto, enquanto o conteúdo privilegiado era nacional, o formato para a sua circulação era europeizado, pois buscava-se reforçar o vínculo com a estética hegemônica. Santiago (2008) atribui, por conta disso, à literatura brasileira o caráter de "anfíbia", pois durante todo o século XIX e XX misturou-se o componente nacional (político) com o componente cosmopolita (estético) nos livros.

Segundo Thomas Skidmore (1974), na medida em que a escravidão e a monarquia foram abolidas, tornou-se mister que a literatura nacional também fosse repensada à guisa do novo século. O dilema dos escritores nesse período era desenvolver temas nativistas sem perder o compasso com o *universalismo* europeu. Com isso, em 1897, foi fundada a primeira instituição literária oficial do país: a Academia Brasileira de Letras. No entanto,

A composição da academia refletia o caráter elitista da cultura brasileira na belle époque. Os membros fundadores eram os descendentes do falecido liberalismo imperial. Viam-se como minoria criativa sustentando padrões culturais num posto avançado sul-americano da civilização europeia. Mas que espécie de cultura poderia ser essa? Como poderia expressar-se a inspiração europeia neste cenário do Novo Mundo? No fundo, era o perene problema de toda nação nova quando procura aplicar o liberalismo: seria necessário permitir, como corolário, a importação indiscriminada de outra cultura? (SKIDMORE, 1974, p. 108).

Dentre os intelectuais do período, cabe destacar a atuação de Sílvio Romero, crítico literário, poeta e ensaísta, e responsável pelas primeiras tentativas de reconstituição da literatura brasileira no enquadramento nacionalista (RAMA, 1985). Romero criticava a falta de originalidade nas produções culturais brasileiras, evidenciada pela tentativa de reprodução dos valores europeus aplicados à realidade nacional. No entanto, o descontentamento com uma suposta inautenticidade da cultura brasileira foi reiterado ao longo do tempo pelas sucessões de pensadores: assim, não limitado somente à Geração de 1870, também esteve presente nos movimentos modernista (denunciado no Manifesto Antropofágico e na Semana de Arte Moderna, em 1922) e tropicalista, por exemplo. Parafraseando Ivan Lessa, Lília

Schwarz (1995) comenta que cada uma dessas gerações passava a limpo o que havia sido feito no passado e recomeçava do zero, ou seja, a cada dez anos esquecia o que havia se passado na última década. Isso indica a fragilidade da concepção de identidade nacional desses movimentos culturais, cada qual marcado por uma conjuntura político-econômica específica. Ainda, quanto à reivindicação feita pela intelectualidade à singularidade da cultura nacional, Roberto Schwarz (1987) chama-a de *mal-estar da cópia*: trata-se do sentimento de adulteração do nacional, da contradição entre a realidade brasileira e o prestígio dos países que nos servem de inspiração.

Aqui torna-se interessante refletir sobre os diferentes conceitos de identidade nacional, a fim de elaborar provisoriamente um que melhor se adeque ao caso brasileiro. Na ciência social clássica, destacam-se os estudos de Marcel Mauss e Max Weber: com uma concepção de identidade nacional mais essencialista, ambos os autores compreendem o Estado-nação como o ápice da integração humana (MORENO, 2014). No caso do antropólogo francês Marcel Mauss, tem-se que a nação é fruto de um consenso entre os indivíduos, ou seja, uma instância formadora de coesão; como resultado, a nação possibilita não apenas unidade física - o autor usa a expressão *racial* -, mas também moral, uma vez que é um amálgama de tradições (MAUSS, 2017). O sociólogo alemão Max Weber, por sua vez, compreendia a nação como uma instância anterior ao Estado, na medida em que produzia ‘um sentimento de nacionalidade anterior à institucionalização da nação política’ (MORENO, 2014, p. 15).

Ao ganharem fôlego na década de 1970, as teorias construtivistas alteraram o debate acerca de identidade nacional e nação, apontando para a impregnação de ambas na vida coletiva moderna, uma ubiquidade de resultados invisíveis, e por isso tão complexa. Reconhecendo o caráter imaginário da nação, as teorias construtivistas passaram a encará-la como *representação*, enquanto a identidade nacional passou a ser entendida como narrativa identitária múltipla (BHABHA, 1990). A partir dessas novas perspectivas, os indivíduos passam a gozar de maior autonomia, definindo-se como sujeitos criativos. Para Adler (1999), o marco do construtivismo para as relações internacionais foi a ênfase dada ao fator sócio-cognitivo; refletindo sobre a questão da identidade nacional pela abordagem construtivista dos estudos culturais, entende-se, dessa forma, que as identidades são uma posição tomada pelos grupos de indivíduos e construída através do discurso, seja este mais ou menos implícito⁵ (TANN, 2010).

⁵ O pensamento construtivista das ciências sociais permite identificar o caráter nacional presente nos discursos políticos, midiáticos e do dia a dia, como nas relações culturais e de consumo, por exemplo. Para saber mais

Sendo a nação uma construção artificial, Ricupero (2004) salienta que a identidade nacional é, em poucas palavras, "uma construção política e cultural que não possui realidade objetiva fixa; complementarmente, determinadas relações sociais estabelecem o ambiente das operações ideológicas, homens e mulheres, em situações muito diversas, passam a acreditar que estão unidos numa mesma comunidade, a nação" (RICUPERO, 2004, p. 26). Na medida em que, no caso brasileiro, a nação só pode ser pensada depois da independência, o autor conclui que ela é, de fato, uma construção artificial - no nosso caso, produto da ação das elites políticas e econômicas. Ainda, sobre as construções de mito no Brasil, o autor declara, em consonância com as reflexões construtivistas utilizadas ao longo deste trabalho:

Ainda mais importante, as referências para se pensar o Brasil sugeridas pelo romantismo continuarão a influenciar as gerações seguintes, a ponto de se confundirem com a própria imagem do país [...]. Mais de cento e cinquenta anos depois ninguém mais questiona a unidade do país, o índio continua a ser utilizado como símbolo nacional e a mestiçagem está consolidada no imaginário coletivo como grande elemento diferenciador do Brasil em relação a outras nações. (RICUPERO, 2004, p. 261-62).

Assumindo a identidade nacional como uma construção plural, na qual a prática discursiva possui uma indiscutível importância, é importante lembrar também que a ideia de cultura e a própria concepção identitária são efêmeras, posto que reconstruídas de tempos em tempos. A história nacional, dessa forma, é recontada pelo embate de narrativas de grupos sociais diversos, cabendo analisar que grupos são esses e quão representativos são da sociedade como um todo. Uma vez que o passado é recriado, substituído e mistificado, numa recombinação inédita de elementos já existentes (SMITH, 2000) os discursos identitários passam a corresponder a uma nova estratégia de universalização e naturalização: "O poder entra visivelmente no jogo, tão logo as diversas narrativas do passado são confrontadas umas com as outras e as elites selecionam uma das narrativas concorrentes e as naturalizam com o 'passado' (o que *'realmente'* aconteceu)" (MARTIN, WODAK, 2003, p. 8 – tradução nossa).

Segundo Ernest Gellner (1993), fundindo unidade política à cultural, as elites passam a gerir o Estado a partir do século XIX e, através da implementação de um sistema de comunicação de massas unificador da língua, logram difundir não apenas um certo padrão cultural de elite, mas *invenções históricas arbitrárias*. Esse alicerce imaginário tem por objetivo a manipulação intencional dos indivíduos, objetivando a coesão social; nesse sentido, a nação se configura como uma comunidade imaginada, uma estrutura social e um artifício de

sobre a influência do discurso nas relações internacionais, recomenda-se ADLER (1999), CASTELLS (1999), GILBOA (2001) e MORIN (2014).

imaginação (BALAKRISHNAN, 2000). Uma vez que tais concertos identitários imprimem marcas sociais, eles também são capazes de corroborar estereótipos ao longo do tempo. Neste ínterim, segundo Frota (2012), o indivíduo surge não apenas condicionado, mas subordinado a esses estereótipos, ora por vontade própria, porque neles se reconhece, ora por não conseguir libertar-se. Se a questão da identidade brasileira era debatida em círculos intelectuais e refletida notadamente na literatura no início do século XX, evidentemente a sua formulação partia da interpretação de um grupo restrito sobre o todo nacional, e disso resultou, dentre outras coisas, o estereótipo de "uma mestiçagem que, de racial e detratora, se faz moral e nacional" (SCHWARCZ, 1995, p. 56).

Anderson (2008) ressalta o papel dos intelectuais no processo de formação da identidade nacional, criando uma categoria específica para aqueles que ajudam a difundir os ideais de nação e nacionalismo, os *intelectuais-pedagogos*. Para o autor, essa classe letrada atribui a si mesma a missão de resgatar ou despertar o sentimento de identidade nacional, em um movimento de repetida perscrutação do passado, materializada através da escrita⁶. Recombinando elementos pré-existentes, poetas, pintores, músicos, romancistas, dramaturgos, folcloristas, antropólogos, historiadores, dentre outros intelectuais, mostraram-se dispostos a elaborar e propor novos conceitos nacionalistas para a posteridade (SMITH, 1997). No entanto, cabe indagar que tipo de entendimento grupos tão seletos possuem sobre o resto da sociedade, uma vez que quem não pertence às elites econômicas, políticas e intelectuais está fadado a não participar da confecção desses trabalhos de cunho reflexivos.

Nesse sentido, é importante lembrar que dentro do discurso coletivista proposto pelos intelectuais que buscam a reformulação da representação da identidade nacional, predomina a neutralização das diferenças, tendo em vista o objetivo da coesão e da unidade social, e a tentativa de destacar somente as semelhanças entre os indivíduos, o que Anderson (2008) chama de "camaradagem social" e Marchi (1994), de "utopia das desigualdades harmônicas". Evidentemente, essa revisão simbólica, identitária e gramatical pode sugerir a própria negação da luta de classes, ou pelo menos subordinar os interesses e identidades de certos grupos, regiões, etnias, indivíduos a um interesse geral mais abrangente (DEBRUN, 1990). Marilena Chaui (2000) comenta que tais narrativas servem como soluções imaginárias para tensões e contradições sociais que não conseguiram encontrar resolução no nível da realidade. No caso brasileiro, pode-se usar como exemplo de solução imaginária o discurso da mestiçagem,

⁶ No entanto, conforme veremos ao longo do trabalho, nem sempre a pedagogia desses intelectuais é necessariamente auto atribuída: eles também podem ser instrumentalizados pelo aparelho estatal para fins pedagógicos, como aconteceu durante o período do Estado Novo.

usada como uma ascendência étnica comum, e retratada brilhantemente na obra *Macunaíma*, de Mário de Andrade:

Uma feita a Sol cobrira os três manos duma escaminha de suor e Macunaíma se lembrou de tomar banho. Porém no rio era impossível por causa das piranhas tão vorazes que de quando em quando na luta pra pegar um naco de irmã espedaçada, pulavam aos cachos pra fora d'água metro e mais. Então Macunaíma enxergou numa lapa bem no meio do rio uma cova cheia d'água. E a cova era que-nem a marca dum pé-gigante. Abicaram. O herói depois de muitos gritos por causa do frio da água entrou na cova e se lavou inteirinho. Mas a água era encantada porque aquele buraco na lapa era marca do pezão do Sumé, do tempo em que andava pregando o evangelho de Jesus pra indiada brasileira. Quando o herói saiu do banho estava branco louro e de olhos azuizinhos, água lavara o pretume dele. E ninguém não seria capaz mais de indicar nele um filho da tribo retinta dos Tapanhumas. Nem bem Jiguê percebeu o milagre, se atirou na marca do pezão do Sumé. Porém a água já estava muito suja da negrura do herói e por mais que Jiguê esfregasse feito maluco atirando água pra todos os lados só conseguiu ficar da cor do bronze novo. Macunaíma teve dó e consolou: — Olhe, mano Jiguê, branco você ficou não, porém pretume foi-se e antes fanhoso que sem nariz. Maanape então é que foi se lavar, mas Jiguê esborrifara toda a água encantada pra fora da cova. Tinha só um bocado lá no fundo e Maanape conseguiu molhar só a palma dos pés e das mãos. Por isso ficou negro bem filho da tribo dos Tapanhumas. Só que as palmas das mãos e dos pés dele são vermelhas por terem se limpado na água santa. Macunaíma teve dó e consolou: — Não se avexe, mano Maanape, não se avexe não, mais sofreu nosso tio Judas! E estava lindíssima na Sol da lapa os três manos um louro um vermelho outro negro, de pé bem erguidos e nus. (ANDRADE, 1987, p. 25-26).

Nota-se a irreversibilidade do processo da passagem de cor, dado o encantamento da água, numa alusão ao processo histórico imutável exercido pelo branco sobre os negros e índios durante o processo do descobrimento e da colonização (MARTINS, 2006). Mais do que uma alusão à formação histórica do país, Martins (2006) ressalta que Mário de Andrade dessacraliza a identidade nacional. A metamorfose dos irmãos também pode ser lida como aculturação: além de marcar fisicamente os envolvidos sem que eles possam intervir sobre o fenômeno, diz respeito à formação de etnias existentes no Brasil: o branco, vindo da Europa; o negro, trazido como escravo da África, e o índio nativo - como uma família descombinada de irmãos. Em seu romance, Mário de Andrade reconstrói diversos mitos e discursos nacionais sob uma ótica renovada, com intenção modernista crítica e retrato surrealista, assim objetivando um certo desenlace com o passado, o desapego de velhas tradições, refletindo os anseios artísticos de liberdade criadora e de busca por experimentação do movimento moderno da década de 1920.

Ainda no caso brasileiro, Debrun (1990) comenta que, sob uma ótica gramsciana, o discurso nacional não vai de encontro a um anseio genuinamente popular, ou seja, não temos o *nacional-popular*, resultado de aspirações comuns e consenso da maioria em torno de certos valores: o que temos é um popular que não é nacional e um nacional que não é popular. Ao proporem a unidade cultural do país, os intelectuais brasileiros implicam um certo

disciplinamento das paixões, pressupondo um nacional-popular autêntico e reforçando uma comunidade política ilusória, quando na verdade o rearranjo da identidade nacional é sempre marcado por "vontades conflitantes entre si e que disputam a apropriação do símbolo Nação" (DEBRUN, 1990, p. 41). O autor ainda reflete que a ideia de um nacional-popular cultural e a identidade nacional ligada a ele está vinculada à tradição antropológica e literária brasileira, que historicamente buscou circunscrever uma *brasilidade*. Embora tal ideia não pressuponha um imperativo categórico, denota "uma invasão da esfera sociocultural por atitudes éticas ou ético-cívico-políticas" (DEBRUN, 1990, p. 44).

Refletido o conceito de identidade nacional e sua natureza ubíqua na cultura brasileira, bem como o papel das elites intelectuais no processo de forjamento das várias brasilidades ao longo dos séculos XIX, XX e XXI, vale a pena discutir, por fim, sobre a possível relação entre identidade nacional, literatura e política externa. Skidmore (1974) explica que, a partir do século XX, a identidade nacional e a autoconfiança brasileira passam a ser medidas de três maneiras: pela capacidade de atingir estabilidade política, pelo desenvolvimento de uma literatura autenticamente nacional e pelo grau de desenvolvimento econômico. O primeiro estalão esteve relacionado às mudanças de partidos políticos no poder, ao modo de governo e às crises políticas. O segundo, por sua vez, indicou o grau de maturidade e independência atingido pela cultura brasileira – e, nesse sentido, nem a música, a dança, a pintura, a escultura ou a arte folclórica tiveram um peso tão importante quanto a literatura. Por fim, embora o autor não entre em detalhes sobre o aspecto do desenvolvimento econômico, defende-se, neste trabalho, a ideia de que o desenvolvimento é resultante de dimensões estratégicas de política externa, incluindo a sua dimensão cultural.

No que tange ao pensamento intelectual da segunda metade do século XIX, criticava-se a oligarquia e o sistema escravista de produção do período imperial (ALONSO, 2000), mas aqui iremos nos concentrar na proposta de mudança idealizada na esfera de política externa da época, o projeto de um *americanismo pacifista*. Significando uma nova matriz discursiva no campo político externo, o movimento defendia a construção de um relacionamento especial com os Estados Unidos, devendo este configurar o novo eixo da nossa diplomacia. Regionalmente, o clima de desconfiança ainda era muito grande devido à guerra com o Paraguai e às disputas com a Argentina, de modo que o Brasil se sentia cercado por vizinhos hostis. Apostando até então em uma política exterior de distensão que funcionava como impulso conservador e ao mesmo tempo de universalismo, representando uma perspectiva diplomática liberal, o país buscava manter a sua soberania e a balança de forças enquanto concentrava-se na solução dos problemas internos (CASTRO, 2007). Regionalmente, o

discurso de paz continental era a estratégia defendida enquanto a demarcação de fronteiras e a consolidação do território eram associados à busca de prestígio internacional. Mais tarde, o processo intelectual, literário e político do século XIX culminaria na materialização da *Revista Americana*, publicação oriunda dos grupos diplomáticos brasileiros que circulou entre 1909 e 1919 (de maneira não contínua) pela América do Sul, discutindo a política, a cultura e a história das recém-inauguradas repúblicas da região (CASTRO, 2007). Segundo Castro (2012), a *Revista Americana* se inseriu, portanto, no projeto político pan-americanista, ao refletir meios literários e intelectuais de aproximação com os vizinhos americanos.

Outra possível relação entre literatura, identidade nacional e política externa é a questão do cosmopolitismo. As elites intelectuais, tanto no século XIX quanto no século XX, desejavam o Brasil inserido internacionalmente e rechaçavam o atraso político-econômico regional. Tratando de redefinir a nacionalidade em correspondência com o anseio que tinham de civilização, essas elites traziam de suas viagens ao exterior e de seus conhecimentos acadêmicos valores importados, que buscavam readaptar à realidade dos trópicos. Ao mesmo tempo, esses novos pensamentos foram compondo uma visão estratégica para o entorno regional, em que a luta entre o conterrâneo e o estrangeiro foi dando lugar a um entendimento mais pragmático e maduro, resistente à imitação mas dado à reciclagem.

[...] O direito de vida universal só se adquire partindo do particular para o geral, da raça para a humanidade, conservando aquelas suas características próprias, que são o contingente com que se enriquece a consciência humana. O querer ser universal desraçadamente é uma utopia. A razão está com aquele que pretender contribuir para o universal com os meios que lhe são próprios e que lhe vieram tradicionalmente da evolução do seu povo. Tudo mais é perder-se e divagar informe, sem efeito. (ANDRADE, 1982, p. 115)

Por fim, a literatura se entrosa à política externa porque é urgente e faz parte da orquestração nacional, estando principalmente atrelada à ideia de *representação*. Uma vez que a política externa também consubstancia a consecução de meios políticos para chegar a determinado fim mediante um sistema heterogêneo de países e instituições, devendo para tanto valer-se de sua imagem (representação), há o apego a determinados veículos, mais ou menos tradicionais, que se impõem à consciência. No caso da literatura, esses veículos podem ser as tradições e particularidades de uma nação, da mesma forma que é possível materializar a diferença através de inovações específicas, formando uma literatura de vanguarda:

A literatura dos países novos da América Latina mostra que a nação é uma poderosa referência externa que dá consistência e serve de bússola implícita ou explícita, desde a sua fase de revelação do país, pressupondo o leitor como patriota, até a sua fase de

expressão universal, pressupondo o leitor como cúmplice do discurso, visto sobretudo na sua dimensão inovadora. (CANDIDO, 1999, p. 112-13).

2.2 MOVIMENTOS CULTURAIS DE GRANDE ALCANCE: A SEMANA DE ARTE MODERNA (1922) E O MOVIMENTO TROPICALISTA (1967)

Perguntavam-me (...) que se devia fazer com a Alemanha depois da guerra? Esfolar inteira? Comunizar? Entregar todinha aos noruegueses, aos gregos e aos russos? Aos filhos dos fuzilados, dos enforcados e dos bombardeados do mundo inteiro? Dá-la aos judeus? – Não! É preciso alfabetizar esse monstrengo. (...) A Alemanha racista, purista e recordista precisa ser educada pelo nosso mulato, pelo chinês, pelo índio mais atrasado do Peru ou do México, pelo africano do Sudão. E precisa ser misturada de uma vez para sempre. Precisa ser desfeita no *melting-pot*. Precisa mulatizar-se. (ANDRADE, 1971, p. 62).

As narrativas da arte moderna no Brasil foram materializadas por inúmeras publicações, mas também por manifestos artísticos de cunho político e por eventos cujos desdobramentos não apenas sentimos ao longo de todo o século XX, mas também fora das fronteiras nacionais, como é o caso da Semana de Arte Moderna e o Tropicalismo. Essa seção objetiva refletir sobre o significado dessas "rodas-vivas" para a (re)formulação da identidade nacional e como elas possibilitaram a articulação de outros membros da elite que não da classe artística, a exemplo dos diplomatas, para repensarem uma diplomacia cultural brasileira mais nacionalista e moderna. Assim, à guisa dos dois maiores movimentos artísticos brasileiros do século XX, investiga-se, mais uma vez, a influência da literatura nacional sobre a política externa brasileira.

O projeto cultural defendido pelos intelectuais da Belle Époque carioca e paulistana, no final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, estavam imbuídas pelos ideais de "civilização" e "progresso", e visavam "eliminar os vestígios do atraso brasileiro, simbolizado pela escravidão e pela economia marcadamente rural da Colônia e do Império" (CONTIER, 2004, p. 5). No discurso dessas elites, no entanto, os modernistas percebiam a implicitude de um branqueamento populacional e a imitação de um modelo civilizatório que tinha como paradigma o europeu. Tanto é, que visualmente a belle époque carioca era representada pela Avenida Central. Segundo Contier (2004), as elites da época emitiam discursos elogiosos a respeito das novas obras da cidade, como a Biblioteca Nacional e a Escola Nacional de Belas Artes, enquanto rechaçavam veementemente os símbolos do atraso brasileiro, como os cortiços. Além de projetos reformatórios na planta urbana, essas elites possuíam intenções embranquecedoras mais ou menos implícitas em seus discursos intelectuais: uma vez que mais da metade da população da época compunha-se de afrodescendentes, Contier (2004)

adenda que as tradições brasileiras eram, evidentemente, mescladas, e devido ao racismo estrutural do período, os excluídos sociais eram, em grande parte, negros.

Os esforços da elite paulista em tornar São Paulo uma extensão francesa datam dos fins do século XIX até 1914, momento em que uma série de transformações assolaram o Brasil não apenas em seu campo de valores e símbolos, mas também material e visualmente. A cidade transformou-se rapidamente, na medida em que houve uma grande migração do campo para a cidade em busca de oportunidades; as ruas passaram a contar com a presença barulhenta e dinâmica dos automóveis, os quais simbolizavam a chegada do futuro; a substituição dos lampiões por lâmpadas elétricas possibilitou o prolongamento das noites e aproveitamento da boemia, etc.

Em 1910 e 1920, a apresentação de novos conjuntos musicais compostos por "despossuídos sociais", notadamente negros, em espaços boêmios como cafeterias, danceterias, salões, cinemas e cabarés passou a atrair a atenção dos artistas eruditos da época (CONTIER, 2004). Impressionados com os novos ritmos musicais apresentados, principalmente com o *jazz*, esses intelectuais brancos percebem nas raízes africanas uma expressão nacional até então desvalorizada ou propositadamente esquecida. Enquanto as elites da Belle Époque haviam elegido Paris como a capital da civilização humana, esses grupos intelectuais preocupavam-se em repensar o Brasil à guisa das suas verdadeiras origens - e para isso valeram-se do historicismo⁷, otimistas com as possibilidades republicanas e interessados em dar expressão nacional às influências que estudavam do estrangeiro.

Opondo-se à concepção de civilização proposta pelas elites da Belle Époque, que tinha como paradigma "Paris, a capital da modernidade", Mário almejava negar esse conceito, procurando resgatar o ideal de uma "civilização" internalizada pelo povo "inculto": "*nós só seremos civilizados em relação às civilizações o dia em que criarmos o ideal, a orientação brasileira. Então passaremos da fase do mimetismo, pra fase da criação. E então seremos universais, porque nacionais*". (CONTIER, 2004, p. 20 – grifo nosso).

Contier (2004) elucida que a descoberta da cultura popular, mormente o encanto pelo folclore e pela figura autóctone realizada pelos modernistas brasileiros, também aconteceu na Europa: inter-relacionando-se com a ascensão do nacionalismo ao final da Primeira Guerra

⁷ "O modernismo nacionalista de Mário de Andrade repensou os significados do 'popular' e do 'erudito', sem abandonar os diálogos com as tendências estéticas europeias. [...] [Mário] defendia uma consciência criadora nacional, ou seja, no caso brasileiro, a pesquisa do folclore como eixo da modernidade. Por esse motivo, no *Ensaio sobre a música brasileira*, [o autor] lamentava o pouco interesse dos intelectuais brasileiros pelos estudos folclóricos" (CONTIER, 2004, p. 14). Para ler mais sobre a questão do historicismo nas interpretações intelectuais sobre o Brasil, ler Castro (2012).

Mundial (1918)⁸, também os europeus passaram a buscar uma nova identidade nacional para si⁹. "Se, com efeito, nada podíamos inventar no domínio do feitio, da evolução tonal, da instrumentação, procurávamos, ao menos, uma música que tivesse um aspecto diferente daquela da Europa — talvez, por esse caminho, um aspecto próprio [...] O que os russos, os escandinavos, os espanhóis haviam feito com seus temas, fazíamos nós com ritmos, melodias e temas americanos" (ALEJO, 2000 *apud* CONTIER, 2004, p. 12)¹⁰. Nesse sentido, Santiago (2009) e Campos (1981) refletem sobre a universalidade dos movimentos artísticos, o seu dialogismo e como o modernismo se pretendia cosmopolita e aberto às suas influências, na medida em que o Brasil deveria ser um receptor e emissor de valores e novas ideias.

Assim, para analisar a Semana de Arte Moderna e os seus desdobramentos, é preciso, antes de mais nada, avaliar a ascensão dos fatos políticos internos e externos da década de 1920, que estavam a exigir uma resposta da sociedade e do Estado. No que tange à situação doméstica, os anos vinte foram marcados pela crise do regime oligárquico, com a reação republicana liderada pelos gaúchos contra a hegemonia paulista e mineira. Descontentes com a situação política do país (a eleição de Arthur Bernardes foi um fator decisivo), jovens oficiais de baixa e média patente do Exército brasileiro, embebidos por ideais liberais e desejosos por maior participação política (BARROS, 2005), armaram-se e participaram de movimentos rebeldes pelo Brasil ao longo da década de 1920, sendo eles: a Revolta dos 18 no Forte de Copacabana (1922), a Revolta Paulista de 1924, a Comuna de Manaus (1924) e a Coluna Prestes (1924) - esta última tendo percorrido grande parte do interior do país.

Já no que tange à situação estrangeira, o fim da Primeira Guerra Mundial trouxe à Europa um rearranjo político (figurado pela Liga das Nações) e a tentativa de garantir mais estabilidade à região, e um rearranjo territorial, com a desintegração dos impérios Austro-Húngaro e Otomano. Dentro das relações internacionais, também o balanço de poder sofreu alterações: conforme atenta Hobsbawm (1995), duas grandes potências europeias - na verdade mundiais - foram eliminadas do jogo internacional após a Guerra, a Alemanha e a Rússia soviética. Enquanto isso, cruzando-se o oceano, os Estados Unidos vigoravam tanto no cenário político quanto no militar mundial. Os resultados avassaladores da Guerra e o rearranjo de forças no continente europeu estimularam a criação de uma instância supranacional capaz de promover diálogo e solucionar de forma pacífica e democrática os

⁸ Sobre a ascensão do nacionalismo europeu ao fim da Primeira Guerra, ver Hobsbawm (1995, p. 39).

⁹ O autor cita Jean Cocteau (França) e a defesa de uma música erudita francesa inspirada no *vaudeville*; Bela Bartok e a defesa da modernidade musical na Hungria a partir de critérios metodológicos semelhantes aos de Mário de Andrade, dentre outros exemplos. Ver Contier (2004, p. 10-11).

¹⁰ CARPENTIER, A. **O músico em mim**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p. 323-4.

problemas entre os Estados independentes, a Liga das Nações. Esses diálogos foram travados de forma pública e cada vez mais internacionalmente, de modo que até o Brasil passou a reivindicar uma aproximação intelectual com o centro cultural europeu (PUMAR, 2011), durante o florescimento e a consolidação da diplomacia cultural brasileira, nas décadas de 1920 e 1930.

Especificamente sobre o Brasil, a Primeira Guerra também resultou no fortalecimento da industrialização brasileira e no ganho de experiência de técnica e combate pelo envio das tropas brasileiras nas operações militares no exterior (VIZENTINI, 2014). Além disso, o surto de imigração decorrente do fim da Guerra trouxe ao Brasil uma nova mão de obra para a indústria crescente, combinando-se ao aumento das exportações de café nos anos seguintes, que permitiu uma parcial modificação do semblante socioeconômico do país (CERVO, 2008). Na sua política externa, o Brasil aprofundou a propagação da imagem brasileira no exterior, iniciada pelas políticas modernizadoras do Itamaraty por Rio Branco, dessa vez sob influência do diplomata Élysée Montarroyos, responsável por delegar um importante projeto de cooperação intelectual que trouxesse prestígio moral ao país: o Instituto Internacional de Cooperação Intelectual (IICI), fundado em 1924. Interessante notar que na década de 1920 a esfera cultural foi devidamente inserida à diplomacia, da mesma maneira que se previu a possibilidade da propaganda intelectual abrir caminhos para vantagens econômicas (DUMONT, FLÉCHET, 2014), como se já se pensasse em *soft power* muito antes da formulação teórica do conceito por Joseph Nye.

É com base nessas importantes mudanças que o Brasil gestará um importante movimento artístico cujos reflexos políticos serão sentidos ao longo de todo o século XX. A Semana de Arte Moderna (13 a 17 de fevereiro de 1922) foi um movimento multicultural que visava à desconstrução do panorama artístico nacional de então, pretendendo criar uma arte que verdadeiramente refletisse a identidade brasileira. Valendo-se de uma linguagem satírica e transgressora de estilos, os modernistas priorizavam a liberdade de forma e expressão, usando linguagem coloquial e regional para retratar a realidade local, cotidiana, multicultural e étnica brasileira (GONZAGA, 2010). Em termos de inovação estética, os poemas passaram a rejeitar a métrica e a rima rígida, enquanto a prosa passou a imitar a fala coloquial e a valorizar os regionalismos (GONZAGA, 2010). No campo da música, às composições eruditas mesclou-se o folclore e a música popular, enquanto nas artes plásticas buscou-se o retrato do trabalhador comum, face ao cenário urbano intensamente modificado pelas transformações do início do século XX.

Importante obra do movimento modernista, “Macunaíma” foi publicada em 1928 por Mário de Andrade, com o subtítulo "O herói sem nenhum caráter". Junto com a pintura de Tarsila do Amaral feita no mesmo ano, Abaporu¹¹, em seguida também foi lançado o Manifesto antropofágico de Oswald de Andrade ("*só a antropofagia nos une*"), sendo essas três obras a síntese do movimento modernista. A ideia de antropofagia modernista pregava que os brasileiros se inspirassem nos índios e comessem os brancos mais fortes para então absorverem destes as suas qualidades; o objetivo por trás da antropofagia defendida pelos intelectuais modernos era absorver os estrangeirismos e abasileirá-los (CAMPOS, 1981).

A Semana de Arte Moderna foi responsável por construir a modernidade brasileira, estimulando uma vida cultural, unindo a elite cultural e social na criação de museus, universidades, jornais, revistas e até partidos políticos (DUARTE, 2015). A data de escolha para a realização do evento, 1922, não foi por acaso: tratava-se do centenário da independência política brasileira, e para os modernistas ainda era preciso independizar o país na cultura (DUARTE, 2015). A Semana também pode ser analisada como influenciadora dos movimentos políticos que viriam a ocorrer pouco tempo depois, principalmente o episódio dos 18 do Forte, cuja eclosão aconteceu poucos meses depois do evento. Assim, Cardoso (2015) explica que os manifestos artísticos serviram de eco para o movimento armado paulista de 5 de julho de 1924 e até mesmo da Revolução de 1930, por exemplo; o autor também comenta que, em 1931, cavalos foram amarrados ao obelisco da avenida Rio Branco em manifesto político e a imprensa brasileira passou a chamar o quadro de "Salão dos Tenentes" ou "Salão Revolucionário". Assim, evidencia-se mais uma vez o paralelismo entre política e estética (CARDOSO, 2015), e verifica-se que no caso das décadas de 1920 e 1930, dado o contexto conturbado político e social do país, e também a euforia criativa no campo artístico, a correspondência entre os dois domínios foi ainda maior, como se houvesse uma necessidade de retroalimentação entre arte (mormente literatura) e política.

Embora esquecida pelo tempo, uma das mais importantes figuras para o acontecimento da Semana de Arte Moderna foi um diplomata brasileiro e um dos fundadores da Academia Brasileira de Letras, Graça Aranha. A eleição, por parte dos próprios membros do movimento modernista, de Mário de Andrade e Oswald de Andrade como líderes legítimos da Semana acabou por ofuscar a pluralidade do grupo (WALDMAN, 2010). A importância de Graça Aranha para o projeto modernista teria sido o seu prestígio, intelecto e atividade política, bem como suas relações próximas com o "mecenas" do movimento, Paulo Prado. Segundo

¹¹ Em tupi-guarani, "o homem que come", alusão à antropofagia que era basilar ao movimento modernista.

Waldman (2010), Prado marcou presença como um dos principais organizadores e financiadores da Semana de Arte Moderna, e serviu de elo de mediação entre o Brasil e o exterior em sua época, pois patrocinava as viagens dos artistas modernistas à Europa, bem como a vinda dos estrangeiros ao Brasil. A sua casa era também um ponto de encontro entre grandes intelectuais, tendo servido de centro de experimentação cultural preparatório para a Semana - teria sido o anfitrião, inclusive, quem teria sugerido o caráter afrontoso do evento. Waldman (2010) conclui que a participação de Graça Aranha e Paulo Prado no movimento modernista deixa clara a heterogeneidade geracional, estética e ideológica do grupo, marcado por conflitos de pensamentos e interesses, um reflexo da complexa vida intelectual brasileira da década de 1920 e 1930.

Segundo Duarte (2015), os modernistas deixaram claro que não bastava que a arte fosse feita no Brasil, pois era preciso ser do Brasil. Sem recorrer a um nacionalismo fechado ao resto do mundo, Oswald de Andrade defendeu uma investigação estética cosmopolita, tal como também defende Haroldo de Campos ao abordar a ideia de dialogia universal:

Escrever, hoje, na América Latina, como na Europa, significará, cada vez mais, reescrever, remastigar. *Hoi bárbaroi*. Os vândalos há muito já cruzaram as fronteiras e tumultuam o senado e a ágora, como prenunciado no poema de Kaváfis. Que os escritores logocêntricos, que se imaginavam usufrutuários privilegiados de uma orgulhosa *koiné* de mão única, preparem-se para a tarefa cada vez mais urgente de reconhecer e redevorar o tutano diferencial dos novos bárbaros da politópica e polifônica civilização planetária. Afinal, não custa repensar a advertência atualíssima do velho Goethe: “Toda literatura, fechada em si mesma, acaba por definhar no tédio, se não deixa, renovadamente, vivificar por meio da contribuição estrangeira”. A alteridade é, antes de mais nada, um necessário exercício de autocrítica. (CAMPOS, 1981, p. 255 – grifos do autor).

Em carta à Carlos Drummond de Andrade, escreveu também Mário de Andrade:

Avanço mesmo que enquanto o brasileiro não se abrigar, é um selvagem. Os tupis nas suas tabas eram mais civilizados que nós nas nossas casas de Belo Horizonte e São Paulo. Por uma simples razão: **não há Civilização. Há civilizações.** [...] Nós, imitando ou repetindo a civilização francesa, ou a alemã, somos uns primitivos, porque estamos ainda na fase do mimetismo. Nossos ideais não podem ser os da França porque as nossas necessidades são inteiramente outras, nosso povo outro, nossa terra outra etc. Nós só seremos civilizados em relação às civilizações o dia em que criarmos o ideal, a orientação brasileira. Então passaremos da fase do mimetismo pra fase da criação. **E então seremos universais, porque nacionais.** (ANDRADE, 1982, p. 30-31 – grifo nosso).

Ainda, houve oportunidades mais ousadas em que se pensou que o Brasil pudesse atualizar o projeto civilizacional cultural moderno com as suas refrescantes contribuições. O Modernismo foi uma vanguarda particular no sentido de que, no resto do mundo, o moderno designou o conjunto de várias vanguardas (DUARTE, 2015), enquanto no Brasil referiu-se a

um movimento específico, ainda que heterogêneo - esse é um exemplo de abasileiramento da influência estrangeira, sob a lógica antropofágica. É importante entender que o otimismo brasileiro em apostar na sua singularidade nacional durante o período encontrava expressão também na incorporação da esfera cultural à diplomacia durante a década de 1920, que será devidamente consolidada em 1930, conforme apontam Dumont e Fléchet (2014). Além disso, a decadência do continente europeu ao fim da Primeira Guerra corrobora para que haja um ensaio nacional de maior autoconfiança, como se os países do hemisfério sul também tivessem valores a repassar para o outro lado do oceano. Duarte (2015) explica que o Brasil teria a oferecer ao mundo naquela época não um dado essencial específico, mas a prática de misturar dados essenciais específicos, capacidade geniosamente ilustrada por Mário de Andrade em sua obra ‘Macunaíma – o herói sem nenhum caráter’ (o caso do mestiço, o mito das três raças, etc).

Nos anos 1960, o modernismo foi retomado pelo movimento tropicalista e pelo Cinema Novo. Joaquim Pedro de Andrade adaptou Macunaíma para o cinema em 1969 e o filme foi um sucesso de bilheteria, comprovando a facilidade com que as ideias modernistas ainda eram absorvidas socialmente. A peça teatral "O Rei da Vela", de Oswald de Andrade, foi remontada por José Celso Martinez Correia, e compositores como Caetano Veloso e Gilberto Gil declararam-se herdeiros da Semana de Arte Moderna. José Celso chega a dizer no filme Tropicália, dirigido por Marcelo Machado:

Ninguém pensou: vamos fazer o tropicalismo, ninguém pensou isso, ninguém disse isso para gente. A gente simplesmente trabalhou em cima da realidade brasileira e aquelas notas escritas na pauta, trabalhos com aquela visão que estava fervendo em nosso cérebro. Aí de repente essa visão começou a disparar olhos para todo lado. (TROPICÁLIA, 2012).

O movimento tropicalista foi marcado sobretudo pela música, embora também tenha sido pródigo na poesia concretista, no teatro, no cinema, nas esculturas, nos manifestos, etc. O nome "Tropicalismo" derivou-se de uma instalação artística de Hélio Oiticica exposta no Museu de Arte Moderna de São Paulo (MAM) em 1967, e também pela canção homônima de Caetano Veloso, Tropicália. Alambert (2012) entende o movimento tropicalista como resultado da agitação social em torno de um *ethos* vanguardista, caracterizando-se como um sucessor do movimento modernista brasileiro - Caetano Veloso teria declarado em entrevista, em 1968, que o Tropicalismo seria neo-anthropofagista. Assim, Alambert (2012) comenta que na época a tradição cultural modernista foi importante para oferecer norte e força ao jovem movimento, que tinha como desafio tentar equacionar as contradições e dilemas históricos

brasileiros, quais sejam, a dicotomia entre as tradições e costumes arcaicos face às transformações culturais modernas que o século implicava, o cosmopolitismo inerente ao sistema capitalista e o provincianismo persistente nas regiões brasileiras e na mentalidade social, a industrialização das cidades e o persistente subdesenvolvimento do país, etc. Para responder a todas essas dicotomias, o movimento apostou na história como farsa e, tal como os modernistas, no imperativo de romper com as tradições estéticas predominantes. A herança antropofágica, o uso das alegorias, a desconstrução das grandes narrativas brasilianistas foram os principais eixos formais do movimento. Nas canções tropicalistas é possível verificar "a justaposição de materiais diversos, de elementos díspares, provocando um efeito de obscuridade, de estranheza, como se fosse um sonho" (FAVARETTO, 2003, p. 246). Essa "cena desmontada" alude justamente à persistência do processo de modernização social brasileiro e às suas deformações.

Conforme afirma Napolitano (2005), Caetano Veloso e Gilberto Gil configuram na época como ídolos pop da nascente indústria cultural brasileira e passam a chamar atenção internacional¹². O autor comenta que empresas estrangeiras como a multinacional Rhodia passaram a se interessar pelo movimento, algumas até tornaram-se patrocinadora dele, aproveitando para divulgar seus produtos. Considerando-se que o paradigma de política externa brasileira na época era o nacional-desenvolvimentista, em que a cultura era compreendida pelo seu potencial de desenvolvimento nacional e sua gestão era controlada pela agência estatal, o movimento tropicalista foi em parte tolerado nos primeiros anos do regime militar porque representava uma oportunidade econômica para a indústria cultural brasileira e porque aproximou o país dos centros hegemônicos culturais.

Por fim, mesmo após a sua explosão inicial, o Tropicalismo transformou-se em um termo corrente da indústria cultural e da mídia, tendo se consagrado como um ponto de clivagem ou ruptura, em diversos níveis: comportamental, político-ideológico, estético (NAPOLITANO, VILLACA, 1998). Foi ele, enquanto movimento, que apontou para a crise terminal do "nacional-popular" como eixo político e cultural. Favaretto (2003) constata que o grande mérito do movimento da década de 1960 foi reafirmar a nossa modernidade como ruína, uma vez que nossa alegoria seria representada pela ideia do "retorno do reprimido" na história, ou seja, como ocupar um espaço depois de termos sido vencidos? Schwarz (1987), por sua vez, considera que o movimento era incoerente com suas próprias intenções

¹² Mesmo em meio à ditadura e apesar de perseguidos pelo regime, as figuras da contracultura brasileira que terão respaldo no exterior (leia-se, que terão um público consumidor) serão utilizadas pragmaticamente pelo Estado como produto cultural em sua diplomacia cultural. Ver Dumont e Fléchet (2014).

revolucionárias, posto que sua tradição de pensamento era a-histórica. Ele reconhece na produção tropicalista um niilismo que não escolhe caminho algum e que representa, na verdade, uma impotência frente aos desafios políticos da época (de reconciliar dois brasis irreconciliáveis). O autor acredita que a literatura seria o paradigma da ação ideológica intelectual - notadamente o romance *Quarup*, do autor Antonio Callado, por apresentar verdadeiramente consciência histórica e capacidade de explorar a situação e as possibilidades do intelectual brasileiro em um momento de autoritarismo político. Por fim, cabe dizer que o debate acadêmico acerca do movimento tropicalista talvez só reforce a importância inegável que este teve e segue tendo no país, reflexo mais ou menos direto da Modernismo brasileiro.

2.3 FORJANDO A IMAGEM BRASILEIRA NO EXTERIOR: A TRAVESSIA DO PAÍS EMERGENTE

Em lugar do antigo isolamento das províncias e das nações bastando-se a si próprias, desenvolvem-se relações universais, uma interdependência universal de nações. E o que é verdadeiro quanto à produção material o é também no tocante às produções do espírito. As obras intelectuais de uma nação tornam-se a propriedade comum de todas. A estreiteza e o exclusivismo nacionais tornam-se dia a dia mais impossíveis; e da multiplicidade das literaturas nacionais e locais nasce uma literatura universal. (ENGELS, MARX, 1988, p. 3-4).

Analisados os desdobramentos sociais e políticos dos dois maiores movimentos artísticos do século XX no Brasil, considerando-se também o seu alcance no exterior (principalmente o Tropicalismo), pretende-se, sobretudo com o suporte de ensaios dos autores Haroldo de Campos e Silviano Santiago, refletir sobre a travessia de um país emergente no século XXI, em um sistema pós-moderno em que todos os melhores assentos parecem já ter sido tomados, ao mesmo passo em que é necessário participar mesmo assim deste concerto. A Terceira Revolução Industrial, com o fim da Guerra Fria, possibilita uma isolada hegemonia americana a partir da década de 1980 (CERVO, 2008), sendo possível ao Brasil voltar a analisar o sistema internacional como multipolar somente a partir do século XXI. As teorias de globalização dentro das relações internacionais também tornaram-se mais complexas e apontam, sejam neoliberais ou neomarxistas, para uma codependência estrutural entre os países. Escolheu-se abordar as teorias de *interdependência complexa*, de Keohane e Nye, e de *sistema-mundo*, de Wallerstein, para tratar do uso político da literatura na contemporaneidade por parte dos países.

Com o fortalecimento dos valores cosmopolitas no final do século XX, resultado da internacionalização do processo produtivo e dos efeitos da globalização (cuja influência nas

áreas econômicas, culturais, sociais e políticas das nações é marcante), Keohane e Nye (1977) defendem o conceito de interdependência complexa para a leitura do Sistema internacional pós-Guerra Fria (ou pós-bipolar). Isso significa a multiplicação das interconexões globais e a aceleração de fluxos (financeiros, demográficos, informacionais, etc), de modo que outros atores relevantes e capazes de gerar dependência direta, porém não estatais, passaram a agir no cenário internacional, como as organizações internacionais, por exemplo. Bastante similar à ótica de interdependência é o conceito de dialogia universal defendida por Campos (1981), no qual o autor acredita na inerente internacionalização da literatura e no policulturalismo das relações internacionais e, evidentemente, artísticas.

Wallerstein (1974), por sua vez, fará uma contribuição à teoria pós-marxista das relações internacionais, comunicando-se com os teóricos Fernand Braudel (cujo conceito de economia-mundo inspirou seu trabalho), Giovanni Arrighi e Samir Amin. Baseando-se na divisão interregional e transnacional do trabalho, que classifica os países em centrais (especializados na produção capital-intensiva), semiperiféricos e periféricos (produção trabalho-intensiva), a teoria de sistema-mundo permite explicar o subdesenvolvimento do hemisfério sul devido à sua posição na divisão do trabalho da economia mundo. Relacionando a teoria de Wallerstein com a realidade especificamente brasileira do começo do século XX, por exemplo, o país compunha a periferia da cultura ocidental, e precisava procurar sua identidade entre o já inevitável pertencimento ao todo e a descoberta de sua diferença mesmo enquanto parte dele.

Acerca da ideia de diferença descoberta, esta foi trabalhada brilhantemente por Santiago (1978). O autor defende para a América Latina um lugar no mundo da cultura e da literatura que passe por uma inversão de valores, sendo necessária uma miscigenação feita não do europeu ou do autóctone, mas de algo necessariamente novo (esse seria o entre lugar no discurso latino-americano). Adepto ao conceito de antropofagia, Santiago apoia-se em teóricos como Foucault e Derrida para estabelecer o entendimento do povo latino-americano que, uma vez culturalmente dependente, buscou unificar o que era naturalmente pluralizado (justamente, a sua *diferença*) pelo uso da violência apreendida em seu próprio passado histórico. Em substituição a esse comportamento que predomina em nosso continente, o literato e ensaísta propõe a superação desse molde através da revalorização da pluriculturalidade inerente da nossa formação, ou seja, a valorização da nossa diferença.

Já o projeto de inserção internacional brasileira, Silviano Santiago (2009) é autoexplicativo em seu ensaio chamado "Destino: globalização. Atalho: nacionalismo. Recurso: cordialidade". O autor entende a cordialidade brasileira como uma forma de

passionalidade amoral, um indecível entre amizade e inimizade, e em seu ensaio ele postula a ideia de que essa cordialidade pode ser usada em momentos de déficit ou como "um índice de participação - não pertencente - no concerto de nações reivindicadas pela globalização" (SANTIAGO, 2009, p. 1). Em meio à crise da ocidentalização globalizante, Santiago reflete que países não-ocidentais, considerados relativamente insuficientes e escamoteados para os "porões do mapa-múndi neoliberal" (SANTIAGO, 2009, p. 2), passam a oferecer respostas que o centro já não consegue, e ainda que essas respostas não sejam de todo absorvidas pelos protagonistas ocidentais, elas repercutem nos centros cada vez mais fortalecidos não-ocidentais, e esse é um contrabalanceamento de poder importante para as relações internacionais contemporâneas¹³. No entanto, ainda que também seja considerado relativamente insuficiente, o Brasil construiu uma diplomacia cultural precoce pelo desejo de inserir-se internacionalmente logo após proclamada a República, e foi capaz de dar continuidade às suas políticas culturais exteriores através do uso do pragmatismo, mostrando a maturidade dos agentes e do próprio Estado (DUMONT, FLÉCHET, 2014). Ainda assim, em nosso cordialismo bondoso e feroz (SANTIAGO, 2009), é cabível assumir que ao quisermos ensaiar o universal, deparamo-nos com os donos do universal, quais sejam, os países centrais do Ocidente (o lugar que tanto desejávamos já está tomado).

A tese de Silviano Santiago possui muitos encontros com discussões dentro do campo das Relações Internacionais, tornando visível mais uma vez a sua relação com a literatura. Ao denunciar os efeitos da globalização sobre países não-ocidentais, especialmente os latino-americanos e especificamente o caso brasileiro, o literato e ensaísta lança um olhar desenvolvido à Nova Ordem Mundial.

[Nesta], as humanidades da Terra percebem-se vivendo em um sistema mundial de produção de mercadorias, articulado e em movimento, do qual as economias desenvolvidas, subdesenvolvidas, socialistas e capitalistas fazem parte. Não há mais economias nacionais autônomas funcionando de maneira autônoma. Criou-se uma grande economia que está por cima da compreensão de nacionalidades. Além disso, essa Nova Ordem Mundial vem significando também uma explosão da miséria, da desordem, da exclusão e da fragmentação em determinados pontos do mundo. (TASSARA, DAMERGIAN, 1996, p. 295).

Com o advento da globalização, Alambert (2012) aborda o novo ímpeto cosmopolita que dinamitou, na década de 1990 em diante, o novo espírito moderno brasileiro, na medida

¹³ "Portanto, outra pergunta persiste: Será que o Ocidente chegará a *conceber* seu próprio limite, suas próprias limitações, sem as respostas do resto do mundo que lhe são oferecidas em efervescência, mas *a priori* encurraladas em perspectivas localistas ou regionais? Ou será que o Ocidente só *conceberá* o próprio limite e as próprias limitações, se forçado pelas armas militares dos levantes e da subversão, hoje ditas *terroristas*?" (SANTIAGO, 2009, p. 4 – grifos do autor).

em que consolidou, consigo, um novo pensamento único. A era da privatização, lida como "flexibilização da barbárie" (ALAMBERT, 2012, p. 148), fez com que poderes hegemônicos dentro da sociedade brasileira (a elite política, intelectual e financeira) repusessem, uma vez mais, a modernização do país exclusivamente para si. Aos excluídos, no entanto, restou uma modernização alternativa, que o autor caracteriza da seguinte maneira:

Do outro lado, os pobres também puderam "avançar" em direção à mendicância, à "terceirização" ou ao assalto à mão armada. E dentro das prisões de segurança cada vez mais "máxima" puderam racionalizar sua ação para dentro do mundo que os excluiu. (ALAMBERT, 2012, p. 148).

Se para Santiago (2009) é mister que o Brasil repense a questão da sua mestiçagem espontânea, em detrimento da sua noção tantas vezes pré-fabricada nos movimentos de identidade nacional, é porque esta é a oportunidade indispensável de transformação nacional que traga mais coesão interna, ao passo que atenda ao nosso clamor por justiça étnica, uma vez que nos tornamos a extensão dos nossos próprios alçózes colonizadores. Repensar a mestiçagem brasileira, com todas as suas implicações sociais, políticas e econômicas, segundo o autor, também é uma resposta aos efeitos da globalização sobre o país.

Ainda sobre essa questão, Maciel (2007) propõe-se a responder, examinando diversos intérpretes do Brasil, como o país, com sua dimensão continental e habitado por uma multiplicidade de etnias e culturas, conseguiu manter-se coeso enquanto unidade nacional diante do mundo moderno. O autor defende que a composição institucional que permitiu tal coesão foi um 'pacote' ideal que nem sempre foi efetivado, mas que se buscou e ainda se busca alcançar, qual seja: um mercado competitivo, um Estado centralizado, uma esfera pública democrática, uma identidade nacional autêntica e uma cidadania estendida a todas as classes sociais (MACIEL, 2007). Ainda que hajam contrastes entre esse projeto de cunho liberal e a realidade brasileira, verifica-se esses como os eixos norteadores do país. O autor, então, retorna ao momento histórico de adesão ao projeto, ou seja, o processo de independência política marcado pelo primeiro articulador da brasilidade, José Bonifácio. Bonifácio teria estabelecido um mito para traçar a identidade nacional e assim fortalecer o sentimento de pertencimento brasileiro, apostando no histórico pacífico da história nacional: dessa reflexão nasceu o mito da hospitalidade e da personalidade passiva brasileira (MACIEL, 2007), que será utilizado na política externa sob o argumento de uma tendência pacifista específica do Brasil.

Explorando o conceito de síntese dos opostos, originalmente desenvolvida por DaMatta em *O que faz o Brasil, Brasil?* (1984), Maciel (2017) explica que, simbolizado pela feijoada

(que mistura dois opostos), o brasileiro pode ser pensado como um malandro, na perspectiva teórica de relativismo cultural narcísico. Assim, considerando que a urgência de uma identidade nacional que fosse autêntica foi algo típico do imaginário ocidental moderno do século XIX, o autor a considera ilusória, uma vez que nunca tivemos uma tradição de adaptabilidade - ela foi, ao invés, mais um mito de brasilidade¹⁴. Por fim, vale a pena repensar as interpretações desenvolvidas por Chauí (2000) sobre o direito natural ao poder sentido pelas classes nacionais dominantes, mais um mito presente na identidade nacional brasileira. A autora relaciona tal relação de dominância com os vínculos de favor e clientelismo, comunicando-se, segundo Maciel (2007), com a tese de Sérgio Buarque de Hollanda sobre a "terra de barões" e a predominância de uma "cultura senhorial" no Brasil.

Assim, até hoje vivemos em uma sociedade extremamente hierarquizada. No entanto, apesar de não possuímos um histórico de conflitos bélicos, como é o caso de tantos países da Europa e mesmo mais próximos geograficamente, como na América Latina, não significa que não possamos usar outros aspectos do nosso passado para repensar a nossa própria identidade nacional à guisa não de mitos de facilidades, mas de tradições de dificuldades (MACIEL, 2017), para construir uma travessia democrática dentro e fora de nossas fronteiras. Trata-se da contingência histórica brasileira: repensar a forma com que encaramos o futuro ou, nas palavras de Santiago (2009), não mais entrever, e sim enxergar o nosso destino, à guisa de atalhos e recursos nítidos.

Na visão de Haroldo de Campos (1981), entretanto, o nacionalismo deveria ser pensado como um movimento dialógico da diferença, buscando sempre a quebra das tradições; daí o perigo dos nacionalismos ontológicos permeados por falácias logocêntricas, tão bem explanados por Maciel (2007) na recuperação dos mitos fundadores da identidade nacional brasileira. Apesar de terem possibilitado um sentimento nacional, essas elaborações monológicas acabaram levando a um caminho de recristianização, no entendimento de Campos (1981): ou seja, incapazes de quebrar as estruturas sociais, eles apenas reformularam as violentas contradições do nosso passado de colonização. Assim, a questão da *alteridade* - pensar e reconhecer-se (n) o outro -, tão cara à pauta da identidade nacional brasileira, jamais foi pontualmente resolvida, tendo permanecido o aborígine e o europeu fixados em dogmas que nos levaram à propagação da exclusão e da violência, seja esta simbólica ou literal.

¹⁴ "A brasilidade só se revestiu e apropriou de discursos modernos, desde Freyre, porque seu conteúdo identitário, sua suposta autenticidade só são desafiados quando se compreende que não existe brasilidade, a não ser como uma postura instrumental diante dos imperativos das instituições modernas. A própria ideia de autenticidade de uma cultura se desenvolve originalmente na Europa do século XVIII e, por si só, já nos obriga a desistir da ideia de uma originalidade brasileira: ao perseguir a ideia de autenticidade, mesmo que sem intenção, já estamos aderindo a um valor que não é originalmente brasileiro". (MACIEL, 2007).

Em ‘Da razão antropofágica: diálogo e diferença na cultura brasileira’, Haroldo de Campos (1981) reflete também sobre a questão da possibilidade de uma literatura de vanguarda por parte de um país subdesenvolvido, utilizando-se da reflexão de Engels sobre o problema da divisão do trabalho em filosofia: a documentação intelectual exigida para a formação literária e filosófica de um país não se verificaria, na visão do autor, em nações retardatárias, pois a elas faltariam as condições prescritas para o experimentalismo artístico - antes de experimentar, afinal, haveriam de ter algo original. Com base nisso, verifica-se a importância do fator econômico e do lugar do país no arranjo internacional para que se possa pensar nas possibilidades de produção literária e, conseqüentemente, nas elaborações de identidade nacional. Mas Haroldo de Campos não acredita que o Brasil e outros países subdesenvolvidos tenham recorrido à inspiração no exterior somente pela denúncia feita pelo teórico materialista: estabelecendo uma leitura semiótica que em muito se comunica com a abordagem da interdependência complexa - e citando o trecho do Manifesto Comunista utilizado no início desta seção -, o autor reflete que, numa realidade marcada pelas comunicações cada vez mais dinâmicas e intersubjetivas, deflagra-se uma pressão dialógica capaz de desmentir o simplismo da afirmação fatalista de que é destino dos países subdesenvolvidos produzir literatura subdesenvolvida. Embora Campos não defina o termo *literatura subdesenvolvida*, fica claro que defende a comunicação dos artistas nacionais com (e para a elaboração) (de um)a literatura universal.

Desenvolvendo seu argumento, Campos também comenta que o problema por trás do termo *subdesenvolvido* é que este esconde a estrutura capitalista dele causadora (cuja expansão dá-se às custas da exploração do trabalho), de modo que os países se sentem estimulados a participar desse arranjo competitivo, ainda que pela porta dos fundos, submetendo-se ao pacto neoliberal, ainda que lhes seja extremamente desvantajoso. O autor afirma que a ideia de antropofagia oswaldiana, nesse sentido, pode ser pensada como um recurso de reação à hierarquia imposta pelo sistema internacional: ao invés do subdesenvolvido agir como um bom selvagem, submetendo-se à catequese europeia (a metáfora é ampla, mas podemos pensá-la, no que tange às relações internacionais, aos ditames econômicos austeros do Fundo Monetário Internacional sobre as economias latino-americanas em troca da concessão de empréstimos), deve ele portar-se como o desabusado *mau selvagem*: devorar o inimigo forte e bravo, retirar-lhe o tutano e a proteína, e assim tornar-se robusto o bastante para que lhe brotem as forças naturais. Nesse último caso, podemos pensar

no comportamento dos países emergentes no século XXI no que tange ao BRICS¹⁵, um grupo político de cooperação formado por Brasil, Rússia, Índia, China e, desde 2011, África do Sul. Buscando converter seu despontado poder econômico em maior influência geopolítica, esses países se inspiraram nos moldes de organizações internacionais fechadas como o Banco Mundial e a União Europeia (inimigos bravos que foram *devorados* pela inspiração) para auxiliarem-se mutuamente em prol de um objetivo comum (o robustecimento dos maus selvagens).

Considerando a pluralidade do hemisfério sul no contexto da globalização, Campos (1981) defende que o europeu (mas também o americano, o chinês, o indiano, etc) deve se acostumar com a cada vez maior presença do latino-americano no palco internacional. Abordando a ideia de policulturalismo, o autor defende:

[...] a transmutação paródica de sentido e valores, a hibridização aberta e multilíngue, são os dispositivos que respondem pela alimentação e realimentação constantes desse almagesto barroquista: a transenciclopédia carnavalizada dos novos bárbaros, onde tudo pode coexistir com tudo. São mecanismos que esmagam a matéria da tradição como dentes de um engenho tropical, convertendo talos e tegumentos em bagaço e caldo sumoso. (CAMPOS, 1981, p. 251).

Ao trecho abaixo valeria adicionar, no que tange ao Brasil, os países africanos, principalmente os da África subsaariana:

Os europeus, já a esta altura, têm de aprender a conviver com os novos bárbaros que há muito, num contexto outro e alternativo, os estão devorando e fazendo deles carne de sua carne e osso de seu osso, que os estão ressintetizando quimicamente por um impetuoso e irrefragável metabolismo da diferença. (E não só a europeus: ingredientes orientais, hindus, chineses e japoneses têm entrado no alambique "sympoético" desses neo-alquimistas [...]). (CAMPOS, 1981, p. 250).

No século XXI, é possível observar na política externa brasileira a mescla das dimensões Norte-Sul e Sul-Sul, na medida em que houve uma ampliação e combinação de dimensões horizontais (países emergentes) e verticais (economias fortes cuja relação com o Brasil é assimétrica, como é o caso dos Estados Unidos) (PECEQUILO, 2008). Apostando, assim, na tradição global-multilateral da sua política externa, o Brasil articulou-se de maneira mais dinâmica no início do século, correspondendo à ideia de policulturalismo e dialogismo universal defendidas por Haroldo de Campos, que parece apoiar uma resposta criativa dos países periféricos à influência inevitável da globalização. Valendo-se externamente da

¹⁵ O acrônimo foi originalmente criado por Jim O'Neil, economista-chefe da Goldman Sachs, em 2001, quando a África do Sul ainda não fazia parte do grupo. Para uma análise mais detalhada sobre a inserção do BRICS na nova ordem internacional, ver Aguiar (2014).

diferença de ser um país diplomático, mestiço e multicultural - o *soft power* brasileiro -, o Brasil consolida a sua rede de parceiros e busca ampliar a sua esfera de influência de maneira pacífica através de um discurso que valoriza a multilateralidade, a multiculturalidade e principalmente a defesa à paz (vale-se, assim, de alguns mitos fundadores da identidade nacional, explorados por Maciel (2007)). Por fim, vale lembrar que, assim como a literatura brasileira já nasceu adulta, uma vez que emergiu do Barroco (a nossa *não-infância*, nas palavras de Campos (1981))¹⁶, articular-se como diferença foi a origem da nação brasileira enquanto protagonista das relações exteriores, e esse pensamento ainda pode seguir servindo-nos de recomeço, sempre que necessário. Em outras palavras, por formular símbolos e novas identidades, a literatura é a materialização da reformulação dos valores de determinado país frente às restrições externas de determinada época. Especialmente no caso das nações tardiamente descolonizadas, o livro possibilita a elaboração de reiterada emancipação espiritual e política a sociedades que tiveram suas narrativas apagadas ou interrompidas pelo atravessamento imperialista. É por isso que, no percurso do século XXI, defende-se que a literatura é um instrumento que possibilita ao Brasil a revisão de suas contradições e a resolução dos conflitos sociais conservados ao longo dos séculos, através de relançamentos discursivos.

¹⁶ Não coincidentemente, Macunaíma também já nasce adulto, em analogia à literatura brasileira. Ainda, é interessante observar que a própria diplomacia cultural brasileira, dada as condições da sua época, precisou adaptar-se tão rápido às elaborações de identidade nacional e foi tão precoce em sua consolidação, que pode-se considerá-la igualmente adulta desde o berço - embora isso seja analisado profundamente somente no próximo capítulo do projeto.

3 O LUGAR DO LIVRO NOS PARADIGMAS DE POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA

No século 20, os nossos melhores livros apontam para a Arte, ao observar os princípios individualizantes, libertadores e rigorosos da vanguarda estética europeia, e ao mesmo tempo apontam para a Política, ao querer denunciar pelos recursos literários não só as mazelas oriundas do passado colonial e escravocrata da sociedade brasileira, mas também os regimes ditatoriais que assolam a vida republicana. A atividade artística do escritor não se descola da sua influência política; a influência da política sobre o cidadão não se descola da sua atividade artística. [...] Ao dramatizar os graves problemas da sociedade brasileira no contexto global e os impasses que a nação atravessou e atravessa no plano nacional, a literatura quer, em evidente paradoxo, falar em particular ao cidadão brasileiro responsável. (SANTIAGO, 2008, p. 15).

Conforme se modernizam, as relações internacionais demandam um estreitamento de relações econômicas e culturais. A multiplicação de Estados soberanos no século XX e as transformações nos meios de comunicação, por exemplo, demandaram esforços diplomáticos que previssem a transponibilidade de antigas barreiras físicas ou não físicas; assim, em meio à esteira globalizante, pode-se afirmar que a cultura passou a ocupar um lugar de crescente importância na política internacional (RIBEIRO, 1989). Mas nem sempre a diplomacia cultural serve para o alcance de um objetivo nacional de natureza estritamente cultural: é possível desenvolver sentimentos de confiança e respeito mútuo, além de estabelecer uma atmosfera favorável ao entendimento, tendo em vista objetivos também políticos, econômicos ou comerciais (RIBEIRO, 1989), o que reforça o caráter multifuncional da diplomacia cultural.

Ao longo do presente capítulo, será utilizada a noção de diplomacia cultural como a soma de dois movimentos complementares: a difusão da cultura de uma nação no exterior e a divulgação de culturas estrangeiras em território nacional (CASTRO, 2012); assim, pensa-se na diplomacia cultural como um intercâmbio, uma prática de emissão e recepção cultural que Ribeiro (1989) defende contribuir à comunhão dos povos. Por fim, deve-se entendê-la como um instrumento de política externa, ou seja, um mecanismo de inserção e consolidação da presença de um país no exterior (PODESTÁ, 2008), que ajuda a viabilizar indiretamente a consecução dos objetivos das demais dimensões de política externa (RIBEIRO, 1989).

Entretanto, persiste o desvanecimento da dimensão cultural das análises de política externa por parte de correntes mais tradicionais de Relações Internacionais, como, por exemplo, as realistas (apegadas aos *hard power*) ou as marxistas, que tendem a atribuir maior

importância a aspectos políticos e econômicos¹. Em oposição a essa tendência, vale a pena destacar teóricos como Stuart Hall (1999), que entende a cultura como um elemento simbólico e discursivo do jogo internacional. Em seu livro “A identidade cultural na pós-modernidade”, o autor explora a identidade cultural descentrada e em crise do sujeito contemporâneo, revelando a reciprocidade da influência da dimensão cultural em relação ao processo globalizante (a relação entre tradições e estruturas). Joseph Nye (2004), por sua vez, assume como igualmente relevantes para a análise das relações internacionais as manifestações mais sutis de poder (*soft power*), manifestadas pelo exercício da influência indireta de um Estado sobre o comportamento ou os interesses de outro por meios da cultura ou da ideologia.

Sobre a metodologia aplicada nesta seção, vale deter-se um momento para algumas explicações. Amado Cervo (2008) identifica quatro paradigmas norteadores da formulação da política externa brasileira ao longo dos últimos dois séculos: o *paradigma liberal-conservador*, o *desenvolvimentista*, o *neoliberal* e o *logístico*. Além da sua ampla adoção nos estudos de história da política externa brasileira, justifica-se a escolha pela periodização paradigmática para investigar o lugar do livro na política externa brasileira devido a sua abrangência temporal, o que a torna mais adequada para o enquadramento dos complexos processos sociológicos e políticos que colaboram para o firmamento de identidades e culturas nacionais (BARÃO, 2012). Além disso, os elementos estruturantes de cada paradigma² corroboram a importância dos condicionantes externos e internos sobre a diplomacia cultural: uma vez que deve-se determiná-la internamente, para em seguida colocá-la a serviço dos interesses externos do país (RIBEIRO, 1989), fica claro como as determinações internas possuem um papel fundamental na dimensão cultural da política externa.

¹ Em seu livro “Jamais Fomos Modernos”, Bruno Latour (1994) defende que as vertentes científicas de interpretação dos fenômenos da realidade, ao não se comunicarem, tendem à separação entre natureza e cultura, passado e moderno, e pela resistência à holística, ou seja, dada a complexidade desses fenômenos, faz-se necessária a adoção de uma interpretação interdisciplinar; como o repertório do mundo vem sendo analisado criticamente por três vertentes (naturalização, socialização e desconstrução) não-comunicantes, o autor conclui que a modernidade de pensamento é ilusória. Lembrando Ribeiro (1989), a diplomacia cultural perpassa objetivos de caráter político, econômico e comercial; assim, associando as ideias de Latour à discussão acerca da desconsideração ou mesmo secundarização da dimensão cultural nas análises de política externa, pode-se concluir que decorrem de uma leitura não holística da cultura nas relações internacionais.

² Cervo (2008) estabelece os seguintes elementos estruturais para os paradigmas: (a) *origens*: causas internas e externas encontradas na gênese paradigmática; (b) *continuidade ou transição*: fatores que preparam para a continuação ou para a mudança paradigmática; (c) *bloco mental*: parâmetros ideológicos e políticos, e (d) *bloco duro*: parâmetros de percepção de interesses nacionais, relações econômicas internacionais e impactos sobre a formação nacional.

3.1. LITERATURA BRASILEIRA E IDENTIDADE NACIONAL DURANTE A VIGÊNCIA DO PARADIGMA LIBERAL-CONSERVADOR (1808-1930)

O período do paradigma liberal-conservador corresponde ao maior período de tempo entre todos os outros paradigmas: abriga desde os primeiros anos da vinda da Corte portuguesa ao Brasil, em 1808, até a Revolução de 1930 (CERVO, 2008). Essa abrangência temporal se justifica pelas reformas políticas do período, que não foram acompanhadas por modificações estruturais na sociedade e na economia: houve a vigência do latifúndio monocultor voltado à exportação, de base escravista até 1888 (data da abolição da escravatura no Brasil) e, a partir de então, assalariada (CARVALHO, 2002). Também a atuação estatal manteve-se comprometida com o poder privado das oligarquias nacionais (CARVALHO, 2002). No período Imperial, será criada a Guarda Nacional para a manutenção da ordem pública, fortalecendo o protagonismo de coronéis nos diversos municípios brasileiros (BARÃO, 2012). Os esforços democratizantes do período republicano, no entanto, não foram suficientes para alterar as estruturas socioeconômicas brasileiras: sobrepondo-se à instalação de um sistema político moderno, mantiveram-se estruturas arcaicas favoráveis à continuidade das práticas mandonistas de proprietários rurais, o que ficou conhecido como *coronelismo* (BARÃO, 2012).

Assim, durante todo o paradigma liberal-conservador, houve um forte protagonismo das elites intelectuais e econômicas na elaboração do sentimento nacional. Isso pode ser explicado pela sociedade vigente durante o recorte temporal de 1808 a 1920: com um alto índice de analfabetismo, a restrição do voto feminino e a cultura do coronelismo, a participação política passava mormente à classe social, ao gênero, à raça e ao acesso ao diploma superior. Além de não haver uma população politicamente organizada nem um eleitorado amplo que refletisse a identidade nacional, os marcos da escravidão na estrutura social foram muito profundos: impediram a formação cidadã de uma parcela populacional e, ao mesmo tempo, corroboraram uma estrutura de desigualdade que serviu de obstáculo à construção de uma verdadeira nação (BARÃO, 2012).

As elites econômicas detinham poder político porque seus principais interesses orientavam as ações do Estado. Ao dizer que a elite agroexportadora fazia uma leitura restrita das funções estatais, Amado Cervo (2008) se refere à sobreposição dos interesses desse grupo - quais sejam, o sucesso do setor agroexportador, a coesão interna e a unidade territorial frente aos países vizinhos - aos nacionais. Tanto interna quanto externamente, a influência exercida pela elite agroexportadora marca os traços compositores do paradigma de política externa em

questão: economicamente liberal, visando ao benefício das exportações de açúcar e café, porém sustentado pelo conservadorismo das relações políticas.

Em meio à expansão do agronegócio, a demanda pela manutenção do mercado interno dentro de uma lógica de descentralização política provocou uma distensão que exigiu a atuação política de um outro setor da elite nacional, os diplomatas (BARÃO, 2012). Com especial destaque para a gestão do Barão de Rio Branco, reformas importantes de cunho estratégico foram aplicadas durante o período de 1902 a 1912 pelo Ministério das Relações Exteriores, sendo a produção pacífica da imagem geográfica e cartográfica nacional talvez a maior delas (CASTRO, 2007). O período que se estendeu até o ano da morte de Rio Branco, em 1912, ficou conhecido como o da *diplomacia do barão* e coincidiu com o apogeu da Primeira República (CASTRO, 2012). Nesta fase, a demarcação de fronteiras e a utilização de determinadas narrativas, como a da excepcionalidade histórica brasileira, que configurava às relações exteriores do país um caráter pacífico, foram elementos adotados por Rio Branco para elevar o prestígio nacional. Assim, a defesa de que o país ocupava uma posição diferenciada no contexto continental era a tônica argumentativa para o seu papel de liderança regional e a justificativa para a delimitação cartográfica em curso (CASTRO, 2012).

No entanto, a diplomacia brasileira do período promoveu rupturas dentro da continuidade, uma vez que combinou a tradição realista herdada do Império às mudanças no cenário internacional e aos novos paradigmas da política externa nacional (MAGNOLI, 1997). Uma nova ordem mundial passara a se desenhar com a perda de hegemonia inglesa desde o início do século XX e o gradual fortalecimento norte-americano, e a política externa brasileira tentou adaptar-se a essa nova realidade (CASTRO, 2012). A inserção brasileira no sistema internacional nessa fase deve ser entendida como resultante do esforço de conservar a autonomia nacional mediante à redistribuição de poder para os Estados, e nesse sentido a defesa do pan-americanismo era uma estratégia brasileira para figurar-se como elo entre a nova potência e o contorno regional.

Durante o exercício da diplomacia riobranquiana, modernizou-se o Itamaraty para que ele refletisse o prestígio nacional: se antes os diplomatas ingressavam na carreira política através de relações pessoais, houve um processo de formação cultural e política profissionalizante (CASTRO, 2012). A preocupação com a imagem do país no exterior estava em pauta no período, de modo que se buscou destacar o que havia de mais "civilizado" na cultura nacional, daí a nomeação de escritores a postos diplomáticos e a emissão de convites a célebres europeus para visitarem o país (SKIDMORE, 1974). A dimensão cultural foi

valorizada nessa fase como uma facilitadora de integração regional e construtora da nacionalidade (DANESE, 1999).

No que tange à diplomacia cultural, importante destaque deve ser direcionado à *Revista Americana*, um projeto de cooperação política e intelectual que circulou, de forma não contínua, entre 1909 e 1919 no hemisfério sul. Idealizada pelas fileiras diplomáticas brasileiras, a Revista tornou-se um local de divulgação sobre a política, história e cultura das repúblicas sul-americanas, atenuando o desconhecimento mútuo dos países (CASTRO, 2012). Além disso, serviu como uma plataforma na qual era possível aos intelectuais ensaiarem posicionamentos frente aos temas da nova ordem global.

Uma vez que o continente sul-americano sofria hiatos culturais decorrentes do período colonial, pode-se notar ao longo da leitura dos artigos disponíveis da Revista uma preocupação em pensar não apenas a identidade nacional, mas também uma identidade americana. Assim, o projeto é considerado um dos instrumentos da política externa americanista de Rio Branco, preocupado em criar um empreendimento cultural para a região (CASTRO, 2012), como se pode verificar através do seguinte trecho elaborado pela própria redação da Revista:

A America conhecemo-la aos fragmentos. O telegrapho désvenda-no-la em sua feição política e economica. Adivinhamos, mas ignoramos palmarmente, o seu aspecto estrictamente intellectual. As difficuldades, geradas pelas distancias que separam os países americanos, engravecidas com a inopia quasi absoluta de rapidos meios de communicação, explicam e justificam a ignorancia reciproca em que se encontram. Addite-se a tudo isto a convicção radcada em todos nós de que as idéas, para ser aceitaveis necessitam trazer a marca européa e transpor os mares nos bojos dos transatlanticos; o descaso injustificavel pelas cousas do nosso Continente; a indifferença pela sua história; o desamor pelas suas tradicoes; o desprezo pelos incontaveis aspectos de sua natureza, e ter-se-á um quadro quasi completo das varias causas por que as gentes americanas se desconhecem voluntariamente. (AMERICANA, 1909, p. 19).

São feitas acima referências sobre as transformações tecnológicas que marcaram o final do século XIX e o início do século XX, e seus reflexos na realidade política, social e econômica sul-americana. O advento dos meios de comunicação favoreceu a geração de comunidades argumentativas compostas por intelectuais preocupados com o desenvolvimento nacional, como foi o caso da geração de 1870 no Brasil, comentada no primeiro capítulo. Frente à nova ordem internacional, o discurso presente na *Revista Americana* frisava a necessidade do hemisfério sul assumir um novo papel nas relações internacionais do século

XX, exercendo uma tradição republicana baseada no projeto político e cultural do periódico (CASTRO, 2012)³.

Embora a dimensão cultural entre oficialmente nas prerrogativas do Itamaraty apenas nas décadas de 1920 e 1930 (DUMONT, FLÉCHET, 2014), a Revista pode ser pensada como a primeira experiência brasileira de diplomacia cultural (CASTRO, 2012). Nesse sentido, vale notar a importância do livro como veículo escolhido pela elite intelectual para dar materialidade às suas ideias. Especificamente sobre o papel da literatura, o periódico esforçou-se em fazer circular poesias e contos que, em sua vasta maioria, tratavam de problemáticas sul americanas, além de críticas literárias e ensaios diversos sobre a história da literatura (CASTRO, 2007).

Atualmente as relações internacionais entre os homens estudiosos da América-Hispânica são pouco cultivadas, o que faz com que se ignorem os esforços dos obreiros da ciência que tanta importância têm nos países novos que vivem de ideias. Essas relações intelectuais podem ser levadas a cabo por meio da imprensa, dos livros e das cartas missivas [...]. Os livros são um dos veículos mais seguros e exatos para refletir opiniões individuais e sociais; ao mesmo tempo contribuem a estreitar relações de indivíduo a indivíduo e de nação à nação. Pelo livro se conhecem os intelectuais, e é sinal de espírito seletivo obsequiar aos que trabalham com a pena quando se está a cem léguas de distância. (AMERICANA, 1909, p. 151).

Em “Formação da Literatura Brasileira: momentos decisivos”, Antonio Candido (2000) reflete sobre a concomitância do processo formador literário e nacional, evidenciado sobretudo durante o processo de independência brasileiro, mas também presente no movimento modernista, por exemplo. A construção do sentimento de libertação nacional no século XIX esteve profundamente vinculado aos símbolos fabricados pelo Romantismo. A crítica literária da época entendia que a literatura servia como expressão e construção do nacional, tendência reforçada pelo desejo brasileiro de possuir a sua própria literatura (CANDIDO, 1959). Dessa forma, criou-se a ideia de uma missão intelectual aliada à ideia de nacionalismo literário: na esteira do processo descolonizador, a literatura serviu para reafirmar a existência social, refletir a realidade nacional, promover a reflexão criativa e, portanto, emancipatória frente à antiga metrópole, e ainda integrar o Brasil aos valores ocidentais⁴. Neste último caso, ela o faz através da incorporação à estética romântica

³ "Nos debates da Revista Americana ficava latente a necessidade de se pensar um determinado projeto para as Américas em um contexto de evidente tensão entre uma ordem internacional, ainda vigente, baseada no princípio *hobbesiano-vestfaliano* e a gênese de um novo sistema internacional que só viria a se consolidar após 1945, com a *era da política mundial*. Uma época, portanto, de transição, de crise de valores e de paradigmas, que trazia consigo um enorme desafio para aquela geração intelectual: o de compreender um mundo em constante mudança sem referências consolidadas". (CASTRO, 2007, p. 183 – grifos do autor).

⁴ "[...] por meio da literatura, o país recebia atestado de nação, incluindo-o ao rol dos territórios civilizados e progressistas, os mesmos onde imperava um regime político reconhecido internacionalmente e era dominado

europeia, o que contribuiu para a formulação de projetos modernizantes internos e para o ensejamento de futuras aproximações diplomáticas com os centros culturais da época.

Portanto, se prevalece durante o paradigma liberal-conservador o esforço pela construção do Estado-nação, as ideias de Candido (2000) acerca de um nacionalismo literário ressaltam a importância das letras nesse período, já que houve um sistema literário vinculado à construção da ordem nacional. Isso explica o vínculo das elites intelectuais com as classes econômicas, que também detinham poder político, durante o período imperial e republicano. A gênese da diplomacia cultural brasileira será marcada pela presença de escritores e acadêmicos ocupando pastas de Governo, inclusive cargos no Ministério das Relações Exteriores (BARÃO, 2012), além da utilização da sua fluência nas palavras para passar uma imagem de prestígio no exterior.

Ainda, outro destaque do período foi a participação brasileira na Liga das Nações e seus projetos de cooperação intelectual. A opção brasileira pelo multilateralismo durante o paradigma liberal-conservador foi uma alternativa ao isolamento diplomático do país no continente americano devido a cada vez maior influência estadunidense sobre o território e às desconfianças e conflitos de interesses entre os vizinhos sul-americanos no período entre guerras (CERVO, 2008).

Apesar dos desgastes internos, com a alternância dos governos nos últimos anos da República Velha, a insustentabilidade das medidas de proteção ao café e a ruína do pacto oligárquico mediante a crise de 1929, bem como as tensões oriundas do surgimento de novos grupos sociais, a política externa brasileira seguiu vislumbrando a construção de uma imagem de prestígio no exterior. Essa perspectiva era defendida pela elite nacional, sobretudo política, que julgava o país pronto para buscar um papel ativo nas relações internacionais (BARÃO, 2012). Durante esse período, o Brasil passou a integrar, como membro não-permanente, o Conselho da Sociedade das Nações, que reunia as principais potências mundiais da época, e a colaborar com os seus órgãos técnicos de cooperação intelectual, motivado grandemente por aspirações de poder na nova ordem internacional (REZENDE, 2013).

A adesão brasileira à Liga garantiu-lhe um assento não-permanente no conselho, mas o clima político interno requeria uma conquista exterior que solavancasse os ânimos e fizesse jus ao passado de glória nos assuntos exteriores, às conquistas herdadas no período Rio Branco (BARACUHY, 2006). Dessa forma, o então presidente Artur Bernardes (1922-1926)

por uma elite ilustrada, de preferência alinhado à classe burguesa que dominava a Europa pós-revolucionária do século XIX". (ZILBERMAN, 1999, p. 27).

elegeu como ambiciosa meta de política externa brasileira a conquista de um assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas (PUMAR, 2011).

Bernardes assumiu a presidência sob estado de sítio, que seria prorrogado várias vezes em seu mandato. A crise do Estado Liberal e do sistema oligárquico no Brasil mostrava seus sinais, com dissidências internas e crescente oposição de novos setores da sociedade. Um país convulsionado por crises dificilmente encontra base de consenso sobre as diretrizes de sua política externa. As soluções radicais ganham força em tempos incertos. (BARACUHY, 2006, p. 65).

No entanto, a impossibilidade de se atingir o objetivo culminou com a saída brasileira da Liga das Nações em 1926⁵. Embora marcado por desgastes diplomáticos, o Brasil continuou apostando em iniciativas multilaterais com a Liga, especialmente no que tange à cooperação intelectual através de dois órgãos técnicos: a Comissão Internacional de Cooperação Intelectual (CICI), criada em 1921, e o Instituto Internacional de Cooperação Intelectual (IICI), fundado em 1924.

Conforme cresciam as atividades da CICI, recomendou-se aos países participantes a elaboração de comissões representativas que respondessem a um inquérito sobre as condições da vida intelectual de seu país e fornecessem acesso aos cientistas, universidades e órgãos públicos nacionais (REZENDE, 2013). Assim, criou-se a Comissão Nacional Brasileira de Cooperação Intelectual, composta majoritariamente por membros da Academia Brasileira de Letras, valendo destacar a forte presença de escritores entre esses intelectuais - o que reitera a ideia anteriormente discutida sobre o vínculo estreito da literatura na política durante o período.

O programa de trabalho executado pela Comissão Internacional estava relacionado às seguintes temáticas: a) Estudo científico das relações internacionais b) Colaboração internacional das universidades e dos estabelecimentos de ensino c) Divulgação de obras literárias (como a realização da coleção iberoamericana que incluía em seu acervo traduções para o francês dos livros *Dom Casmurro*, de Machado de Assis, *O Mulato*, de Aluísio de Azevedo, e de uma coletânea de textos de Joaquim Nabuco) [...] (PUMAR, 2011, p. 5)

Em 1927, foi criada dentro da CICI uma subcomissão de letras e artes, visando à divulgação de obras culturais e o estreitamento de relações entre os países. No entanto, foi discutido entre os membros da Comissão as dificuldades do estabelecimento de projetos de

⁵ Sobre os motivos do Brasil não ter obtido um assento no Conselho de Segurança da Liga das Nações, ver BARACUHY, 2006; GARCIA, 2000. Em resumo, pode-se falar em um conflito de interesses entre as principais potências e os novos atores participantes da plataforma, que disputavam um assento permanente pela alcunha de prestígio. Encontrando especial resistência pelo governo britânico, o Brasil tampouco desfrutou do apoio dos vizinhos latino-americanos em suas campanhas diplomáticas para representar os países americanos no Conselho.

cooperação intelectual na área da literatura, pelo seu "caráter essencialmente nacional" e pelo "individualismo dos escritores" (REZENDE, 2013, p. 26). Ainda que não sejam oferecidas maiores informações sobre os argumentos encontrados para não dar seguimento aos projetos, pode-se relacioná-los às dificuldades de tradução da língua nacional e aos custos editoriais.

Fundado em 1924, o Instituto Internacional de Cooperação Intelectual (IICI) adveio de iniciativa francesa e recebeu patrocínio da Liga das Nações (DUMONT, 2008), no entanto suscitava profunda desconfiança britânica. As relações brasileiras com o Instituto iniciaram-se em 1925, através da Comissão Brasileira de Cooperação Intelectual. O objetivo da Comissão era coletar e repassar ao IICI informações sobre o cenário das artes e das ciências brasileiras, além de participar de debates multilaterais e coordenar projetos referentes à cooperação intelectual.

Durante toda a história do IICI (1924-1946), Élysée Montarroyos, escritor e jornalista, foi o representante brasileiro no organismo e demonstrou ter consciência do papel da cultura nas relações internacionais (BARÃO, 2012). A gestão da Comissão paulatinamente recaiu à tutela do Itamaraty, e seu papel na diplomacia cultural brasileira foi ficando mais evidente, principalmente na década de 1930, à medida que se passou a vê-lo como um agente de propaganda brasileira na Europa (DUMONT, FLÉCHET, 2014). No início de 1929, a gestão de Montarroyos recebeu a primeira contribuição regular por parte do governo às atividades intelectuais ao IICI, o que se repetiria nos anos seguintes, e recebeu financiamento do Instituto para a publicação de traduções de obras literárias nacionais (REZENDE, 2013).

Desse modo, pode-se constatar que a promoção da literatura no exterior foi, de fato, característica da diplomacia cultural embrionária do paradigma liberal-conservador e, conforme explicam Dumont e Fléchet (2014), será desenvolvida nos anos seguintes sob a lógica da propaganda cultural brasileira empreendida pelo Itamaraty. Nos paradigmas posteriores, no entanto, mudanças sociais serão responsáveis por alterar o caráter e as atribuições do Estado (BARÃO, 2012). Aos poucos, elementos da cultura nacional serão aproveitados pela diplomacia brasileira, e a instrumentos tradicionais de propaganda cultural, a exemplo da literatura, juntar-se-ão a música popular brasileira e o cinema.

Até o fim da Primeira República (1889-1930), a nascente diplomacia cultural não encontrou, portanto, políticas sistemáticas e comunicantes vinculadas ao exterior, baseando-se predominantemente no financiamento de escritores no estrangeiro (DUMONT, FLÉCHET, 2014). O livro foi a plataforma encontrada pelas elites para a criação de prestígio no exterior. E mesmo dentro do Brasil, grandes movimentos literários passaram a repensar a noção de

brasilidade, evidenciando a importância do livro para a renovação não apenas das relações exteriores, mas sociais brasileiras⁶.

A crise do paradigma liberal conservador relacionou-se à formação de uma nova dinâmica social, evidenciada pelo surgimento de novas classes e movimentos sociais, principalmente de operários e trabalhadores médios (SOUZA, 1984). A crise de 1929 significou a quebra do pacto oligárquico, na medida em que interromperam o fluxo de capitais internacionais necessários para o saneamento das exportações de café (FAUSTO, 1997). Ainda, a derrota moral da Liga das Nações foi a tônica final de um projeto falho de Estado.

3.2. O PARADIGMA NACIONAL-DESENVOLVIMENTISTA (1930-1990): O ESTADO COMO AGENTE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

O segundo paradigma idealizado por Amado Cervo (2008) comporta desde o primeiro governo Vargas, em 1930, até a redemocratização, durante o governo de José Sarney (1985-1990). Nesse período, o objetivo fundamental da política externa brasileira foi o desenvolvimento nacional, em concomitância às transformações sociais que redesenharam os desígnios estatais. Configurada por uma sociedade muito mais complexa do que no período anterior, no qual havia apenas dois estratos política e economicamente dirigentes, durante a fase nacional-desenvolvimentista prevaleceu a multiplicidade de desejos nacionais (CERVO, 2008). Até o final da década de 1980, a política externa brasileira se traduziu em uma integração controlada na economia mundial, visando à construção de um espaço de autonomia estatal que garantisse um relativo distanciamento dos polos de poder, a depender das possibilidades do contexto internacional (LAFER, 2009).

Para Amado Cervo (2008), o bloco mental do paradigma desenvolvimentista encontrou suas bases no Governo Vargas, responsável por inspirar as teorias cepalinas da década de 1950, as quais, por sua vez, deram origem à Teoria da Dependência nos anos 60 e 70. Essa busca por autonomia e desenvolvimento funcionou como aspecto de continuidade e coerência à política externa brasileira até 1990, além de garantir legitimidade interna para a atuação do Ministério das Relações Exteriores (PINHEIRO, 2000).

⁶ É o caso do movimento modernista e a sua maior expressão, a Semana de Arte Moderna, em 1922. Como os efeitos do ideal modernista na mentalidade brasileira da época já foram analisados no primeiro capítulo do trabalho, não se prolongará a discussão aqui. No entanto, é válido notar que suas elaborações teóricas acerca da nacionalidade e da originalidade artística terão reflexos importantes tanto em outros movimentos artísticos quanto na elaboração discursiva do Estado durante o paradigma desenvolvimentista e logístico.

A modernização oriunda das transformações urbanísticas e tecnológicas do início do século XX causou nos diversos segmentos da sociedade o desejo de aliar-se às promessas do capitalismo. Caminhar rumo à industrialização, portanto, foi a forma encontrada pela Era Vargas de atender ao conjunto das demandas sociais, buscando um crescimento econômico que tirasse do país a condição periférica (LAFER, 2009; CAPELATO, 1996). Cabia ao Estado, portanto, incentivar o trabalho e garantir a harmonia entre as classes sociais (GOMES, 2005).

A Revolução de 1930 significou uma reorganização do sistema nacional produtivo, na medida em que permitiu maior autonomia ao Estado para dar início a um projeto de industrialização e modernização desvinculados da monocultura cafeeira (VIANNA, 1987). O objetivo passou a ser o fortalecimento e a expansão do mercado interno em detrimento dos produtos agrários exportáveis. O Estado tornou-se, assim, o condutor central do projeto de modernização nacional (NEVES, 2012), submetendo os novos grupos de interesse integrantes do aparato político a um processo burocratizante (VIANNA, 1987).

Perante um cenário internacional de crise econômica pós-1929, o Brasil precisou formular uma inserção estratégica, tendo em vista a disputa por mercados e pelo sistema produtivo por parte das potências capitalistas (CERVO, 2008), e sua opção deu-se por uma *equidistância pragmática* (MOURA, 1980). A política consistia em aproveitar as margens de manobra do contexto internacional e negociar alinhamentos até o seu limite, visando principalmente investimentos na área siderúrgica, considerada fundamental para a industrialização em larga escala, e o reaparelhamento das Forças Armadas, caro à pauta de defesa nacional (NEVES, 2012).

A partir de 1930, portanto, o Brasil inaugurou uma fase em que a busca por autonomia e desenvolvimento favoreceram sentimentos nacionalistas. O Estado imprimiu aos intelectuais e artistas um importante papel pedagógico de ensinar às classes populares o que era ser brasileiro (VELLOSO, 1987). A vocação nacional atribuída à literatura dessa fase imprimiu-lhe um caráter próprio: ficou conhecido como *neorrealismo* o conjunto das produções ficcionais, a partir de 1928, nas quais predominou, dentre outros elementos, a tipificação social, o predomínio da verossimilhança, o retrato direto da realidade dentro de seus elementos históricos e sociais e a linearidade narrativa (GONZAGA, 2010).

No Estado Novo, a obra de Euclides é recuperada pela sua dimensão regionalista, que traduziria a preocupação do autor com os destinos da nacionalidade. A doutrina do regime constrói todo um sistema e valores em função do qual resgata ou nega o valor do intelectual na sociedade. Assim, na obra de Euclides, a questão da brasilidade é a

instância máxima de sua consagração. A ideia do intelectual como membro do grupo em comunhão com o nacional está, então, firmada. (VELLOSO, 1987, p. 12).

Uma das narrativas encontradas pelo Estado Novo para conter a dissociação das energias sociais foi a explicação de que o regime seria a continuação da revolução literária da década de 1920, consistindo a sua revolução política complementar (VELLOSO, 1987). A proposta antropofágica modernista e seu ideal de brasilidade foram escolhidos pela similaridade de sua proposta ao repensar a reprodução acrítica do estrangeiro, e o novo regime propunha justamente o combate aos modelos liberal e comunista. A vertente do movimento modernista aproveitada pelo Estado Novo ideologicamente, no entanto, foi específica: a corrente verde-amarela, composta por Cassiano Ricardo, Menotti Del Picchia e Plínio Salgado (VELLOSO, 1987), todos escritores. Cassiano Ricardo chegou a ocupar postos importantes no aparelho estatal, como a direção do Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda de São Paulo e a direção do Departamento Cultural da Rádio Nacional e do Jornal A Manhã (VELLOSO, 1987).

Ao regime importava uma reformulação ideológica que construísse uma imagem nacional mais positiva, em acordo com o projeto desenvolvimentista. Até então, Velloso (1987) explica que predominava entre as elites nacionais a atribuição do atraso brasileiro em relação aos países hegemônicos ao fator histórico-racial. A operação discursiva do regime, no entanto, passou a relacionar a crise aos projetos econômicos das próprias elites, de modo que a intervenção do Estado seria justificada para salvar a identidade nacional. Nesse sentido, a participação dos intelectuais era fundamental para a elaboração de um projeto "político-pedagógico" para o povo:

Os intelectuais aparecem como porta-vozes dos anseios populares, porque seriam capazes de captar o "subconsciente coletivo" da nacionalidade. Neste subconsciente estariam contidas as verdadeiras reservas da brasilidade que o Estado-Novo viria a recuperar, assegurando a continuidade da consciência nacional. O que nas massas ainda é uma ideia indecisa ou aspiração mal definida deixa de sê-lo, por intermédio dos intelectuais que se transformam em seus intérpretes. (VELLOSO, 1987, p. 18).

Publicada em 1933, *Casa Grande & Senzala*, de Gilberto Freyre, fez uma importante contribuição para as discussões intelectuais da época acerca da identidade nacional ao refletir sobre a formação sociocultural brasileira sob o ponto de vista da herança miscigenada da tradição portuguesa, africana e indígena. Para Ortiz (2013), a demanda por uma nova imagem nacional foi responsável por construir o mito das três raças, a ideia do Brasil como um país miscigenado, sem preconceitos, pacifista e conciliador; uma democracia racial. A isso somaram-se os esforços do Estado Novo de englobar a dimensão popular - carnaval, feijoada,

samba, capoeira - aos símbolos nacionais, em concomitância a uma limpeza das representações míticas negativas do país, como Macunaíma, que foi substituído pela versão da "raça dos gigantes" de outro segmento modernista, o grupo Verde-amarelo (VELLOSO, 1987, p. 45).

Criado em 1939, o Departamento de Imprensa e Propaganda buscava controlar as comunicações e orientar as manifestações da cultura popular (VELLOSO, 1987), atuando nos diversos eixos da cultura: literatura, cinema, televisão, rádio, teatro, imprensa, etc. Uma vez que servia como instrumento de propagação da doutrina estatal, ele também analisava criteriosamente a circulação de publicações que fossem consideradas nocivas às instituições do país (DUMONT, FLÉCHET, 2014).

No âmbito externo, coube ao Serviço de Expansão Intelectual o objetivo de mostrar os valores literários do Brasil no estrangeiro através de um cuidadoso controle de redes (DUMONT, FLÉCHET, 2014). Para o êxito do projeto, avaliava-se a necessidade do bom aproveitamento as relações pessoais e do conhecimento direto dos meios estrangeiros (NEVES, 2012). O Serviço se propunha a:

Fazer, discretamente, a propaganda dos valores literários do Brasil no estrangeiro, tirando-se, o mais que possível, o caráter ostensivo de "propaganda oficial" aos trabalhos; e, para tanto,

Organizar um fichário com o endereço de todos os escritores, de todos os países, capazes de se interessar pela literatura e pela vida cultural do Brasil, sobretudo aqueles que, por conhecerem o idioma castelhano, possam mais facilmente entender o português;

Idem com o endereço de todas as instituições culturais, revistas, jornais e associações literárias, capazes do mesmo interesse;

Fornecer informações e traduções de obras literárias, históricas, científicas, etc. do Brasil, a todos aqueles que as solicitem ou possam interessar-se por elas;

Fornecer livros;

f) estimular, por todos os meios, os estudos e conhecimentos de escritores estrangeiros a respeito do Brasil;

g) estabelecer ligação entre escritores estrangeiros e os do Brasil, levando-se em conta as afinidades comuns, assim como as respectivas especialidades;

h) fornecer matéria para a organização de números especiais de revistas ou jornais estrangeiros sobre o Brasil;

i) informar sobre tudo que tenha relação com os interesses intelectuais do Brasil. (COUTO, 1934 *apud* NEVES, 2012, p. 6)⁷.

Apesar da Europa ter sido o primeiro alvo da diplomacia brasileira sobretudo pela plataforma multilateral do Instituto Internacional de Cooperação Intelectual, vigente desde a República Velha, a partir da década de 1930 houve também uma importante aproximação brasileira com os vizinhos latino-americanos através de acordos de cooperação intelectual

⁷ COUTO, R. Arquivo RC/AMLB/FCRB, 1-3-1934, p. 1 e 2.

(DUMONT, FLÉCHET, 2014). Através do IICI, o país buscava figurar-se como um intermediário entre o continente e a Europa, assumindo uma posição de líder entre os seus pares, ao mesmo tempo em que estabelecia aproximações com seus vizinhos, a fim de evitar a formação de um bloco hispano-americano que lhe fosse hostil (DUMONT, FLÉCHET, 2014).

No contexto da Segunda Guerra Mundial, o Brasil ganhou uma importância estratégica que o permitiu manter-se neutro às pressões exercidas entre os países do Eixo e as democracias liberais, assim explorando as oportunidades oferecidas pela conjuntura e barganhando estrategicamente em diversas frentes, inclusive na dimensão cultural - política que Gerson Moura (1980) chama de equidistância pragmática. Um exemplo disso foi o aproveitamento de Vargas à Política da Boa Vizinhança do governo Delano Roosevelt, a qual significou a interação entre a cultura americana e brasileira, com o envio de músicos, pintores e cantores aos Estados Unidos, bem como a promoção do café (BARÃO, 2012). E, enquanto participava ativamente dos debates promovidos pelo IICI, a postura brasileira de aproveitamento da crescente polarização do sistema internacional fez com que o país protagonizasse também o Instituto Interamericano de Cooperação Intelectual, criado em 1928 e rival direto do IICI (DUMONT, FLÉCHET, 2014).

Foi no período entre guerras que houve o desenvolvimento oficial de uma diplomacia cultural no Brasil, cujas principais características foram observadas até 1945⁸. A primeira delas é a desordem institucional causada pelo descompasso das estratégias de órgãos ligados ao governo, seja pelas atribuições conflitantes das suas funções, ou então pela assimetria de seus orçamentos, como foi o caso da DIP, responsável pela manutenção do regime, e da Divisão de Cooperação Intelectual, ligada ao Itamaraty (BARÃO, 2012; DUMONT, FLÉCHET, 2014). Ainda, persistia no exterior a propagação de uma imagem brasileira de padrões eruditos, enquanto no ambiente doméstico construía-se uma identidade nacional aliada a símbolos populares (DUMONT, FLÉCHET, 2014). Predominava um grande pragmatismo na compreensão dos assuntos e da escolha dos destinatários das políticas culturais, uma vez que estes estavam relacionados aos interesses econômicos brasileiros (DUMONT, FLÉCHET, 2014). Assim, a África e Ásia não fizeram parte do horizonte diplomático-cultural durante esse período, e a América Latina interessava apenas em alguns

⁸ Durante o período de 1945 a 1980, a diplomacia cultural brasileira se desenvolveu rapidamente, ampliando o seu escopo e adotando oficialmente os símbolos da cultura popular. O setor cultural também ganhou importância no âmbito das diferentes instâncias políticas brasileiras e diversificou os seus destinatários (DUMONT, FLÉCHET, 2014).

setores (BARÃO, 2012). Os principais parceiros econômicos eram justamente aqueles com os quais o Brasil buscava construir uma imagem de prestígio (DUMONT, FLÉCHET, 2014).

Finda a Segunda Guerra Mundial, o Brasil perdeu espaço de barganha no cenário internacional, enquanto polarizações políticas entre nacionalistas e liberais tencionavam o cenário doméstico. Carvalho (2002) explica que, frente à ideologização da política internacional decorrente da Guerra Fria, havia grupos que seguiam defendendo o monopólio estatal sobre recursos considerados básicos e a continuidade pela busca de autonomia, enquanto outros desejavam o alinhamento aos Estados Unidos e a liberalização econômica. No comércio internacional, o Brasil enfrentava a dura condição da deterioração dos meios de troca, o que acentuava cada vez mais a sua dependência econômica. Além disso, o projeto nacional dos anos 50 e 60 de construir uma grande indústria de transformação, passou pela necessidade de investimento estrangeiro, notadamente estadunidense (MOURA, 1980). Portanto, em meio ao imperialismo cultural dos Estados Unidos durante a Guerra Fria, o país viu limitada a retomada do seu projeto industrial, notadamente pela perda de autonomia no exterior.

Os condicionantes da década de 1950 tiveram forte impacto na dimensão cultural: Brant (2009) aponta os meios de comunicação (principalmente a indústria televisiva e radiofônica) e a abertura do mercado nacional aos investimentos estrangeiros e à produção cultural estadunidense como a tônica do período. No entanto, o autor também comenta que a atividade estatal se ateu à manutenção dos programas criados e à distribuição de parques subsídios. Na virada dos anos 50 para os 60, no entanto, um intenso debate nacionalista agregou intelectuais brasileiros e influenciou inúmeros partidos políticos, movimentos sociais e instituições a reagirem frente à importação do *American way of life*. Nessa fase, foi notável o engajamento de artistas para colaborarem com a arte como instrumento de politização nacional (MARTINI, 2009). Em 1955, foi criado o Instituto Superior de Estudos Brasileiros, ligado ao Ministério da Educação e Cultura, e destinado a promover consciência nacional e fomentar o desenvolvimento. Inspirado pelas discussões de mimetismo cultural e antropofagia do movimento modernista da década de 1920, aos intelectuais isebianos importava romper com o artificialismo da realidade brasileira, altamente influenciada pelo imperialismo cultural estadunidense da época, e promover transformações sociais e econômicas. A questão do colonialismo cultural e a denúncia à alienação social foram temas muito presentes nas discussões do Instituto, expressos, por exemplo, na estética da fome proposta pelo movimento cinema novista (MARTINI, 2009).

Na década de 1960, o pensamento cepalino e o ideal pan-americanista conduziram o projeto político e econômico modernizante do Governo Kubitschek, que visava retomar o desenvolvimento através do auxílio financeiro externo. O fortalecimento da dimensão cultural pode ser visto através da efervescência das discussões e produções isebianas, ao mesmo tempo em que foi criado o Centro Popular de Cultura (CPC), ligado à União Nacional dos Estudantes, em 1961. Com Ferreira Gullar numa das direções do Centro, buscou-se romper com a estética intelectual burguesa e aderir às manifestações culturais das classes populares (GARCIA, 2004). As atividades culturais de conscientização sobre a situação política, econômica e social do país eram oferecidas gratuitamente (BARÃO, 2012), unindo literatura, teatro de arena, música, dança, dentre outros.

Sob o ponto de vista desses intelectuais, a autonomia cultural estava relacionada a certo nível de desenvolvimento econômico (MARTINI, 2009), que deveria ser buscado através da industrialização. Assim, a política externa encontrou grau máximo de valorização para o equacionamento de problemas nacionais, tornando-se o eixo fundamental da estratégia desenvolvimentista (CERVO, 2010). Isso perpassou uma busca reiterada pela diminuição do quadro de dependência em relação aos Estados Unidos e, no âmbito da diplomacia cultural, caracterizou-se pela diversificação de destinatários das políticas do Itamaraty.

A partir de então, a mundialização das relações internacionais brasileiras foram a tônica pela busca de manutenção da autonomia e reversão do quadro de dependência política e econômica. Na esfera cultural, isso traduziu-se através da Política Externa Independente de Jânio Quadros, em uma aproximação com o continente africano com base nas afinidades étnicas e históricas, em aproveitamento do contexto de descolonização. Mesmo com as mudanças políticas causadas pelo Golpe Militar de 1964, retomou-se a aproximação com países africanos após 1967, com a finalidade de assegurar os interesses econômicos brasileiros no continente e contrapor a influência estadunidense (DUMONT, FLÉCHET, 2014).

Na década de 1960, a inclusão das artes e práticas populares ao conteúdo da política do Itamaraty marcou uma nova orientação do Ministério de Relações Exteriores. Mediante a falta crônica de recursos do Departamento Cultural, o aproveitamento da cultura popular foi um meio eficaz de promover os interesses brasileiros no exterior: ao invés de se introduzir produtos culturais, a partir de 1960 a diplomacia cultural serviu para consolidar o interesse preexistente do público-alvo (DUMONT, FLÉCHET, 2014). Buscou-se desenvolver, por exemplo, o turismo internacional com destinação ao Brasil através da popularidade do Samba, da Bossa Nova e do Cinema Novo pelo público europeu e estadunidense (DUMONT, FLÉCHET, 2014). O pragmatismo era a tônica da diplomacia cultural.

Em paralelo à censura e à perseguição política, o regime militar esforçou-se em implementar um projeto modernizante nas áreas de comunicação e cultura, incentivando a iniciativa privada e atuando através de iniciativas estatais. Foram criadas nessa época instituições estatais de incremento à cultura, como o Ministério das Comunicações, o Conselho Federal de Cultura, a Embrafilme, a Rede Globo de Televisão, o Instituto Nacional do Livro, a Funarte, dentre outras (RIDENTI, 2009). À iniciativa privada, por sua vez, coube:

[criar] uma indústria cultural, não só televisiva, mas também fotográfica, editorial (de livros, revistas, jornais, fascículos e outros produtos comercializáveis até em bancas de jornal), de agências de publicidade etc. Tornou-se comum, por exemplo, o emprego de artistas (cineastas, poetas, músicos, atores, artistas gráficos e plásticos) e intelectuais (sociólogos, psicólogos e outros cientistas sociais) nas agências de publicidade, que cresceram em ritmo alucinante a partir dos anos 1970, quando o governo também passou a ser um dos principais anunciantes na florescente indústria dos meios de comunicação de massa. (RIDENTI, 2009, p.155)

O pragmatismo da diplomacia cultural da década de 1970 pode ser explicado pela vinculação da cultura à lógica de mercado. Assim, durante o período repressivo da ditadura, o Itamaraty patrocinou artistas conhecidos por sua oposição ao regime devido ao seu sucesso na cena internacional, defendendo no exterior uma imagem do país distante da realidade interna (DUMONT, FLÉCHET, 2014). O livro, no entanto, não encontrou um espaço especial frente aos demais instrumentos de diplomacia cultural, de modo que se pode dizer que a ascensão dos elementos populares foi a verdadeira tônica da década de 60 e 70 no que se refere à internacionalização brasileira.

A partir de 1980⁹, nota-se a fadiga do paradigma desenvolvimentista frente ao processo de globalização econômica e perda de influência dos países em desenvolvimento no cenário internacional. Enfrentando instabilidade econômica e política no âmbito doméstico, o projeto desenvolvimentista brasileiro já não se enquadrava na lógica nascente de integração dos mercados em escala transnacional (CERVO, 2010). Assim, a inserção estratégica internacional do Brasil foi revisada durante o Governo Sarney, apostando-se na aproximação e construção de parcerias estratégicas sub-regionais como principal plataforma (BARRETO, 2010; SENNES, 2003). Também necessário o saneamento das relações com o continente latino-americano, no qual prevalecia a impressão da falta de interesse brasileira e da rivalidade com a Argentina, e coube aos esforços diplomáticos a reconstrução das relações de confiança (BARÃO, 2012). Ainda, os novos temas ligados à agenda multilateral, como o

⁹ Em 1980 também foram realizados os primeiros estudos sobre a divulgação e o papel da diplomacia cultural na política internacional brasileira (DUMONT, FLÉCHET, 2014), refletindo a maneira como a dimensão cultural passou a ser encarada como parte integrante do desenvolvimento nacional.

meio ambiente e direitos humanos, promoviam tensão entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos, de modo que a diplomacia cultural enfrentava limitações ao seu exercício (CORRÊA, 1996).

Dumont e Fléchet (2014) defendem que a diplomacia cultural brasileira, ao longo do século XX, desenvolve três importantes características: precocidade, continuidade e pragmatismo. A primeira se refere ao pioneirismo brasileiro entre os vizinhos sul-americanos em fazer uso da cultura (*soft power*) como ferramenta de inserção no cenário internacional, revelando uma consciência precoce do seu status de potência secundária. A continuidade da diplomacia cultural evidenciou-se pelo reativamento de "antigas solidariedades sul-atlânticas no duplo contexto de descolonização e globalização cultural" (DUMONT, FLÉCHET, 2014, p. 216). E o caráter pragmático foi justamente o que motivou essa continuidade: o estabelecimento de proximidades que resultassem econômica e estrategicamente interessantes, como foi o caso da utilização da retórica culturalista na reaproximação com os países africanos.

É interessante notar que a diplomacia cultural sofreu um dos seus maiores aprofundamentos em meio a regimes autoritários, como o Estado Novo e a ditadura militar (BARÃO, 2012). A leitura de Gramsci (1995) permite interpretar tal fenômeno pela necessidade de se consolidar a hegemonia de determinados grupos políticos através da instrumentalização da cultura, como aconteceu com a literatura no período estadonovista. A ideologia nacionalista, do Estado centralizador, da necessidade de modernização e desenvolvimento constitui-se por operações discursivas, pelo reaproveitamento de figuras míticas e pela incorporação de estéticas populares ao conjunto nacional. Nesse sentido, a censura é uma resposta a todo discurso desviante à ideologia que se quer propagar. A literatura, intimamente relacionada à construção da identidade nacional, como apontado por Candido (2006), torna-se veículo ideológico do Estado, em consonância à necessidade de reelaboração do projeto de desenvolvimento nacional.

Por fim, a contradição verificada entre a defesa no âmbito externo a certos artistas que o próprio regime perseguia no âmbito interno é explicada pela lógica mercadológica que vigora no Brasil a partir dos anos 1970. Ortiz (2006) explica que o Estado autoritário buscou, ao mesmo tempo, o desenvolvimento econômico e a modernização da sua indústria cultural, mas não abriu mão do controle social. Assim, Barão (2012) salienta para o desafio deixado para o próximo paradigma, que é romper com a noção acessória de cultura no projeto de desenvolvimento nacional (compreendido como estritamente econômico-industrial).

3.3 O PARADIGMA NEOLIBERAL (1990-2002): O INVESTIMENTO PRIVADO SOBRE A CULTURA

O terceiro paradigma desenvolvido por Amado Cervo (2008) compreendeu os governos Fernando Collor de Mello, Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso, e ilustrou o rompimento com a matriz desenvolvimentista brasileira de inserção internacional. Houve uma reorientação da política externa nacional no sentido de superar a estagnação econômica dos anos 1980, marcada pela crise do sistema de substituição de importações. A instância multilateral significou para o Brasil a oportunidade de atração de investimentos: nela, o país buscou mostrar-se como uma área atrativa para os negócios internacionais, adotando a postura de Grande Mercado Emergente (SENNES, 2003). A aproximação com países desenvolvidos era primordial, embora foi com a criação do Mercosul, em 1991, que o Brasil estabeleceu o principal eixo articulador para a sua projeção internacional (SENNES, 2003).

Para Pecequillo (2008), a era do internacionalismo econômico significou sobretudo o retorno do eixo bilateral-hemisférico, decorrente da leitura da ordem internacional como unipolar, ou seja, centrada na hegemonia estadunidense. No entanto, a adesão ao corolário neoliberal estadunidense nas instâncias multilaterais não trouxe os benefícios que o Brasil esperava - ajuda financeira, tecnológica, reconhecimento político, etc. Para Cervo (2008), as dificuldades de inserção na nova estrutura fizeram com que o país continuamente recorresse à aproximação com os vizinhos regionais, criando pequenos espaços de autonomia e manobra. Mas também prevaleceu nesses espaços a lógica de internacionalização econômica e de integração de mercados, daí a criação do Mercosul nos eixos neoliberais.

A política externa adotada no Governo Collor foi conceituada por Vigevani *et al.* (2003) como um aperfeiçoamento da *autonomia pela integração* iniciada pelo governo Sarney. A busca se daria por um universalismo nas relações, visando à preservação da autonomia pela integração brasileira no cenário internacional (VIGEVANI *et al.*, 2003). Já Hirst e Pinheiro (1995) estabelecem como os objetivos principais do Estado na época:

a) [a] adequação do Brasil às novas dinâmicas da ordem internacional decorrente do Fim da Guerra Fria; (b) a construção de uma “agenda positiva” com relação aos EUA buscando superar as divergências acumuladas nos governos imediatamente anteriores (Geisel, Figueiredo e Sarney); (c) “descaracterizar o perfil terceiro-mundista” do país e buscar inseri-lo no contexto das nações ditas ocidentais (HIRST, PINHEIRO, 1995, p. 6).

Mesmo em seu curto período de governo, Collor implementou uma série de extinções de órgãos e instituições culturais, dentre outras reformas debilitantes para o setor, como a

transformação do Ministério da Cultura em Secretaria. No entanto, seu período também deixou como marca a elaboração da Lei Rouanet (Lei nº 8313/1992), em vigor até os dias atuais, a qual prevê incentivos fiscais para empresas investidoras de atividades artísticas e culturais (PINTO, 2001). A crise do governo levou ao ajuste do ideário neoliberal e o fortalecimento do neodesenvolvimentismo na condução interna e externa do país (HIRST, PINHEIRO, 1995).

A gestão Itamar Franco seguiu os preceitos neoliberais de inserção econômica, mas imprimiu-lhe ajustes na política externa: buscou-se reverter a subordinação aos Estados Unidos através da priorização da integração regional e a diversificação de parceiros (SILVA, 2005). Em meio à vulnerabilidade da economia doméstica e dificuldade de articulação com os eixos verticais, a sul-americanização da agenda nacional mostrou-se uma abordagem de desenvolvimento sólida (PECEQUILO, 2008). Os próximos passos para a recuperação do projeto nacional foram dados pelo Governo Fernando Henrique Cardoso, no qual os fundamentos do paradigma neoliberal se evidenciaram (CERVO, 2008).

FHC aprofundou o ideário neoliberal durante a sua gestão, mantendo mínimas as intervenções estatais na economia, e ampliando as esferas de negociação política. O Mercosul foi o principal espaço de atuação da política externa brasileira porque servia como instrumento de barganha nas negociações com os Estados Unidos e espaço de influência brasileira (BUENO, CERVO, 2002). Ainda que Pecequilo (2008) considere o Governo FHC a retomada da Década Bilateral, sustenta que não significou a intensificação do quase automatismo do período Collor. Ao país interessava seguir buscando credibilidade no exterior, mas nesse período intensificou-se a busca por *autonomia pela integração*:

No período FHC prevaleceu, pois, uma perspectiva cooperativa para a análise das relações internacionais. A reiterada denúncia das assimetrias, a insistência na crítica das políticas apoiadas no poder, a busca pela atenuação do uso do unilateralismo, particularmente dos estados Unidos a partir de janeiro de 2001, com o governo George W. Bush, o fustigamento do uso distorcido dos princípios, tudo isso deve ser compreendido tendo-se em vista a luta por um ordenamento voltado para a cooperação. Esse legado parece ter sido a resposta às possibilidades de mudanças introduzidas numa determinada fase histórica, quando o fim da Guerra Fria fazia pressupor novas oportunidades (VIGEVANI *et al.*, 2003, p. 19).

No plano cultural, a Reforma no Aparelho de Estado aplicada pelo governo em 1995 significou a abdicação do Estado em manter o seu papel de mediador na formulação de uma identidade nacional para o país (BARÃO, 2012). Esperava-se que a política de financiamento via incentivos fiscais pudesse substituir o apoio governamental. Entretanto, Barão (2012) explica que se criou um obstáculo às múltiplas manifestações culturais, a partir de então

desamparadas do investimento público, e que eram componentes da cultura brasileira projetada no exterior. Para bem suceder, a diplomacia cultural dependia do capital cultural nacional múltiplo e rico que, no entanto, estava sendo limitado internamente pela lógica mercadológica.

Apesar dessa contradição de discurso estatal, a diplomacia cultural na gestão FHC logrou aproveitar laços tradicionais enquanto também promovia aproximação com países fora do eixo de suas relações culturais. Em paralelo às relações com América do Sul, Europa e Estados Unidos, portanto, Barão (2012) destaca que a gestão FHC também promoveu aproximação com Canadá, África do Sul, Itália, Síria, Jamaica, dentre outros países até então fora dos horizontes diplomático-culturais brasileiros. Em 1996, passou a vigorar também o "Protocolo de Integração Cultural do Mercosul", que significou, pela primeira vez, a aproximação cultural como uma forma de integração regional (SILVA, 2007). No mesmo ano, foi criada a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), responsável por institucionalizar a comunidade lusófona e afirmar um projeto linguístico-cultural entre os seus membros. Na ata referente à segunda reunião entre os ministros da CPLP, ocorrida em 2001, ficou expressa a importância da literatura como instrumento de aproximação entre os países integrantes:

O Ministro da Cultura de Portugal [...] citou como prioridades para o Fundo Cultural: o livro, a leitura, a literatura, bibliotecas, história e arquivos. Os projetos do Fundo deveriam valorizar a marca CPLP e a ideia da construção de uma comunidade de nações lusófonas que constituem, em última instância, é o objetivo da CPLP. O Ministro da Cultura do Brasil sugeriu, nesse contexto, a edição de uma antologia de poesia contemporânea dos países de língua portuguesa, bem como a difusão, por CDs, da música popular dos países da Comunidade. (CPLP, 2011, p. 4).

Também em 2001, o Ministério das Relações Exteriores assinou um convênio com o Instituto Camões visando fomentar a Língua Portuguesa no exterior. As propostas do projeto previam: cooperação bilateral, multilateral, através da Internet e no âmbito do ensino superior; o oferecimento de bolsas de estudo para docentes, trocas de livros e produtos multimídias, jornadas culturais, preservação do patrimônio histórico e cultural, dentre outras iniciativas (CONVÊNIO, 2001). No que tange ao espaço dado ao livro, convém destacar:

Ambas as Partes estimularão o estabelecimento de Departamentos, Cátedras, Leitorados e Centros de Estudos de Língua, Literatura e Cultura Portuguesa e Brasileira em universidades e instituições de ensino superior no outro país e estudarão, igualmente, formas de coordenação de iniciativas conjuntas neste domínio em países terceiros. [...]

Cada uma das Partes estudará a possibilidade de organizar Jornadas Culturais no outro país, com uma duração de 7 até 30 dias, nas quais se incluirão exposições,

apresentação de filmes, eventos musicais e encontros de escritores que permitam um melhor conhecimento mútuo e cuja concretização será acordada por via diplomática. [...]

Ambas as Partes promoverão o intercâmbio de livros, publicações científicas, culturais, educacionais e de investigação, bem como produtos multimídia (CONVÊNIO, 2001).

A ideia de utilizar a língua portuguesa como ferramenta de inserção estratégica brasileira no exterior encontra ressonância com a elaboração do Serviço de Cooperação Intelectual (SCI), elaborado em 1937, por sugestão de Gustavo Capanema, ministro da Educação e da Saúde (DUMONT, FLÉCHET, 2014). Baseado no modelo francês e alemão de diplomacia cultural, a exemplo da *Alliance Française* e do *Goethe Institut* (BARÃO, 2012), o órgão previa a necessidade da internacionalização da língua como principal forma de difundir a cultura nacional (DUMONT, FLÉCHET, 2014). Refletindo o idioma como a manifestação geopolítica (LACOSTE, 2005) da ordem internacional, pode-se considerar que a busca por autonomia à lógica de mundialização das relações na década de 1990 passava pela valorização (e ganho de legitimidade) do idioma brasileiro no exterior, com suas consequências positivas sobre a indústria editorial nacional. Portanto, há um viés político e econômico interessante ao Estado.

De fato, outras políticas culturais referentes à estratégia de difusão do idioma estiveram presentes no período. Uma delas foi a participação brasileira em feiras internacionais no exterior. A indústria editorial brasileira encarava as feiras internacionais como uma vitrine importante para o estreitamento das relações de tradução e da produção nacional, tendo em vista que a literatura brasileira era ainda muito pouco conhecida na Europa, por exemplo. Assim, Pardo (2014) aponta que o Brasil participou nessa fase da Feira de Frankfurt, em 1994; do Salão do Livro de Paris, em 1998; da Liber de Madrid, em 1997; da Liber de Barcelona, em 1998, e da Feira de Guadalajara, em 2001. No entanto, é somente a partir da gestão Lula que participação em feiras internacionais passará a se inserir em um quadro estratégico mais amplo de internacionalização da cultura brasileira, como será discutido adiante.

No entanto, vale destacar a oportunidade oferecida ao Brasil durante a feira de Frankfurt, em 1994, na qual o país estreou como "País-tema". Lindoso (2011) comenta que a iniciativa coube principalmente aos editores (à Câmara Brasileira do Livro, CBL, e ao Sindicato Nacional de Editores de Livros, SNEL), já que o Ministério da Cultura se mostrava

desarticulado à época¹⁰. Como foi visto anteriormente, desde a Reforma de Aparelho no Estado, este diminuía substancialmente a distribuição de subsídios para as políticas culturais, deixando a cargo de investimentos privados nacionais ou estrangeiros.

Sob o slogan "Um Encontro de Culturas", o evento literário alemão significava uma oportunidade promissora para as editoras brasileiras penetrarem o mercado europeu que, com exceção de pouquíssimos autores, desconhecia a literatura brasileira. Lindoso (2011) comenta que a imprensa alemã retratou o Brasil como um país muito mais rico e complexo culturalmente do que se pensava, à guisa da variedade de aspectos da cultura brasileira que puderam ser apresentados durante a feira. A participação no evento significou um aumento no número de traduções de autores estrangeiros e o reconhecimento por parte de algumas instituições, como o Itaú Cultural, sobre a importância de se realizar um mapeamento da presença da literatura no exterior. Lindoso (2011) salienta, no entanto, que a grande oportunidade desperdiçada a partir da Feira evidenciou-se pelo esvanecimento das políticas públicas de divulgação da cultura e do livro brasileiro no exterior, e também com o não aproveitamento do material recolhido na ocasião.

Em 2001, o Brasil também foi destaque na feira de Guadalajara, no México. O evento significou uma grande oportunidade de venda de livros didáticos brasileiros (como as obras de Ziraldo, por exemplo) para o país mexicano, tradicional comprador (PAPPON, 2001). Além disso, as feiras literárias funcionam como portas de entrada para o mercado editorial de outros países; no caso de Guadalajara, Pappon (2001) comenta que o evento também era referência de aquisições para bibliotecas norte-americanas e canadenses, oportunidade ideal para editoras nacionais.

Assim, a internacionalização econômica iniciada pelo paradigma neoliberal significou, por um lado, a ampliação dos destinatários das políticas culturais brasileiras do período, mas também a dependência da indústria nacional às forças do mercado. O desafio de romper-se a noção acessória de cultura ao projeto de desenvolvimento nacional ainda não foi resolvido pois, segundo Barão (2012), a cultura seguiu permanecendo subordinada aos interesses econômicos durante essa fase. No que tange ao papel do livro, ele começa a ser preparado para a inserção no grande mercado editorial internacional, difundindo o idioma brasileiro e forjando a imagem do país no exterior. A Reforma do Aparelho do Estado e o afastamento do Estado na discussão sobre a cultura nacional acabam refletindo, nesse período, o

¹⁰ "O investimento brasileiro foi equivalente a US\$ 2.947.000, dos quais a CBL teve que usar recursos próprios no valor de US\$ 1.047.000, tudo em valores da época. O investimento público, considerando-se recursos orçamentários e o incentivo fiscal, foi de US\$ 1.900.000. Desses, um milhão coube ao ministério das Relações Exteriores" (LINDOSO, 2011).

esvanecimento das políticas públicas, que conduzem a projetos muito específicos e espaçados, e a subordinação da indústria cultural ao livre mercado.

3.4. O LIVRO NO GOVERNO LUÍS INÁCIO LULA DA SILVA (2003-2010): O NOVO PROJETO DE DESENVOLVIMENTO NACIONAL DO ESTADO LOGÍSTICO

A introdução do paradigma logístico teve expressão no segundo Governo FHC, com a recuperação de linhas tradicionais na política externa brasileira (CERVO, 2008). Porém seu aprofundamento iniciou-se com a gestão Lula, a partir de 2003. Segundo Cervo (2008; 2009), o Estado logístico fundiu à doutrina liberal econômica com o pensamento estruturalista latino-americano, ao associar desenvolvimento a liberalismo. O crescimento econômico seria resultado, portanto, da inserção na economia global, e caberia ao Estado criar as condições necessárias para estabilizar a economia e cativar a credibilidade dos investidores. A diferença de entendimento está na não adoção completa do corolário liberal, pois ao Estado caberia garantir bem-estar social, intervir na economia quando necessário e realizar obras e políticas públicas que não comprometessem a competitividade nacional (CERVO, 2008).

A política externa dessa fase adotou caráter realista ao ensaiar uma projeção de poder assertiva, visando parcerias estratégicas equilibradas com países desenvolvidos e emergentes (PECEQUILLO, 2008). O ideal de desenvolvimento foi reformulado, levando-se em consideração a agenda social: assim, o crescimento econômico deveria passar por justiça e inclusão (AMORIM, 2010). A ampliação das esferas de locução e poder fez com que o país passasse a ler a ordem internacional como multipolar, à guisa da atuação de China, Índia, Rússia, União Europeia, Japão, África do Sul e, é claro, do próprio Brasil (PECEQUILLO, 2008).

A política externa ativa e assertiva de Lula significou a estratégia de ampliação da presença brasileira no cenário internacional e a diversificação de parceiros (AMORIM, 2010), o que é entendido por Vigevani *et al.* (2007) como a expressão da *autonomia pela diversificação*. Para os autores, a política universalista adotada apoiava-se no multilateralismo como instância emancipatória, porém era pautada pela busca por reciprocidade nas relações. As cooperações Sul-Sul e a formação de coalizões com países emergentes devem ser entendidas como buscas por alianças estratégicas e espaços de manobra em instâncias multilaterais desfavoráveis, além de garantirem a defesa da soberania e dos interesses nacionais - principalmente no que tange aos vizinhos (VIGEVANI *et al.*, 2007). A reconstrução do Mercosul e a integração sul-americana, segundo Vizentini (2005) assumem

durante esse período prioridade na agenda de política externa. Além disso, observou-se a importância da aproximação com os países africanos, associada a princípios éticos ligadas a interesses nacionais.

A intenção de aprofundar as relações (e estabelecer uma “parceria estratégica”) com potências emergentes como China, Índia, Rússia e África do Sul, entre outras, ao lado do estabelecimento de uma associação entre o Mercosul e a União Europeia e da valorização das organizações internacionais (especialmente a ONU), ao lado das vantagens econômicas que propicia, sinalizam a intenção de contribuir para o estabelecimento de um sistema internacional multipolar. Dessa forma, o princípio de democratização das relações internacionais foi invocado explicitamente. Todas essas iniciativas apontam para a tentativa de criar um equilíbrio em relação ao que permanece sendo, em função da globalização, a principal dimensão de inserção internacional: as relações com as grandes potências (especialmente os EUA) e com o capital estrangeiro. (VIZENTINI, 2005, p. 389-390).

No âmbito da diplomacia cultural, a gestão Lula incorporou a noção de cultura como fator de desenvolvimento. Ela significou uma forma de inserção econômica frente à dinâmica competitiva das indústrias culturais, aliada a um novo entendimento de reforma social, vista como necessária para a defesa de uma identidade cultural marcada pela diversidade (BARÃO, 2012). Por causa disso, entende-se que a cultura foi incluída nessa fase na estratégia de inserção internacional do Estado logístico:

Para nós, a cultura está investida de um papel estratégico, no sentido da construção de um país socialmente mais justo e de nossa afirmação soberana no mundo. Porque não a vemos como algo meramente decorativo, ornamental. Mas como a base da construção e da preservação da nossa identidade, como espaço para a conquista da cidadania, e como instrumento para a superação da exclusão social – tanto pelo fortalecimento da autoestima de nosso povo, quanto pela sua capacidade de gerar empregos e de atrair divisas para o país. Ou seja, encaramos a cultura em todas as dimensões, da simbólica à econômica. Vem daí o nosso entendimento da cultura como uma das preocupações centrais do Estado. (LULA DA SILVA, 2007).

A gestão logística do setor cultural deu-se pelo Ministério da Cultura (BARÃO, 2012), pois foi através dele que o Estado se tornou o formulador e executor de políticas públicas. Em 2003, a reforma realizada pelo governo buscou superar as zonas de somreamento e promover maior operacionalidade ao Ministério e a todos os órgãos a ele vinculados (MEIRA, 2004). Como resultados, ampliou-se a rede institucional e o orçamento do MinC, criaram-se representações regionais e locais do Ministério, fortaleceram-se laços interinstitucionais, e passou-se a conceber cultura como algo que perpassa toda a administração pública do país (BARÃO, 2012).

As ações culturais internacionais durante a gestão Lula deram-se através do Ministério das Relações Exteriores (MRE), o Ministério da Cultura (MINC) e o Ministério da Educação

(MEC). A aproximação entre os dois primeiros gerou, em 2008, a criação da Diretoria de Relações Internacionais (DRI), que concedeu ao MinC o papel de principal ator da diplomacia cultural brasileira, ao lado do Departamento Cultural do Itamaraty (BARÃO, 2012).

A cultura brasileira passou a ser trabalhada como resultado de muitas misturas, síntese do descobrimento e da globalização. Barão (2012) destaca a adoção de um discurso nacional típico do século XX, aludindo ao argumento modernista antropofágico, mas misturando-o com a abordagem contemporânea da diversidade cultural:

A mestiçagem e a antropofagia cultural, alimentados por constantes fluxos migratórios de pessoas e de ideias, produziram aqui uma cultura potente e plural, com um grau de diversidade e renovação comparável ao de alguns poucos países do planeta. [...] Esta cultura diversa ocupa um papel central na vida social do país e constitui, ao lado de nossa biodiversidade, o grande patrimônio brasileiro, a nossa principal riqueza, uma extensa semiodiversidade que tem inestimável valor econômico e social. Na globalização e na era do conhecimento, em que o saber, o simbólico e a inovação tornam-se os ativos fundamentais de um país, e de qualquer organização ou comunidade, a vitalidade e a diversidade cultural surgem como fatores decisivos de desenvolvimento. Neste contexto, as expressões culturais do povo brasileiro afirmam-se como diferenciais competitivos e vetores potencialmente estratégicos no enfrentamento de dois desafios históricos: o desenvolvimento pleno do país e sua inserção soberana na globalização. (GIL, 2005).

Como foi discutido ao longo do trabalho, a crença na superioridade europeia de outrora passou por diversas traduções de brasilidade ao longo do século XX, com especial destaque para as concepções modernistas de Oswald e Mário de Andrade, e tropicalistas. No século XXI, essas traduções serviram ao Estado para reforçar a inserção autônoma que se buscava no âmbito internacional. Assim, a institucionalização empoderada do uso da mestiçagem frente a uma realidade de homogeneização contrastou em muito com o complexo brasileiro que vigorava até as primeiras décadas do século XX (OKAMOTO, 2007). O Estado, portanto, vinculou à miscigenação a sua maior riqueza. A defesa da diversidade cultural, segundo Barão (2012), passou a reafirmar a tradição pacifista da política externa brasileira, cujas origens remontam ao período Rio Branco. Dessa forma, a operacionalização do discurso da mestiçagem durante o período Lula remontou em parte a um apelo ético, pela representação dos segmentos sociais antes excluídos ou negligenciados pelo Estado, e a reconstrução da autoestima nacional, mas também teve apelo estratégico, no sentido de ensaiar uma diferenciação brasileira e a aproximação de países com semelhante histórico de miscigenação.

Nesse concerto, nessas novas dissonâncias, somos nós, o Brasil, uma voz cada dia mais diversa e dinâmica, nunca acabada, e um feliz exemplo de diversidade e encontro cultural. O Brasil tem importante papel, torna-se uma possível liderança nesse processo. O Brasil nasceu com a globalização dos descobrimentos. Somos mestiços, produto de populações e tradições diversas e vivas que ocupam um vasto

território, que compõem, juntas, um amplo imaginário. Praticamos, a olhos externos, um modo singular de viver e de estar no mundo. Há uma mensagem universal de convívio e enorme criatividade explícita na forma como essa população abriu seus poros e assimilou os valores de outros países e civilizações, na forma como essa população lida com seus costumes, etnias, raças e credos. Essa mensagem de paz é um patrimônio do povo brasileiro. (GIL, 2010).

Lacoste (2005) reflete que o prestígio de determinado idioma não deve ser pensado desvinculando-se o seu fator geopolítico, ou seja, o seu vínculo econômico, político e cultural na conjuntura. A influência da língua é a expressão de seu poder, e é por isso que ela não pode ser pensada isoladamente de outros países e organizações. Assim, a Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP) pode ser pensada como uma esfera de influência e seus esforços refletem a ideia de que “os países cujas línguas são faladas em grande escala além-fronteiras naturalmente desfrutam de maiores facilidades em termos de comunicação mais instantânea - e prestígio” (RIBEIRO, 1989, p. 113).

Esse entendimento também foi partilhado pelo governo Lula, pois nessa fase a difusão do idioma brasileiro teve a sua maior expressão. No período de 2003 a 2010, a maioria das atividades do Itamaraty estiveram relacionadas à difusão do idioma nacional no exterior, sendo a maior parte dessa correspondente à área de Língua, Livro, Leitura e Literatura e Editoração (NOVAIS, 2013). A Divisão de Operações de Difusão Cultural (DODC) é responsável pela promoção e difusão da cultura brasileira no exterior, em seus mais variados aspectos, abarcando literatura, artes visuais, cênicas e a música. A Divisão atua através dos Programas de Difusão Cultural dos Postos no exterior, de acordos bilaterais de cooperação cultural e de projetos temáticos voltados para a promoção de nova geração de artistas (NOVAIS, 2013). Junto com os centros culturais no exterior, a promoção do idioma é pensada, através do seu vínculo com a cultura, abarcando manifestações artísticas, difusão literária, exposições visuais, espetáculos, feiras de livros, divulgação cinematográfica, organização de palestras e seminários sobre a cultura brasileira, dentre outros. Esses esforços vão de encontro com à ideia de Ribeiro (1989):

No caso do Brasil, por conseguinte, a língua portuguesa se transformaria, antes de tudo, no veículo de difusão da cultura e dos valores brasileiros. Convém, portanto, mostrá-los. Para tanto, é necessário mostrar o seu país, seu cinema, sua literatura, suas artes plásticas, seus vídeos, sua música popular. Os estímulos para que uma língua seja falada só podem partir de bases culturais. (RIBEIRO, 1989, p. 114).

Novais (2013) também aponta que, entre 2003 e 2010, o agente do MinC com maior quantidade de atividades culturais realizadas foi a Fundação Biblioteca Nacional, totalizando

394 ações. O autor atribui a destinação da maioria das atividades à Europa devido às bolsas de tradução existentes no período.

Segundo o mapeamento, foram ofertadas cerca de 130 bolsas de tradução para diversos países como: Alemanha, Bulgária, Croácia, Dinamarca, Espanha, França, Grécia, Hungria, Inglaterra, Itália, Países Baixos, Polônia, República Tcheca, Romênia, Suécia, Suíça, dentre outros. Além disso, a FBN representou o Brasil em diversos eventos relativos ao setor (congressos, palestras, seminários) e em feiras de livro em Frankfurt, Bolonha, Paris, Turim, Barcelona, dentre outras cidades europeias. A Fundação também contribuiu de modo pecuniário nesse intervalo temporal estudado com entes internacionais pertencentes à área de bibliotecas, livro, leitura e literatura e correlatos, a exemplo de: a) Sistema ISBN, sediado em Berlim; b) Agência Internacional do Número Padrão Internacional para a Música (ISMN), também com sede em Berlim; c) Federação Internacional de Bibliotecas, Associações e Instituições (IFLA), com sede na Escócia. (NOVAIS, 2013, p. 111).

Assim, em seu detalhado estudo, Novais (2013) conclui que o primeiro decênio do século XXI privilegiou as regiões da América do Sul, Europa e África, e as áreas de Língua, Livro, Leitura e Literatura e Editoração. A utilização da linguagem escrita foi constatada pelo autor como a principal área trabalhada pela diplomacia para divulgar a cultura brasileira no exterior e difundir a língua portuguesa, através da atuação dos Centros e Institutos Culturais. O livro, dessa forma, recupera a sua importância no quarto paradigma de política externa brasileira, ao servir como instrumento estratégico de difusão da língua no exterior, seja através da tradução, de acordos bilaterais, da aproximação de casas editoriais ou mesmo da realização de feiras literárias internacionais.

Conforme consta no site do governo, a Fundação Biblioteca Nacional criou um programa de apoio literário, o Programa de Apoio à Tradução e à Publicação de Autores Brasileiros no Exterior, o qual conta com apoio do Itamaraty. O projeto envolve apoio financeiro a editoras estrangeiras interessadas em traduzir obras de escritores nacionais para seus países, objetivando o reconhecimento da literatura brasileira no exterior. Ainda, levando em consideração que as feiras do livro constituem a oportunidade de divulgar a literatura nacional frente às maiores editoras estrangeiras, o Itamaraty logrou promover a participação brasileira nas feiras de Catalunha (2009), Argentina (2010), Frankfurt (2007, 2010), dentre outras.

Para Pardo (2014), nas feiras internacionais a representação da banca de cada país corresponde ao seu peso relativo no mercado editorial, e assim a relação entre centro e periferia é evidenciada.

As feiras internacionais do livro funcionam, em certo modo, como uma metáfora do campo editorial de uma nação a nível mundial: um espaço de lutas de poder para atingir posições de maior centralidade, num cenário de ampla repercussão

internacional, para escritores, tradutores e agentes literários e para as instituições [...] que representam um país (sejam elas representações dos Ministérios da Cultura e de Exteriores, de câmaras do livro, sindicatos editoriais, consórcios, etc). (PARDO, 2014, p. 135).

Em 2008, a Câmara Brasileira do Livro (CBL) e Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex) formaram uma parceria com o intuito de promover o setor editorial no mercado global, fomentando a internacionalização de empresas do meio literário. A participação em eventos internacionais, capacitação e consultorias especializadas são alguns meios destacados pelo site do projeto para se alcançar esse objetivo.

[...] a visibilidade da literatura brasileira no exterior começa a ser entendida por determinados agentes do campo do poder (político e econômico) - mas não só - como parte da alargada indústria cultural e, portanto, produto para exportação e, ao mesmo tempo, como ferramenta para construir [a] imagem [do] país junto com outros produtos culturais (entre os quais se destacam música, cinema, artesanato ou moda). (PARDO, 2014, p. 139).

Em um contexto de mundialização da cultura, no qual se configura a formação de novos espaços de poder e mudanças no ambiente literário, Pardo (2014) analisa as políticas de diplomacia cultural e de *soft power* brasileiras (esta última marcada pela condição de país convidado de honra em eventos literários, como fomentador de programas culturais, além de exportador de traduções ou, em última instância, de idioma), como uma iniciativa em acumular capitais (literário, cultural, simbólico, político, econômico) para galgar melhor posição e legitimidade internacional. Justamente a tradução, por figurar-se como um dos principais mecanismos de consagração e legitimação literária (CASANOVA, 2002), reforça a importância de iniciativas como essa, principalmente no que tange ao objetivo do Governo em converter o país em exportador de direitos autorais.

Por fim, o Estado logístico mostra-se atuante no sentido de aliar autonomia no âmbito externo e justiça social no âmbito doméstico, buscando um projeto de desenvolvimento que respeite essas duas metas. A participação ativa no cenário internacional aliou-se à leitura de um sistema multipolar, do qual o Brasil configurava-se como país emergente. Em um contexto marcado por questões culturais, a cultura ganhou contornos estratégicos fundamentais para a estratégia de desenvolvimento do Estado brasileiro. Barão (2012) reflete sobre a coincidência de movimento mundial e nacional que corroboraram para a consolidação da diplomacia cultural brasileira no século XXI. Nesse sentido, durante o paradigma do Estado logístico, no qual predominou a aproximação cultural, a diplomacia ativa e altiva, a diversificação de parceiros e a estratégia de difusão do idioma brasileiro no exterior, a

internacionalização do livro serviu como criação de espaços de legitimidade para além das fronteiras. Os diversos projetos referentes à área de literatura e editoração, investigados por Novais (2013), evidenciam o quão primordial foi a esfera literária pensada para as políticas culturais durante a gestão Lula.

4 RELAÇÕES INTERNACIONAIS E O ESPAÇO LITERÁRIO GLOBAL

É necessário que se torne claro aos olhos de toda a gente que as hegemonias culturais de hoje resultam, fundamentalmente, de um nem sempre sutil processo de evidenciação do próprio e de ocultação do alheio, imposto como algo inelutável, e que conta com a resignação, muitas vezes com a cumplicidade, das próprias vítimas. Será preciso ainda lembrar que as geoestratégias modernas não são só econômicas e militares, mas também, de um modo muito mais sinuoso, linguísticas e culturais? (SARAMAGO, 1997, p. 497)

Há muitas comparações teóricas possíveis entre o modelo da República Mundial das Letras e as vertentes teóricas das Ciências Humanas, o que deve ser encarado como um estimulante desafio para futuros pesquisadores que se familiarizarem com as obras de Pascale Casanova. Neste projeto, serão enfocadas as possíveis correlações entre as formulações da autora em "República Mundial das Letras" (2002) e teorias da Sociologia, Antropologia e Literatura que também contribuem, em última análise, para o campo das Relações Internacionais, uma vez que fazem parte da chamada agenda pós-moderna. Portanto, não se objetiva aqui esgotar as correlações teóricas possíveis entre o espaço literário pensado por Casanova e as relações políticas internacionais, e sim evidenciar a sua relevância para os estudos destas, à guisa de determinadas vertentes teóricas que na contemporaneidade já vêm ampliando o arcabouço metodológico do campo.

Escolhemos, portanto, relacionar as noções de moderno e provinciano, ou mesmo central e periférico, presente na análise da autora, à abordagem desconstrutivista de autores como Gilles Deleuze e Félix Guattari, e à abordagem pós-colonial de autores como Aníbal Quijano, Chinua Achebe, Edward Said e Homi Bhabha, dentre outros. Considerando o vínculo dessas noções com a expansão do sistema capitalista, com o processo colonial e com a globalização, parece adequada a correlação, ainda que o modelo de Casanova se proponha relativamente independente da política - sabemos o quão paradoxal e complexo é esse intento. Ainda, a noção de centro e periferia remete invariavelmente ao fator econômico e à divisão de trabalho do sistema capitalista, daí possibilitando a remetência com as concepções de Braudel e Wallerstein sobre economia e sistema-mundo.

A dominação linguística e literária de determinados países sobre outros, e a concepção de um modelo pautado pela rivalidade literária, levam certos grupos de escritores a operarem criticamente sobre a linguagem herdada das antigas metrópoles, a fim de ampliar suas diferenças culturais. Dá-se forma a uma série de hibridismos e mestiçagens estéticas cujo sentido é criar uma linguagem possível de resistência à destruição da estética imposta pelos centros. Escolhemos recorrer à contribuição de teóricos pós-coloniais, como Chinua Achebe,

Homi Bhabha e Aníbal Quijano, para refletir sobre a representatividade e a operação de discursos por parte desses sujeitos - considerando, ainda, que a epistemologia pós-colonial também faz importantes contribuições para as Relações Internacionais.

As concepções de Foucault sobre saber/poder revelam-se especialmente vantajosas à corroboração de que os discursos nas relações internacionais literárias são construídos de acordo com interesses específicos, sendo historicamente verificáveis, e como o papel da crença ajuda a fundamentar doutrinas de pensamento e hegemonias políticas. Ainda, a concepção do autor de que o poder é multidirecional explica a formação de contra-hegemonias no palco literário, comunicando-se com as trans-históricas rivalidades literárias investigadas por Casanova (2002) e à noção de Braudel (1987) quanto à centralização e recentralização da economia-mundo.

Destarte, o presente capítulo objetiva explicar o modelo pensado por Pascale Casanova (2002) através da obra "República Mundial das Letras", na qual a autora analisa a longa história das relações *inter-nacionais* literárias, marcadas por hegemonias, rivalidades, subordinação e revoltas. Como o espaço literário é relativamente dependente da esfera política e econômica, entendemos que isso permite o estabelecimento de pontes com o campo de Relações Internacionais propriamente dito. Assim, pretendemos deixar mais claras as geoestratégias modernas linguísticas e culturais e qual o seu contorno econômico e político. Também é objetivo do capítulo evidenciar as comunicações existentes entre o modelo de Pascale e o campo de Relações Internacionais através da revisão bibliográfica de autores da área das Humanidades, como Bourdieu, Foucault, Deleuze e Guattari, os quais oferecem as lentes que tornam claro aos olhos de toda a gente as hegemonias culturais e as evidenciações do próprio através do ocultamento do alheio. A contribuição teórica desses analistas críticos da modernidade inspiraram a epistemologia formulada pela autora. A segunda seção, concernente à mundialização da literatura e às traduções, busca reforçar aspectos de diplomacia cultural e política linguística empreendidas pelos países a partir do contexto da globalização. A internacionalização da literatura evidencia-se em muito pautada por fatores políticos e econômicos, que tentaremos esboçar em concomitância ao processo de multinacionalização e integração de mercados, oferecendo um vislumbre amplo sobre a complexidade da imbricação das relações internacionais literárias contemporâneas aos Estados-nações.

4.1. AS ESPECIFICIDADES LITERÁRIAS DO ESPAÇO INTERNACIONAL: PASCALE CASANOVA E A REPÚBLICA MUNDIAL DAS LETRAS

Cada área linguístico-cultural conserva uma forte autonomia com relação às outras: é uma "literatura-mundo" [...], um conjunto homogêneo, autônomo, centralizado, no qual (quase) nada torna a questionar a circulação unívoca das obras e a legitimidade do poder central de consagração. (CASANOVA, 2002, p. 151).

Uma economia mundo aceita sempre um polo, um centro, representado por uma cidade dominante, outrora uma cidade-Estado, hoje uma capital, entenda-se uma capital econômica. [...] Toda economia mundo se reparte em zonas sucessivas. O núcleo e a região que se estende em torno do centro [...] Depois vêm as zonas intermediárias, em torno desse núcleo central. Finalmente, muito amplas, as margens que, na divisão do trabalho que caracteriza a economia-mundo, são mais subordinadas e dependentes do que participantes. Nessas zonas periféricas, a vida dos homens evoca frequentemente o Purgatório, ou mesmo o Inferno. E a razão suficiente disso é, realmente, a sua situação geográfica. (BRAUDEL, 1987, p. 36).

À singularidade estética de um determinado texto literário relaciona-se uma estrutura abrangente e igualmente literária, denominado espaço literário mundial. Da mesma forma que o Estado nacional deve ser compreendido pela sua constituição relativa a outros Estados nacionais, a emergência da obra literária nacional é permitida pela relação de "forças tácitas" (CASANOVA, 2002, p. 18) exteriores, hierarquias constituídas através da antiguidade literária e da crença na sua legitimidade. "Só compreendendo o extremo particularismo de um projeto literário é possível ter acesso ao verdadeiro princípio de sua universalidade" (CASANOVA, 2002, p. 424). Portanto, a totalidade dos textos, obras, debates literários e estéticos de determinado país ressoam com a configuração internacional a qual pertencem: a República Mundial das Letras.

É com essa perspectiva que a crítica literária e socióloga Pascale Casanova elaborou - com o auxílio do arcabouço teórico de Braudel, Bourdieu, Foucault e críticos pós-coloniais - um sistema explicativo para a existência de um universo literário relativamente autônomo (portanto, também relativamente dependente) do mundo político: ele seria estruturado segundo leis, geografia e tempo próprios. No que tange à epistemologia do modelo, é possível apontar muitas semelhanças com vertentes teóricas das Relações Internacionais, uma vez que a autora discute questões ligadas à governança global, ao pluralismo de poder, à legitimidade, às instâncias reguladoras de discurso, ao Estado e ao nacionalismo. É paradoxal, portanto, tentar esboçar o espaço literário e percorrer a história da literatura sob essa perspectiva relativamente independente, pois ela se insere no tempo histórico (político), vinculada à fundação nacional, ou seja, de fato é dependente dele. Mas Pascale logra demonstrar que

lentamente o universo literário desenvolve uma temporalidade própria (literária), através da conquista de autonomia.

O nacionalismo deve ser entendido como um discurso de diferenciação entre os Estados nacionais, que se materializa através da literatura. A contribuição da literatura às instâncias políticas evidencia-se, assim, pela "[...] constituição de um panteão literário nacional e a hagiografia dos grandes escritores (concebidos como "bens" nacionais), símbolos de uma "irradiação" e de um poder intelectuais, [que se] tornam necessários à afirmação do poderio nacional" (CASANOVA, 2002, p. 136). O segundo processo, que corresponde à progressiva desnacionalização dos textos literários e dos escritores - ou seja, à viabilidade de comunicação com o polo autônomo mundial - passa pela literalização (ganho de capital simbólico). Esse processo é possibilitado pela estética moderna acessada pelos escritores (o seu capital cultural acelerador do tempo), e pelas instituições literárias, principalmente as editoriais, críticas e tradutoras (detentoras de legitimidade).

A derradeira etapa da libertação da escrita e dos escritores, sua última proclamação de independência, passa provavelmente pela afirmação do uso autônomo de uma língua autônoma, ou seja, especificamente literária. Uma língua que não se submeteria a qualquer lei da correção gramatical ou até ortográfica (que se sabe impostas pelos Estados), que se recusaria dobrar-se às exigências comuns da legibilidade mais imediata, da comunicação mais vulgar, para só obedecer às exigências ditadas pela própria criação literária. (CASANOVA, 2002, p. 413).

A gênese do espaço literário advém, segundo a autora, da criatividade da escrita, de revoluções estéticas capazes de contornar limitações estruturais. É quando os escritores conseguem reinventar as condições do jogo literário através do próprio ofício da escrita, operando contra as barreiras políticas e linguísticas, as particularidades nacionais, as universalidades diluentes, os obstáculos comerciais oriundos do mercado editorial, e até mesmo os empecilhos diplomáticos - tudo aquilo que opera sob uma lógica política e econômica e que influi sobre a arte literária. E tais movimentos de contestação – de revolta e revolução - literária provêm principalmente de áreas descentradas da República Mundial das Letras.

A localidade dos espaços literários nacionais é definida por Casanova através de um meridiano de Greenwich literário, sediado na capital da República Mundial das Letras, a cidade de Paris (ponto zero do espaço literário mundial)¹. Como na análise braudeliana de

¹ Deve-se compreender o espaço literário internacional como relativamente autônomo em relação ao mapa político-econômico, porque suas leis internas de funcionamento não são as mesmas. Para ilustrar essa autonomia relativa, a autora cita a incorrespondência entre as capitais econômicas e literárias desde o século XVI até o século XIX: Veneza/Florença (XVI), Amsterdã/Roma+Madrid (XVII), Londres/Paris (XVIII) e

economia-mundo, a autora também prevê a divisão de um espaço denominado "literatura-mundo" em zonas concêntricas, "cada vez menos favorecidas à medida que se distanciam de seu polo triunfante" (BRAUDEL, 1987, p. 39).

[...] o "meridiano de Greenwich literário" permite avaliar a distância do centro de todos os que pertencem ao espaço literário. A distância estética é medida igualmente em termos temporais: o meridiano de origem institui o presente, isto é, a modernidade na ordem da criação literária. Assim é possível medir a distância do centro de uma obra ou de um *corpus* de obras a partir de sua distância temporal dos cânones que definem o presente da literatura no momento preciso da avaliação. (CASANOVA, 2002, p. 116)

Para a autora, o ponto zero teria como função demarcar o presente literário (as convenções estéticas modernas, os circuitos literários internacionais, o fluxo mais intenso de capital literário), correspondendo à lógica desnacionalizada, transnacional, universal e des-histórica, pois agregaria para si todas as obras e debates. Em outras palavras, "[...] é preciso ser antigo para ter alguma chance de ser moderno ou de decretar a modernidade; é necessário ter um longo passado nacional para almejar a existência literária plenamente reconhecida no presente" (CASANOVA, 2002, p. 118). Assim, quanto mais afastado esteticamente do centro, mais "atrasado" e "provinciano" o espaço literário nacional em questão. Isso não significa, no entanto, que países geograficamente distantes sejam *intrinsecamente* provincianos: é a distância temporal (estética) que imprime esse despojamento. É por isso que autores como Paulo Coelho estariam mais próximos do centro do que escritores europeus que optaram por se deter ao seu particularismo, em uma língua dotada de menor literariedade (suponhamos, o polonês)².

No modelo teórico formulado por Pascale Casanova, o tempo denota, destarte, uma importância fundamental para a demarcação da legitimidade dos espaços literários. Através dele, os mais antigos "[apropriam-se] do presente legítimo da literatura e do poder de canonização" (CASANOVA, 2002, p. 118), concretizam o que é contemporâneo e remetem ao anacronismo dos que se independizaram mais tarde. Cria-se, assim, um relógio artístico cuja imperatividade dos ponteiros opera universalmente, sendo o próprio fundamento da desigualdade do mundo literário. Os primeiros protagonistas desse "jogo literário" (CASANOVA, 2002, p. 421) são aqueles que mais rapidamente compõem um patrimônio,

EUA/Paris (XIX), respectivamente. A configuração do espaço literário mundial a partir do século XX seria policêntrica e pluralista, uma vez que diversos centros passaram a disputar a hegemonia literária (Londres, Nova York, Roma, Barcelona, Frankfurt), o que se intensificou com a globalização comercial. Ver CASANOVA, 2002, p. 25 e 205.

² Para Pascale Casanova, portanto, é possível comparar autores geograficamente distantes pela sua proximidade literária temporal (estética), como Mário de Andrade e James Joyce, dois exemplos de escritores que operaram revoluções estéticas muito importantes, por exemplo.

formam cânones, garantem créditos, recursos, prestígios, adquirem literariedade e se impõem como universais. Àqueles que chegarem mais tarde caberão coerções específicas que alteram o desenho dos seus textos literários, devido à necessidade de adequação à estética hegemônica, de traduções, de busca por prestígio, de constituição de patrimônio cultural, de acúmulo de capital linguístico, além das próprias dependências políticas e econômicas implícitas nessas relações.

A materialização da crença na legitimidade das nações mais antigas, e a distribuição desigual de recursos proveniente dessa consagração, tornam o espaço literário, portanto, palco de rivalidades, lutas por emancipação e revoluções estéticas. A contestação à ordem hegemônica é notadamente empreendida pelos espaços excêntricos, que desejam participar do arranjo internacional e ao mesmo tempo preservar a sua autonomia. Tais concepções relacionam-se com a análise foucaultiana sobre conhecimento e poder. Para Foucault (1979), a verdade relaciona-se com uma história, o que ele denomina como "Genealogia do Poder". E a história da verdade está ligada à competição de distintos sujeitos pela validação do seu discurso - marcada, portanto, por interesses, embates, decisões e poder.

O discurso - assim como a psicanálise nos mostrou - não é simplesmente aquilo que manifesta (ou oculta) o desejo; é, também, aquilo que é o objeto do desejo; e visto que [...] o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por quê, pelo que se luta, o poder do qual queremos nos apoderar. (FOUCAULT, 1996, p. 10).

Em outras palavras, o discurso é um conjunto de pensamentos que refletem as relações de poder entre os indivíduos, que tentam através dele fazer valerem os seus interesses. Assim como Casanova entende a República Mundial das Letras numa configuração hierárquica não-linear, Foucault também analisa o poder como algo multidirecional. Ele emana através dos estatutos morais de uma estrutura hegemônica centralizada³ (como a autora francesa também prevê, ao elaborar a capital literária parisiense como marco zero de seu modelo teórico), mas também se dá por confrontos e inventos discursivos individuais entre as distintas ramificações de uma sociedade. Busca-se, com isso, fazer prevalecer como universal a norma particular de um sujeito. Dessa forma, pode-se entender os descentrados como todos aqueles que exercem uns sobre os outros determinados discursos literários que tentam estabelecer uma modernidade (um presente mais presente), a fim de galgar reconhecimento e fazer valer a sua

³ "[...] suponho que em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade". (FOUCAULT, 1996, p. 8-9).

particularidade ou norma. Da mesma forma, os centrados estão continuamente lutando pela manutenção de sua hegemonia, ou seja, do seu presente legitimado.

As grandes premiações, citações, sumários, críticas positivas, traduções em línguas dotadas de grande literariedade, dentre outros mecanismos de consagração literária, reconhecem a existência de um escritor no âmbito internacional. E tal reconhecimento é destacado na obra de Casanova porque, assim como na leitura foucaultiana, a crença no poder de determinados discursos leva a sua legitimação - política, econômica e, como vimos, também literária. Foucault presta muita atenção na forma de legitimação política, pois esta é possibilitada em uma sociedade pelos regimes da verdade, aparatos moralizantes de manutenção do discurso que buscam distinguir o que é verdadeiro do que é falso. Dessa forma, a história da verdade é a produção do conhecimento, e essa produção só é possível pelas instâncias de poder. Assim, os autores descentrados buscam justamente o reconhecimento das instâncias de poder literárias: a literariedade das grandes línguas, a consagração nos centros literários (Paris, Londres, Nova York, Frankfurt, etc), a premiação em instituições legítimas - e talvez a maior delas seja o prêmio Nobel de Literatura.

Para Pascale, "[...] não existe melhor sinal da unificação do espaço literário internacional do que o reconhecimento quase universalmente atribuído [ao] prêmio [Nobel]" (CASANOVA, 2002, p. 185). Um prêmio dessa envergadura serve como transposição de fronteiras literárias, na medida em que consagra como moderna a estética literária vencedora. Uma vez que o reconhecimento do tempo central é estabelecido como medida única e legítima do tempo político e artístico, daí o efeito da dominação dos grandes centros, percebe-se que tal dominação é reconhecida e aceita entre as "pequenas nações", os espaços descentrados que buscarão afirmar-se nessas instâncias. A ótica foucaultiana permite que analisemos tais instâncias como meramente discursivas, inventadas, mas cujo poder de crença evidentemente é materializado: através de aparatos de poder - as *instâncias literárias legítimas* mencionadas por Casanova -, elabora-se o estatuto definidor de uma estética universal. Tal estética pode ser entendida como um sistema de restrição definido por Foucault como ritual:

A forma mais superficial e mais visível desses sistemas de restrição é constituída pelo que se pode agrupar sob o nome de ritual; o ritual define a qualificação que devem possuir os indivíduos que falam [...]; define os gestos, os comportamentos, as circunstâncias, e todo o conjunto de signos que devem acompanhar o discurso; fixa, enfim, a eficácia suposta ou imposta das palavras, seu efeito sobre aqueles aos quais se dirigem, os limites de seu valor de coerção. (FOUCAULT, 1996, p. 38).

A formação de sociedades discursivas é prevista por Foucault como um dos procedimentos possíveis de controlar discursos. Trata-se de reduzir o número de sujeitos que falam através da criação de regras, pré-determinar as condições do exercício do poder e fazê-los circular em um espaço fechado. A elaboração de papéis preestabelecidos e do reconhecimento de propriedades singulares estipulam uma qualificação necessária para que se participe da instância de pronúncia. Enquanto outras regiões parecem mais abertas à participação de distintos sujeitos, evidencia-se a restrição prévia que se faz a algumas, cuja circulação de saber é considerada maior ou mais relevante: "[...] nem todas as regiões do discurso são igualmente abertas e penetráveis; algumas são altamente proibidas (diferenciadas e diferenciantes)" (FOUCAULT, 1996, p. 37).

O prêmio Nobel funciona, sob essa leitura, como uma sociedade discursiva na qual "os jurados suecos conseguiram não apenas se impor como árbitros da legitimidade literária, mas também conservar o monopólio da consagração literária mundial" (CASANOVA, 2002, p. 186). A crença no poder consagratório do prêmio (ou seja, no poder e no discurso da Academia) tem consequências materiais: não só a legitimação de uma autoridade estética e moral, mas também a propagação de uma obsessão entre as nações, que passam a almejar o prêmio para se destacarem umas das outras⁴. Não restrito apenas à literatura, já que existe em mais cinco categorias (Ciências Econômicas, Paz, Física, Química e Medicina), o prêmio Nobel é entendido como um legitimador do desenvolvimento social e econômico de uma nação, a materialização simbólica do seu avanço. É o caso da Coreia do Sul, que realiza uma campanha anual para obter o prêmio⁵, e o caso da China, que apenas recentemente, em 2000, foi consagrada por um Nobel (através do escritor Gao Xingjian), mas cujo reconhecimento não conveio plenamente às aspirações do país, uma vez que o Xingjian era dissidente e cidadão francês. No caso brasileiro, o desconforto aumenta à medida que vizinhos latino-americanos já foram consagrados (Mario Vargas Llosa, Gabriel García Márquez, Gabriela Mistral) - até mesmo um escritor português (José Saramago) venceu o prêmio. Na imprensa,

⁴ Não seria demasiado relacionar o poder de consagração do prêmio Nobel, concernente à esfera literária das relações internacionais, ao assento no Conselho de Segurança, concernente à sua esfera política. Nos dois casos, a análise foucaultiana mostra-se útil para evidenciar a formação de grupos seletos - sociedades discursivas - com monopólio de decisão sobre assuntos de alcance global. Tal monopólio é legitimado pela crença e reforçado pelo papel desempenhado por esses sujeitos no sistema internacional (países hegemônicos, economias desenvolvidas). Da mesma forma que existe uma obsessão do Nobel entre nações emergentes ou pequenas, pode-se falar em uma "obsessão pelo assento no CSNU", muitas vezes impressa na política externa dos países - como foi o caso do Brasil no período do presidente Artur Bernardes - abordado na seção 3.1. deste trabalho. Para uma leitura completa sobre a trajetória brasileira no Conselho de Segurança das Nações Unidas, ver Ziemath, 2016.

⁵ "Quanto mais desenvolvido e avançado um país fica, mais passível de ganhar um prêmio Nobel, e não há dúvida de que em muitos aspectos, a Coreia precisa melhorar seus padrões científicos" (SHI-YONG, 2015 - tradução nossa).

busca-se investigar o porquê da indesejada especificidade brasileira em nunca ter vencido um Nobel: fala-se no baixo capital literário do português, a caricaturização do Brasil (pelo samba e futebol), suas dificuldades econômicas, o perfil de leitura dos brasileiros, as taxas analfabetismo (funcional incluído), o excessivo particularismo no conteúdo da literatura nacional, a desvalorização da profissão do escritor (CASARIN; FORASTIERI, 2017), dentre outras evidências de como as qualificações exigidas e legitimadas por essa instância repercutem sobre a autoestima (psique) dos avaliados.

Segundo Casanova, para justificar a premiação e a consagração de certos escritores sobre outros, e na impossibilidade de instituir-se como tribunal imparcial, a Academia elaborou progressivamente critérios explícitos de universalidade. Os primeiros critérios são políticos, em ressonância à atmosfera de guerra em 1910 e 1920: privilegiou-se obras dotadas de neutralidade e prudência diplomática, aquelas cujo conteúdo nacional não era muito acentuado ou reivindicado. A partir de 1930, passou a prosperar o critério da recepção da obra, ou seja, entrou em vigor o polo econômico, em consonância à emergência dos mercados nacionais. Os Estados Unidos ganharam três prêmios na década de 1930, consagrando Sinclair Lewis (1930), Eugene O'Neil (1936) e Pearl S. Buck (1938). A literatura latino-americana foi reconhecida em 1945 através da obra da escritora chilena Gabriela Mistral. Em 1968, foi a vez de um escritor japonês ser consagrado: Yasanuri Kawabata. Somente em 1986 venceu o primeiro escritor africano, o nigeriano Wole Soyinka, e o primeiro árabe, o egípcio Naguib Mahfouz, em 1988. Em 1998, a vitória de José Saramago significou para o mundo lusófono o reparo de uma grave injustiça, uma vez que até então a língua portuguesa mergulhara em esquecimento pelas instâncias legitimadoras. Desde então, no entanto, nenhum outro escritor lusófono foi consagrado pelo prêmio⁶.

De acordo com Pascale Casanova (2002), a partir de 1945, a Academia sueca elaborou uma concepção de universal e passou a privilegiar textos dotados de autonomia e vanguardismo: começou-se a premiar os escritores experimentalistas e inovadores, textos universalizados pela própria negação da diferença. As escolhas refletiam as arbitragens parisienses, ratificavam as apostas editoriais da capital literária, de modo que "após uma reflexão sobre a inovação em matéria literária, a universalidade decretada e sustentada pelos suecos [se construía] contra a internacional conservadora das academias nacionais e contra as concepções mais niveladoras do universal literário" (CASANOVA, 2002, p. 192). Em outras palavras, a arbitrariedade europeia, em seu julgamento monopolista sobre a literatura

⁶ A lista dos vencedores do prêmio Nobel nos últimos 20 anos pode ser vista na seção Apêndices – Quadro 1.

produzida no resto do mundo, passou a abrir espaço para escritores excêntricos, desde que sua estética fosse universal. O etnocentrismo característico dessa negação das diferenças consiste no pagamento pela circulação universal de um texto literário: sua adequação estética conforme estipulado pela autoridade do centro. "O universal é, de certa forma, uma das invenções mais diabólicas do centro: em nome de uma negação da estrutura antagonista e hierárquica do mundo, sob o pretexto de igualdade de todos na literatura, os detentores do monopólio do universal convocam a humanidade inteira a se dobrar à sua lei" (CASANOVA, 2002, p. 194). A adequação é, em última análise, a submissão ao discurso universalizante, e a perda de identidade de um escritor (sua diluição).

Para Foucault (1996), a hegemonia de um pensamento compreende duas respostas: a adequação, justamente, e a exclusão. Na primeira formam-se novos discursos pautados no conhecimento definido como verdadeiro (legítimo), ou seja, os sujeitos aceitam as credenciais do discurso hegemônico em sua psique. A segunda consiste na exclusão dos não-enquadrados a essa nova moral vigente. É o caso, por exemplo, do aprisionamento do discurso desalinhado (a palavra proibida) e a marginalização do discurso insano (a segregação da loucura). Vamos nos concentrar aqui sobre a marginalização de determinadas literaturas que, na concepção foucaultiana, seriam assim como a loucura: lidas como discursos inassimiláveis. É o caso das "literaturas menores", conceito formulado por Deleuze e Guattari (1997).

É curioso constatar que durante séculos na Europa a palavra do louco não era ouvida, ou então, se era ouvida, era escutada como uma palavra de verdade. Ou caía no nada - rejeitada tão logo proferida; ou então nela se decifrava uma razão mais razoável do que a das pessoas razoáveis. De qualquer modo, excluída ou secretamente investida pela razão, no sentido estrito, ela não existia. Era através de suas palavras que se reconhecia a loucura do louco; elas eram o lugar onde se exercia a separação; mas não eram nunca recolhidas nem escutadas. (FOUCAULT, 1996, p. 11)

A "literatura menor" relaciona-se com a noção de *desterritorialização* devido ao "deslocamento provocado por uma descaracterização cultural, em função do espaço e da língua, operada por grupos ou subgrupos étnicos, raciais ou culturais que, em dado momento histórico, acham-se submetidos a um processo de marginalização" (BATALHA, 2013, p. 115). A construção da narrativa e da consciência de minoria é por si só um desvio do padrão, uma vez que manifesta uma diferença contestatória. Os menores adotam uma estética própria, na qual a problemática social e política é tratada pela literatura. Essa escrita menor corresponde a uma parte da literatura que é excluída porque não pertence nem se adequa aos cânones: nela, uma minoria faz um tipo específico de literatura em uma língua maior, portanto tudo nela é político (DELEUZE, GUATTARI, 1997).

O estigma da loucura em uma literatura menor se verifica pelo ostracismo ao qual é submetida a maioria de seus escritores. Casanova (2002) comenta que a primeira tradução francesa de "Macunaíma", de Mário de Andrade, por exemplo, só foi publicada 50 anos depois do lançamento do livro, em 1979, e seu reconhecimento partiu de um "mal-entendido gigantesco: editada em uma coleção consagrada aos escritores de língua espanhola do *boom* [latino-americano], ela [foi] assimilada à sua estética dita barroca, com a qual evidentemente não tem nenhuma relação" (CASANOVA, 2002, p. 350 - grifo da autora). Da mesma forma, Machado de Assis, até 1950, era um grande desconhecido no espaço internacional (SCHWARZ, 2006), em parte pela barreira idiomática, mas principalmente porque se considerava seus textos demasiado particularistas (apesar da forma universal, o conteúdo não despertava interesse por parte da crítica e dos tradutores). Ainda, ao legitimar determinadas literaturas menores traduzidas para uma grande língua central, a Academia sueca manifesta a maior prova do seu "narcisismo colonizador satisfeito" (CASANOVA, 2002, p. 189), pois legitima a subordinação de um discurso de diferença à literariedade da língua. É a condescendência com o discurso do louco: "[...] a palavra só lhe é dada simbolicamente (no teatro onde ele se apresenta, desarmado e reconciliado, visto que aí representa o papel de verdade mascarada)" (FOUCAULT, 1996, p. 12).

Vale perguntar se existe no cenário internacional os "menores políticos". Arriscamos dizer que sim, mas talvez não tão correlatos à lógica literária, porque o poder contestatório nas relações internacionais é tão maior quanto mais desenvolvida uma economia e/ou politicamente influente o Estado. Assim, seria possível relacionar os "menores literários", cuja ação na República das Letras é sempre política e contestatória, aos países do "terceiro mundo", agentes de transformação inseridos num processo de crise de consensos. O seu papel é avaliado por Castro (2012a) principalmente através das demandas por reformas na ONU e dos questionamentos sobre a ordem econômica e financeira mundial. Os países emergentes e a fragmentação da periferia e da semiperiferia correspondem a um cenário de transição de polaridade no século XXI. Ou, numa concepção foucaultiana, a uma mudança de doutrina.

Para Cox (2000), a realidade social está em constante reconstrução, pois os atores questionam os consensos hegemônicos e elaboram novos. O "terceiro mundo" representaria a própria contra-hegemonia, na medida em que objetivaria um desenvolvimento autônomo (COX, 2000). O autor corrobora a noção foucaultiana de que o consenso implica conflito, uma vez que é condicionado por hierarquias de poder. A ordem internacional pode ser transformada pela interação das diferentes forças políticas, econômicas e sociais, e é nesse sentido que as relações sociais de produção e a divisão de mundo entre centro, semiperiferia e

periferia dialoga com a concepção de sistema-mundo proposta por Wallerstein (1974) e Braudel (1987). Para ambos os autores, a semiperiferia busca industrializar-se para tornar-se centro, o que reproduz a lógica de acumulação capitalista: "[...] toda vez que ocorre uma descentragem, ocorre uma recentragem, como se a economia-mundo não pudesse viver sem um polo hegemônico, sem um centro" (BRAUDEL, 1987, p. 37). Conforme vimos, "[...] o discurso é também o poder do qual queremos nos apoderar" (FOUCAULT, 1996, p. 10), de modo que os discursos dos "países menores", tal como os das "literaturas menores", devem ser compreendidos pela sua relação de subordinação, mas também de autoafirmação, o que em última análise significa o desejo de autonomia, ou seja, de poder⁷.

Em suas tentativas de autoafirmação, o menor opera transformações na língua do dominador, infringindo normas ortográficas, fazendo aporte da oralidade (como a fusão do português escrito com o brasileiro falado, através dos modernistas), promovendo adaptações sintáticas "heréticas" - dessacralizando, em outras palavras, a língua do dominador e flexibilizando as estéticas canônicas (BATALHA, 2013). As soluções inéditas "[d]o projeto modernista brasileiro tenta[ram] erigir um outro lugar de fala que servi[u] como uma espécie de nova possibilidade de modelização para as nações africanas, quando de seu empenho de desassimilação dos modelos vigentes europeus" (PADILHA, 2005, p. 20). O compartilhamento da subversão política e literária das normas gramaticais portuguesas, bem como a identificação étnico-cultural, permitiu que fosse criada, dessa forma, "fora do centro onde se erige a *lusofonia*, em suas margens, mais exatamente, uma rede de cumplicidades" (PADILHA, 2005, p. 21 - grifo da autora) entre escritores africanos e brasileiros:

Os poetas de Moçambique trabalham principalmente para transformar o português. Os poetas mais importantes para nós, moçambicanos, são os brasileiros, porque nos *autorizaram*, de certa forma, a violentar a língua. São pessoas como Carlos Drummond de Andrade, Mário de Andrade, Guimarães Rosa, Graciliano Ramos e muitos outros que conseguiram renovar o português. (COUTO, M., 1994⁸ *apud* CASANOVA, 2002, p. 159 - grifo da autora).

Essa "cooperação Sul-Sul" literária dá-se pela inspiração mútua entre espaços literários que já possuem uma proximidade, seja ela histórica, cultural, étnica ou mesmo política. Nesse sentido, a diplomacia serve como um importante instrumento fortalecedor de alianças. De acordo com o levantamento realizado por Novais (2013), as políticas culturais brasileiras destinadas aos países africanos, durante o período de 2003 a 2010, mostraram-se

⁷ No entanto, não encontramos bibliografia que faça uma comparação explícita com essa abordagem teórica, de modo que esse é apenas um intento analítico de aproximar a concepção desconstrutivista de "literaturas menores", de Deleuze & Guattari (1997), com o campo político e econômico de Relações Internacionais.

⁸ Entrevista inédita do escritor moçambicano Mia Couto concedida à Pascale Casanova, em novembro de 1994.

predominantes nas áreas de Educação; Língua, Livro, Leitura e Literatura, e Espaços Culturais. Os dados referentes à pesquisa estão disponíveis no Anexo 1 e 2 ao final do projeto, e possibilitam a apreciação do número de ações realizadas, bem como dos países que mais se destacaram na diplomacia cultural brasileira nesse período: Guiné-Bissau, Moçambique, Angola e Cabo Verde, todos integrantes da CPLP. Novais (2013) avalia que o peso da tradição diplomática entre os países e o idioma em comum foi responsável por facilitar a inserção dos projetos culturais brasileiros nesses espaços africanos. O levantamento do autor revela ainda a África do Sul como quinta maior colocada no ranking, podendo-se considerar como fator de proximidade cultural e política a sua participação em instâncias como o BRICS e o IBAS. Destarte, as relações Sul-Sul literárias se justificam por cumplicidades entre "revoltados e revolucionários" dos espaços descentrados, e podem ser pensadas em consonância às aproximações entre centros periféricos e semiperiféricos nas relações internacionais políticas e econômicas. A diplomacia cultural serve, nesse sentido, como um importante elo de ligação entre as relações internacionais literárias e as relações internacionais político-econômicas (em que pese o espaço literário ser apenas relativamente autônomo, conforme apontado por Casanova (2002)).

Assim, ao operarem através de expropriações e reapropriações sobre a língua, que antes remetia à vida colonial e ao poder da metrópole, os escritores descentrados logram solapar a autoridade do colonizador para a sua própria "territorialidade simbólica" (PADILHA, 2005, p. 22), processo que configura uma "realocação do imaginário" (PADILHA, 2005, p. 22) colonial. Reúnem-se, dos dois lados do Atlântico, recursos literários capazes de constituir uma genealogia literária própria para as nações emancipadas. É justamente isso que configura uma literatura menor: desviar-se negativamente de um conjunto de obras de referência (DELEUZE, 1978).

Escolher adequar-se ou então rejeitar determinadas práticas literárias em detrimentos de outras está associado à concepção bourdiana de campo de poder: "[...] espaço das relações de força entre agentes ou instituições que têm em comum possuir o capital necessário para ocupar posições dominantes nos diferentes campos (econômico ou cultural, especificamente)" (BOURDIEU, 1998, p. 244). É nele onde detentores de diferentes espécies de capital travam suas lutas simbólicas, e é ele igualmente quem determina as forças que compõem essas lutas. Os escritores heterônomos buscam acesso ao "êxito temporal" presente nos espaços literários centrais, principalmente aos índices de sucesso comercial e à notoriedade social (BOURDIEU, 1998, p. 246). Já os escritores autônomos buscam o reconhecimento por seus pares, numa certa independência às normas comerciais e estéticas vigentes. Enquanto os

primeiros são mais pragmáticos e flexíveis à estética universalizante (hegemônica), os segundos isolam-se em mônadas, sem se adequarem à demanda do grande público – estando, portanto, mais sujeitos ao ostracismo cultural (CASANOVA, 2002).

Bourdieu trabalha com dois importantes conceitos que se relacionam às lutas literárias: um é o *capital cultural*, que compreende o conhecimento aceito como tal através de instâncias legitimadoras, enquanto o outro é o *capital simbólico*, que corresponde às ferramentas de construção de concordância (consensos) e de conhecimento em um mundo objetivo (BOURDIEU, 1998). O poder simbólico reside na "própria estrutura do campo em que se produz e se reproduz a crença" (BOURDIEU, 1998, p. 14-15), através da manutenção da ordem pela legitimidade de suas palavras. Na República Mundial das Letras, ele sustenta o capital literário (ou cultural) de uma literatura, na medida em que a antiguidade (poder simbólico) é um dos seus elementos determinantes:

O capital literário reconhecido por todos é ao mesmo tempo o que se tenta adquirir e o que se reconhece como condição necessária o suficiente para entrar no jogo literário mundial; permite medir as práticas literárias pelo padrão de uma norma reconhecida como legítima por todos. Só existe tão bem, em sua própria imaterialidade, porque exerce, para todos os que estão no jogo e em particular para os que nele estão desprovidos, efeitos objetivamente mensuráveis que perpetuam a crença. (CASANOVA, 2012, p. 33).

Evidentemente, o capital econômico também é fundamental para a formação de polos de poder simbólico e a distribuição desigual de recursos, reforçando nesse sentido o vínculo existente entre literatura e política. Por sua vez, o capital social consiste no poder proveniente de determinados contatos e da participação em grupos privilegiados, e é o que reforça o capital simbólico. Relacionando as duas esferas, econômica e social, com as análises de Casanova (2002), compreendemos como o cosmopolitismo de determinados escritores (políglotas, viajados, conhecedores das estéticas vanguardistas centrais - seu capital social e cultural) ajudaram-lhes a produzir em seus países descentrados (dotados de menor capital econômico e linguístico) uma literatura que, ao adequar-se relativamente às normas vigentes, pudesse ser reconhecida, consumida e até mesmo premiada (receber, portanto, capital simbólico).

A noção de simbólico imprime-se nas relações internacionais pelo conceito de *soft power*, elaborado por Joseph Nye (2004)⁹. Ele corresponde à capacidade de influência de um

⁹ O capital cultural poderia ser relacionado ao monopólio das patentes e da propriedade intelectual, que na fórmula de Castro do poder internacional (ver Castro, 2012a, p. 190) é associado ao poder econômico-financeiro. No entanto, tal relação talvez apenas corrobore a tese bourdiana de que o capital cultural é reflexo da detenção de capital econômico, e que em última análise eles se retroalimentam.

sujeito sobre outros através da atração, e não da coerção - e para tanto, faz-se uso de capacidades imateriais, como a propagação de valores, ideologia e cultura. O *soft power*, portanto, em muito é correlato à noção de crença: configura-se como a construção de uma imagem, de um discurso, de uma credibilidade, e tal poder evidentemente é sustentado pela legitimidade que lhe é dada. Para Nye (2002), o *soft power* estadunidense funcionou como ferramenta de sustentação da liderança hegemônica do país. Analogamente, o que garante a manutenção das hegemonias na República Mundial das Letras é o capital literário (adaptação formulada por Pascale Casanova (2002) ao conceito de capital simbólico) concedido a certos textos, línguas, países e escritores.

"A diferença entre os recém-chegados ao espaço e ao tempo literários e os ex-modernos engajados na luta pela definição da última modernidade deve-se, em grande parte, ao conhecimento das últimas inovações específicas" (CASANOVA, 2002, p. 120). Aqui podemos pensar, usando os conceitos de capital econômico e cultural bourdianos, que os espaços mais centralizados, hegemônicos, dotados de capital linguístico-literário, correspondem àqueles países detentores de capital econômico e político. O acesso à informação não é por acaso: não somente eles estão próximos do conhecimento, como muitas vezes são os próprios produtores desse conhecimento (fomentadores das principais feiras literárias, estreitamente vinculados a instituições legitimadoras, fortemente canonizados).

Sendo o agente social (no caso, o escritor), um *animal symbolicum*, a análise bourdiana compreende que este habita o mundo em um sistema de construtos da linguagem e de mitos, ou seja, constrói-se e relaciona-se a partir do valor atribuído a seus empreendimentos, e também a partir da sua posição em um espaço marcado por coerções e facilidades (que ele pode lutar para conservar ou transformar). O próprio entendimento de classe social proposto pelo autor aponta para a formação de grupos sociais que lutam para impor-se como dominantes - ou, como utiliza Casanova (2002), superar a sua descentralidade -, em consonância à concepção foucaultiana de multidirecionalidade do poder:

[O]s grupos sociais, e sobretudo as classes sociais, existem, por assim dizer duas vezes, e isso acontece antes da intervenção do próprio olhar científico: existem na objetividade da primeira ordem, aquela que é registrada por distribuições de propriedades materiais; e existem na objetividade da segunda ordem, a das classificações contrastadas e das representações produzidas por agentes com base em um conhecimento prático dessas distribuições, tais como são expressadas nos estilos de vida. (BOURDIEU, 2013, p. 111).

Enquanto o capital simbólico se refere ao prestígio possibilitado pela crença, o capital cultural caracteriza o poder relacionado à posse de determinadas informações e

conhecimentos, fomentado pela proximidade com determinados grupos que formulam esses conhecimentos (capital social). Cada classe, de acordo com seu *habitus*, irá reproduz as condições de subalternidade ou de dominação: o conceito diz respeito à inconsciência desses grupos, ao aspecto mais inerente de seus gostos e estilos de vida, através dos quais eles expressam valores que reafirmam a sua posição na estrutura. "A disposição estética é uma manifestação do sistema de disposições que produzem os condicionamentos sociais associados a uma classe particular [...]" (BOURDIEU, 2007, p. 59). No caso da literatura, é possível imprimir uma determinada pertença, mais ou menos descentrada, através da estética em relação à norma desnacionalizada (universal) parisiense. O *habitus*, que na concepção bourdiana é determinante para o capital cultural, revela-se, no modelo teórico proposto por Casanova (2002), como as características das literaturas nacionais e o acúmulo de recursos literários por parte dos escritores através da comunicação uns com os outros, o dialogismo do arranjo literário, no qual há redes de inspiração mútua. Do ponto de vista dos países, os menos dotados de patrimônio literário são, na análise da autora, os com menos capital cultural, refletindo justamente o seu *habitus*, a sua pertença recentemente descolonizada (e atrasada em relação ao Greenwich literário).

Na República Mundial das Letras, a insubmissão às traduções sucessivas em línguas de grande literariedade (responsáveis por reforçar a desigualdade da estrutura e ao mesmo tempo flagelar as particularidades de um texto) e os mecanismos de reinvenção encontrados por alguns escritores para escapar da exclusão de seu descentramento são maneiras de questionar o poder. Rejeitando as coerções impostas sobre a sua pertença, os escritores descentrados buscam legitimar o seu próprio capital cultural através do reforço de sua originalidade literária, ao invés de se subordinarem esteticamente. Alguns o fazem em instâncias internacionais (escritores heterônimos), daí subordinados à crença, ao capital simbólico de determinadas instâncias consideradas legítimas. Outros rejeitam a necessidade de recorrerem a tais instâncias e tornam-se autônomos, particulares e nacionais: buscam o reconhecimento dos seus dentro das fronteiras nacionais, restritos a um menor capital social. Seja como for, percebe-se através dessas rearticulações e estratégias os efeitos da difusão de uma doutrina universalizante, ela também a proposta de uma pertença, ainda que essa pertença signifique a traição à pertença original do escritor (nacional).

Aparentemente, a única condição requerida [numa doutrina] é o reconhecimento das mesmas verdades e a aceitação de certa regra - mais ou menos flexível - de conformidade com os discursos válidos; se fossem apenas isso, as doutrinas não seriam tão diferentes das disciplinas científicas, e o controle discursivo trataria somente da forma ou do conteúdo do enunciado, não do sujeito que fala. Ora, a

pertença doutrinária questiona ao mesmo tempo o enunciado e o sujeito que fala, e um através do outro. (FOUCAULT, 1996, p. 42).

Para Foucault, o questionamento do sujeito que fala evidencia-se pelos procedimentos de exclusão e rejeição quando este formula "um ou vários enunciados inassimiláveis" (FOUCAULT, 1996, p. 42). Quando sobre os enunciados, evidencia-se como um instrumento de prévia pertença: "pertença de classe, de status social ou de raça, de nacionalidade ou de interesse, de luta, de revolta, de resistência ou de aceitação" (FOUCAULT, 1996, p. 43) - ou, na análise bourdiana, *habitus*. A ligação entre os indivíduos propiciada pela doutrina também inclui o seu distanciamento em relação àqueles que dela não comungam. Apoiando-se sobre um suporte e uma distribuição institucional, a doutrina exerce, assim, uma pressão sobre os outros discursos, configurando-se aí o seu poder de coerção¹⁰.

No campo político e econômico das relações internacionais, tal pertença de classe é evidenciada, por exemplo, pela aproximação Sul-Sul, cujos aspectos literários foram discutidos anteriormente. O conceito surgiu na década de 1980, através do teórico americano Stephen Krasner. Em sua concepção, países cuja pertença correspondia à categoria "Terceiro mundo" - hoje chamados *países em desenvolvimento* - apresentavam um comportamento regido mais pela estrutura do sistema internacional do que pelas condições econômicas propriamente ditas. Os diversos países do Sul, diferentes entre si, tinham em comum, no âmbito doméstico, a pouca flexibilidade resultante da sua falta de recursos e deterioração dos termos de troca para se protegerem dos choques externos. No âmbito externo, estavam sujeitos a pressões que não podiam influenciar unilateralmente, o que reduzia suas oportunidades de ação no meio internacional. A saída encontrada foi a coordenação de reivindicações políticas, estabelecendo uma doutrina própria aos seus interesses:

Para corrigir as assimetrias no intercâmbio, os países do Terceiro Mundo esposam novo tipo de regime internacional com base em modos de alocação autoritária. Advogam um conjunto de princípios, normas, regras e procedimentos de tomada de decisão em torno dos quais as expectativas dos atores convergem, diverso daquele lastreado em modos de alocação de mercado que prevaleceu desde fins da Segunda Guerra Mundial. (LEITE, 2011, p. 32).

¹⁰ Foucault comenta, ao longo do seu texto, sobre a necessidade estética que imperou na literatura durante os séculos XVII, XIX e XX quanto à vinculação com a razão e o cientificismo; em outras palavras, o impacto dessa doutrina na formulação ficcional, que exigia do escritor o retrato afiado do mundo circundante, sem metáforas ou alusões, apenas a *vontade de saber*: "Penso na maneira como a literatura ocidental teve de buscar apoio, durante séculos, no natural, no verossímil, na sinceridade, na ciência também - em suma, no discurso verdadeiro". (FOUCAULT, 1996, p. 18).

Assim, a cooperação Sul-Sul político-econômica, tal como a literária, pode ser entendida como o estabelecimento de uma nova doutrina, que significa uma tentativa de contra-hegemonia. A doutrina hegemônica, marcada pelos interesses estadunidenses, pautava-se pelas "[...] preferências dos atores individuais na distribuição dos recursos e no direito de alienarem a propriedade" (LEITE, 2011, p. 32), enquanto a dos países do Terceiro Mundo estipulava um regime internacional de locação autoritária, pautado pela teoria da dependência e por normas que legitimavam "[...] tanto a intervenção direta quanto indireta do Estado, por regras econômicas que [previam] tratamento diferenciado e procedimentos de tomada de decisão que se fundamentam na igualdade jurídica dos Estado" (LEITE, 2011, p. 32). A doutrina defendida pelos países terceiro-mundistas teve considerável efeito sobre a ordem internacional devido à crise de hegemonia estadunidense, ao papel das instituições e à identidade comum entre os países, que permitiu uma coordenação de políticas e um auto-entendimento subjetivo (LEITE, 2011). A unidade entre os países em desenvolvimento permitiu que em grupo eles explorassem "as brechas no discurso liberal do Norte" (LEITE, 2011, p. 34).

O "Terceiro mundo literário", como discutido anteriormente nesse trabalho, relaciona-se às literaturas menores, descentradas e em conflito com a ordem central. Até o momento, abordamos as contribuições possíveis dos campos da Antropologia, da Filosofia, da História e da Sociologia ao modelo de relações internacionais literárias elaborado por Pascale Casanova, cuja episteme está relacionada às relações complexas de subordinação, poder e contestação dentro do espaço literário, marcado pela centralidade de poder, distribuição desigual de recursos, demarcação de tempo enquanto crença estética e, principalmente, pelas rivalidades literárias. Para empreendermos uma análise pós-colonial sobre a República Mundial das Letras, e então discutir mais a fundo o fator político da descolonização e a identidade dos sujeitos descentrados, faz-se necessário retomar às origens do espaço literário internacional e apontar determinados marcos históricos para compreendermos a formação das hegemonias literárias.

Casanova (2002) estabelece que a gênese do espaço literário se deu no século XVI, durante a fundação dos Estados europeus. Os textos literários das primeiras nações a se estabelecerem na República Mundial das Letras foram privilegiados como não-nacionais ou históricos, na medida em que já nasceram canônicos. Segundo Pascale, "o clássico encarna a própria legitimidade literária [...], o que é reconhecido como *A literatura*, a partir do que serão traçados os limites do que será reconhecido como literário, o que servirá de unidade de medida específica" (CASANOVA, 2002, p. 30 - grifo nosso). Assim, tais nações já nascem

com capital literário, enquanto a todas as outras subjacentes caberá a luta para fazer valerem os seus textos nacionais, tornando-os circuláveis e universais.

[A história da literatura] não repousa portanto nem sobre as cronologias nacionais, nem sobre a série justaposta das obras, mas sobre a sucessão das revoltas e das emancipações graças as quais os escritores, apesar de sua dependência irredutível com relação à língua, conseguem criaras condições de uma literatura autônoma, pura, livre do funcionalismo político. É a história do surgimento, em seguida do acúmulo, da concentração, da distribuição (desigual), da disseminação, das apropriações dessa riqueza literária que nasce na Europa e que se torna objeto de crença e de rivalidade. Começa, portanto, no momento em que se produz o que se deve denominar [...] o acúmulo inicial de capital literário. Esse momento fundador é o da publicação de *La Deffence et Illustration de la langue françoise* [A defesa e a ilustração da língua francesa], de Du Bellay. (CASANOVA, 2002, p. 66 – grifo nosso).

A delimitação do ponto de partida a partir de um “acontecimento literário tão tipicamente francês” (CASANOVA, 2002, p. 66) é justificada pela autora pelo caráter nacional e ao mesmo tempo internacional da obra de Joachim Du Bellay, “pelo qual a primeira literatura nacional se fundamenta na relação complexa com uma outra nação, e através dela, com uma outra língua, dominante e aparentemente insuperável, o latim” (CASANOVA, 2002, p. 67). A autora toma a obra do poeta francês como paradigmática ao modelo da República Mundial das Letras, na medida em que ela significou uma revolução vernacular, marcada pela rivalidade linguística, retórica poética e política a nível internacional, criando o primeiro esboço de um campo literário transnacional. Ao núcleo toscano-francês juntam-se, aos poucos, a Espanha e depois a Inglaterra, que formarão três potências literárias, dotadas ao mesmo tempo de grandes línguas literárias e de um patrimônio cultural (CASANOVA, 2002). Após o fim do Século de Ouro espanhol, dá-se espaço aos universos literários centrais europeus mais poderosos, o francês e inglês.

As três etapas formadoras do espaço literário mundial são coerentes à análise história de “longa duração” braudeliana. Pascale Casanova (2002) analisa de maneira minuciosa desde a formação inicial da Republica Mundial das Letras, através do manifesto de Du Bellay, publicado em 1549, no qual formam-se literaturas rivais à grandeza da Antiguidade, passando então para as etapas seguintes de crescimento do sistema literário. A segunda etapa consistiu na ampliação do sistema através da revolução lexicográfica, durante os séculos XVIII e XIX, responsável pelo surgimento de nacionalismos na Europa e que atribuíram à literatura nacional funções políticas. A última etapa de expansão do espaço literário corresponde ao processo de descolonização, no qual surgem novos protagonistas, até então excluídos da ideia de literatura.

A diferença entre os países centrais e os excêntricos¹¹ é que, enquanto os segundos operam sobre a "inércia da estrutura" (CASANOVA, 2002, p. 219) para arrancar soluções criativas que influam no âmbito da estética e da política literária, a fim de darem forma a um patrimônio literário, os escritores centrais normalmente ignoram sua posição imediatamente universalizada (e, portanto, privilegiada) no sistema. Para Casanova (2002), as lutas e estratégias dos despojados para reunir recursos literários próprios deu-se, durante os quatro séculos de formação e unificação do campo literário mundial, segundo a mesma lógica: apesar da diversidade das lutas e das próprias situações literárias e geopolíticas, a autora acredita ser possível descrever de modo quase trans-histórico as modalidades de revolta e reivindicação de liberdade literária: *assimilação e diferenciação*¹². O dilema do escritor, portanto, é optar por um tipo de fechamento: o nacional (particular limitativo) ou o universal (universal generalizante). Enquanto um é a afirmação da diferença e pode representar uma travessia difícil e tortuosa, na qual o escritor se vê invisibilizado e desconhecido fora de seu país, o outro pode ser igualmente claustrofóbico, na medida em que ele se encontra diluído na estética desnacionalizada, obrigado a "trair" a sua pertença.

O choque da separação entre o nacional e o anseio pela unidade num mundo regido por forças desconhecidas é comum a todos os literatos descentrados, e ajuda a compreender certas inovações estilísticas na linguagem operadas por determinados escritores que não se sentem à vontade em flagelar sua identidade pelo imperativo desnacionalizante. Devido à posição temporal e sua distância estética em relação ao centro, as obras desses autores são tanto mais improváveis quanto maior a dependência política e econômica do país, quanto mais recentemente descolonizado e menos dotada de literariedade a língua (no caso da América, reivindicou-se a herança linguística das antigas metrópoles e, portanto, já se partiu de uma continuidade patrimonial). "O verdadeiro drama que o fato irreversível, de certa forma 'ontológico', de pertencer e ser membro de uma pátria deserddada (no sentido literário) pode constituir deixa sua marca não apenas em toda a vida de um escritor, mas também pode dar forma a toda uma obra" (CASANOVA, 2012, p. 226).

¹¹ Vale lembrar que os países excêntricos não são somente aqueles descolonizados, mas todos os que estão fora do centro hegemônico e estético marcado pelo meridiano de Greenwich. São países com menor capital simbólico e literário, podendo pertencer inclusive à Europa – por exemplo, a Romênia ou a Hungria.

¹² A primeira corresponde à "integração, por uma diluição ou um desvanecimento de qualquer diferença original, em um espaço literário dominante" (CASANOVA, 2012, p. 221). A segunda, também chamada de dissimilação, é a "afirmação de uma diferença a partir sobretudo de uma reivindicação nacional" (CASANOVA, 2012).

Não quero dizer que haja duas humanidades, a alta e a baixa, e que nós sejamos desta última; talvez a humanidade se renove um dia pelos galhos americanos; mas, no século em que vivemos, o espírito humano, que é um só e terrivelmente centralista, está do outro lado do Atlântico; o Novo Mundo para tudo o que é imaginação estética ou histórica é uma verdadeira solidão, em que aquele espírito se sente tão longe das suas reminiscências, das suas associações de ideias, como se o passado todo da raça humana se lhe tivesse apagado da lembrança e ele devesse balbuciar de novo, soletrar outra vez, como criança, tudo o que aprendeu sob o céu da África... (NABUCO, 1999, p. 50).

A literatura e os estudos pós-coloniais contribuíram em muito para as discussões sobre as condições impostas aos escritores descentrados de países recentemente emancipados. A primeira surgiu ao final da Segunda Guerra Mundial, em 1945, e a segunda, na década de 1980¹³. A literatura pós-colonial "[é aquela] que se identifica com o amplo movimento de resistência e transformação das sociedades coloniais" (BOEHMER, 1995, p. 84 - tradução nossa). Os segundos, embora não constituam uma matriz teórica única, e sim contribuições diversas, buscam desconstruir estereótipos e essencialismos, compondo uma epistemologia crítica "aos discursos ideológicos da modernidade que tentam dar uma normalidade hegemônica ao desenvolvimento das histórias diferenciadas de nações, raças, comunidades [e] povos" (BHABHA, 1998, p. 239). Tais estudos encontraram na perscrutação comparatista da literatura a ampliação das condições de análise dos vários sistemas e movimentos literários - ou, em outras palavras, a possibilidade de uma dialogia que permite considerar diferentes culturas e literaturas em seu conjunto e contraposição (SAID, 1999). Assim, revelam-se complexidades, ambivalências e antagonismos que escapavam do discurso generalizante e essencialista ocidental.

Para o crítico literário palestino Edward Said, "a constituição e os primeiros objetivos da literatura comparada eram adotar uma perspectiva além da nação a que pertencia o indivíduo, observar alguma espécie de totalidade em lugar do pequeno retalho oferecido pela cultura, literatura e história da pessoa" (SAID, 1999, p. 78). Portanto, percebeu-se a necessidade de elaboração de uma epistemologia *inter-nacional*, como a adotada no modelo teórico de Pascale Casanova. Após, os estudos comparativos passaram a enfatizar a necessidade de revisão dos cânones literários e sua melhor representatividade.

A literatura comparada é a história das relações literárias internacionais. O comparatista se coloca nas fronteiras, linguísticas e nacionais, e examina as mudanças de temas, ideias, livros ou sentimentos entre duas ou várias literaturas. O seu método de trabalho deverá adaptar-se à diversidade de suas pesquisas. Um certo

¹³ Os estudos pós-coloniais "[iniciados] por aqueles autores qualificados como intelectuais da diáspora negra ou migratória – fundamentalmente imigrantes oriundos de países pobres que vivem na Europa Ocidental e na América do Norte – teve, na crítica literária, sobretudo na Inglaterra e nos EUA, a partir dos anos 1980, suas áreas pioneiras de difusão." (COSTA, 2006, p. 84).

equipamento lhe é indispensável. Ele deve ser capaz de ler diversas línguas, e deve saber onde localizar as bibliografias indispensáveis. (COUTINHO, 2006, p. 42).

É por conta dessa abordagem dialógica e internacionalista que os estudos pós-coloniais oferecerão, a partir da década de 1980, importante contribuição teórica às ciências humanas e sociais, inclusive ao campo de Relações Internacionais propriamente dito.

A escola pós-colonial abarca a perspectiva crítica das partes não amplamente representadas pelos holofotes da academia do eixo americano-europeu das Relações Internacionais. A história como é escrita e difundida é produto direto das macro e das micronarrativas dos vitoriosos [...] Ou seja, há brados legítimos dos povos, das culturas, dos dialetos e das línguas “não universais” que precisam ser escutados até mesmo como forma de consolidar o contraditório, ampliando o conceito de democratização analítica das Relações Internacionais. (CASTRO, 2012, p. 390).

A construção da ordem internacional, subjacente à Segunda Guerra Mundial e sob direção estadunidense, buscou novo asseguramento das condições necessárias para a reconstrução do sistema capitalista, tentativas refletidas pelo pacto Bretton Woods, a promoção do livre comércio, a criação de instituições como o FMI (cujo papel seria a garantia da sanidade e segurança financeira internacional), o BIRD e o GATT (ALVES, 2015). A reconstrução dessa ordem foi marcada pela elaboração de discursos que previam a existência de valores comuns, como os direitos humanos e a democracia, em uma tentativa de alcance global (ALVES, 2015). No entanto, evidenciou-se a própria negação da diferença típica da postura etnocentrista, uma vez que tais valores refletiam costumes e tradições particulares do Ocidente, ignorando as concepções descentralizadas sobre os mesmos assuntos. A modernidade projetada a partir do Greenwich literário prevê a difusão de um discurso monodialógico e hegemônico do centro para os espaços descentrados, que inspira movimentos de adequação pela coerção, mas também de contestação e de luta.

O eurocentrismo, responsável pela arquitetura colonial do sistema internacional no século XIX e XX, foi marcado pelo pensamento de que à Europa cabia a orquestração do presente, uma vez que "os europeus imaginaram serem não apenas os portadores exclusivos de tal modernidade, mas igualmente seus exclusivos criadores e protagonistas" (QUIJANO, 2005, p. 7). Compreendida como um princípio instável, continuamente redemarcado no universo literário através de conquistas estéticas de largo alcance que tentam definir um "presente mais presente" (CASANOVA, 2002, p. 120), a modernidade é um discurso legitimado por instâncias de poder. A crença na capacidade redentora da modernidade instiga os literatos a perseguirem um presente diferente do seu, fazendo com que o escritor sinta fictício (inválido) o seu próprio tempo. O poder garantido aos espaços literários que se

modernizam reflete aos outros a necessidade de adequação estética, reforçada pelo etnocentrismo dos intermediários transnacionais (críticos e tradutores, por exemplo), cujo papel desempenhado é paradoxal: ao mesmo tempo em que servem de arma legitimatória (empoderadora) para os descentrados, sob o ponto de vista identitário (nacional), significam o cumprimento de uma norma estética des-historicizada, e portanto agressora, não-empática e etnocêntrica.

O “*soft power* literário” é o que garante a hegemonia cultural mas também política (porque linguística) de países centrais: “[...] apenas o poder invisível da crença que se vincula a certas línguas e o efeito de ‘desvalorização’ que caracteriza outras podem ‘obrigar’, sem qualquer coerção aparente, alguns criadores a mudar a língua de sua obra” (CASANOVA, 2002, p. 339). Sob a perspectiva pós-colonial, a modernidade literária, portanto, é um mito: parte da ideia eurocêntrica evolucionista de que o grau máximo da civilização é a europeia ou ocidental - tanto é, que trabalha com dualismos, negando espectros identitários: primitivo/civilizado, colônia/metrópole, provinciano/moderno, centrado/descentrado. O eurocentrismo foi responsável pela classificação social do mundo usando como critério a raça, sob uma ótica que amalgamou evolucionismo e dualismo (QUIJANO, 2005). A diversidade dos povos originários da América Latina (astecas, maias, chimus, aimarás, incas, chibchas) foi reduzida a um só termo, *índios*, enquanto os povos trazidos à força da África (achantes, iorubás, zulus, congos, bacongos) ficaram marcados como *negros* (QUIJANO, 2005). Ou, na República Mundial das Letras, os periféricos, excêntricos, despojados, nacionais, menores: toda a diversidade de escritores e literaturas que não se vinculam automaticamente à estética central.

A colonialidade do poder e a dependência histórico estrutural implicam ambas a hegemonia do eurocentrismo como perspectiva epistemológica. No contexto da colonialidade do poder, a população dominada, nas novas identidades que lhes haviam sido atribuídas, foram também submetidas à hegemonia eurocêntrica como maneira de conhecer, na medida em que alguns de seus setores puderam aprender a língua dos dominadores. Portanto, o eurocentrismo não é exclusivamente a perspectiva cognitiva dos europeus, ou apenas dos dominantes do capitalismo mundial, mas também do conjunto dos educados sob sua hegemonia. (QUIJANO, 2009, p. 74-75).

A literatura hegemônica faz parte, assim, do discurso dos vencedores, cabendo a todo o restante dos escritores a adequação estética a esse discurso, daí a educação literária eurocêntrica. Há, é claro, a proposição de medidas flexibilizantes a essa norma, como a

elaboração de um humanismo mais abrangente¹⁴, a paratopia translingual¹⁵, a literarização da linguagem oral, a antropofagia literária, etc. O escritor queniano Ngugi Wa Thiong'O, por exemplo, optou por escrever na língua materna (gĩkũyũ), tendo em vista a necessidade de se desvencilhar de qualquer resquício do subjugo colonial:

Em minha visão a linguagem era o mais importante veículo pelo qual o poder fascinou e capturou a alma do prisioneiro. A bala foi o meio da subjugação física. A linguagem foi o meio da subjugação espiritual. (NGUGI, 1995, p. 287 - tradução nossa).

Mais difundida é a técnica encontrada por escritores descentrados de flexibilizar as normas hegemônicas ao promover adequações linguísticas do patrimônio herdado. Foi o que fez o nigeriano Chinua Achebe, com o que chamou de "africanização do inglês" (semelhante ao "abrasileiramento do português" operado pelos modernistas):

O que eu vejo é uma nova voz saindo da África, falando da experiência africana em uma língua mundial. Então, minha resposta à pergunta, Um africano pode aprender inglês bem o bastante para ser capaz de usá-lo efetivamente na escrita criativa?, é certamente sim. Se, por outro lado, você perguntar: Ele aprenderá a usar o inglês como um falante nativo? Eu deveria dizer, espero que não. Não é nem necessário nem desejável que ele faça isso. O preço que uma língua mundial deve estar preparada para pagar é a submissão a muitos tipos diferentes de uso. O escritor africano deveria usar o inglês de uma maneira que melhorasse a sua mensagem sem alterar a língua, na medida em que seu valor como meio de intercâmbio internacional se perderia. Ele deveria criar um inglês que fosse ao mesmo tempo universal e capaz de carregar a sua experiência peculiar. (ACHEBE, 1975, p. 29 - tradução nossa).

A escolha em escrever em "inglês africano" é justificada pela circulação internacional do inglês, porém com a preservação das especificidades africanas. Achebe (1975) defendia que a plasticidade não deveria se operar apenas sobre a sua língua materna, mas sobre a língua internacional, objeto de experimentalismo dos escritores descentrados. Para Rama (1982), esses movimentos de transculturação aparecem na literatura como uma mestiçagem da cultura do dominador e do dominado, contestação da pureza pressuposta na linguagem e na cultura, a

¹⁴ Elaborações teóricas de autores como Siba Grovogui (2003) e Kate Manzo (1997). O primeiro postula por uma etnografia reversa, a fim de detectar o essencialismo na concepção humanista europeia e aplicar revisões que englobem outras identidades e culturas – em outras palavras, Grovogui tenta estabelecer um humanismo "verdadeiramente" universal. Manzo, por sua vez, propõe um humanismo crítico, baseado na crise de representação do humanismo binário formulado pelo Ocidente, responsável por polarizações e extremismos – inclusive reversos.

¹⁵ Conceito criado por Dominique Maingueneau, da escola francesa de análise do discurso, para analisar o discurso literário de escritores localizados em uma situação intermediária, pertencentes e ao mesmo tempo não pertencentes do espaço literário internacional. A especificidade da paratopia translingual consiste na possibilidade de os bilíngues usarem sua "outra" cultura ou a linguagem como fonte de legitimação no campo literário de sua sociedade adotada (ORI, 2015).

reinvenção estética sobre a herança patrimonial operada por escritores vanguardistas e que se relaciona intimamente à formação da identidade nacional e à consolidação do Estado.

Na originalidade da literatura latino-americana está presente, como um guia, seu comovente e romântico afã internacionalista, o qual mascara outra fonte mais vigorosa e persistente de nutrição: a peculiaridade cultural desenvolvida no interior, que não foi obra unicamente de suas elites literárias, mas o esforço gigantesco de diversas sociedades construindo suas linguagens simbólicas. (RAMA, 1982, p. 12 - tradução nossa).

Para Castro (2012a), o fator linguístico é de fundamental importância para as relações internacionais na medida em que permite que um ator influencie outro pela transmissão de sua cultura material e imaterial. "Poder-se-ia substituir o termo cultural pelo sinônimo mais específico psicossocial ou ainda linguocultural" (CASTRO, 2012a, p. 197). A língua pode ser entendida como um "canal simbólico de relações de poder no processo de comunicação globalizada [...] ou seja, [ela] influencia, fortemente, a cultura e seus mecanismos de interlocução e transmissão simbólica e convencional do pensamento do falante e, por consequência, do Estado" (CASTRO, 2012a, p. 197). A hegemonia de um Estado pode ser lida, assim, através da veiculação de sua(s) língua(s) nacional(is), representando a emanção de seu poder de influência (político e econômico)¹⁶. Os teóricos pós-coloniais também reconhecem o poder portado pela língua: consideram-na como um fator não-neutro, político e, portanto, capaz de construir realidades (BHABHA, 1998). No caso das línguas herdadas das antigas metrópoles, elas guardam maneiras de ver o mundo: é por isso que cabe aos escritores "mutilá-las" para que essas reservas ideológicas (discursivas) se desprendam e passem a imprimir as particularidades locais.

Assim, Achebe (1975) articula uma solução estética (literária) e também política para o dilema linguístico que é enfrentado por todos os escritores descentrados. "Se querem ser percebidos, precisam produzir e exibir alguma diferença, mas não mostrar, nem reivindicar uma distância grande demais que também os tornaria imperceptíveis" (CASANOVA, 2012, p. 197).

Eu gostaria que a palavra universal fosse banida da discussões sobre literatura(s) africana(s) até que se deixasse de utilizá-la como sinônimo de particularismo mesquinho e interessado da Europa, até que seu horizonte se

¹⁶ Segundo formulado pelo autor, o poder internacional pode ser analisado sob cinco variáveis: político-diplomática, econômico-financeira, cultural (psicossocial e linguocultural), militar e geodemográfica. Na variável cultural, os fatores a serem levados em consideração seriam: "[a] razão entre a população do país com a população mundial, [a porcentagem] de falantes do idioma no mundo com o parâmetro [beta] relativo à quantidade de falantes do idioma do país em análise e seu peso político-territorial" (CASTRO, 2012a, p. 190). A dimensão literária corresponde à variável econômico-financeira, para o autor: "[...] publicação anual de livros e registros de patentes no âmbito do PCT" (CASTRO, 2012a, p. 190).

ampliasse para aí incluir o mundo inteiro. (ACHEBE, 1975, p. 7 - tradução nossa)

O uso literário da língua colonial não é um gesto assimilador para esses escritores, pois eles a utilizam aplicando mudanças, como o bilinguismo paradoxal e a literarização das práticas orais, esta marcada pelo exagero das próprias diferenças em relação à antiga metrópole ou mesmo ao centro para a emancipação política e literária. Pascale Casanova (2002) entende como correlação necessária língua, nação e identidade, de modo que a utilização da língua da antiga metrópole, sem nenhuma adaptação, é uma herança envenenada: o país que dela se apropria é apenas um usuário dessa língua, e para um escritor que utiliza a língua dominante, o uso pode ser tão alienante quanto libertador. A marginalização de escritores de línguas pequenas explica por que Machado de Assis, Guimarães Rosa, Mário de Andrade, por exemplo, todos dotados de originalidade estilística e literária, obtiveram reconhecimento internacional tardio.

A autora também discorre acerca de outro interessante método encontrado por nações literárias recentes para se consagrarem, dadas as condições de modernidade e a eficácia da proclamação de antiguidade. Casanova (2002) cita o caso da escritora estadunidense Gertrude Stein, a quem os Estados Unidos teriam inaugurado o século XX a partir das transformações políticas e reorganizações comerciais da Guerra de Secessão, em 1860. Enquanto todos os outros países só passariam a viver, de fato, o século XX a partir do século XX, os EUA estariam vivendo-o há mais tempo. Verifica-se, assim, uma tentativa de operacionalizar a perspectiva do tempo: redefinir a modernidade através da revisão histórica dos fatos. Ora, também é possível encontrar tal intento político no movimento modernista e mesmo em Chinua Achebe:

Queremos a Revolução Caraíba. Maior que a Revolução Francesa. A unificação de todas as revoltas eficazes na direção do homem. Sem nós a Europa não teria sequer a sua pobre declaração dos direitos do homem. [...] Já tínhamos o comunismo. Já tínhamos a língua surrealista. A idade de ouro. (ANDRADE, 1995, p. 48-49).

[...] a maioria dos escritores africanos escreve sobre uma experiência africana e sobre um compromisso com um destino africano. Para eles, esse destino não inclui uma futura identidade europeia... (ACHEBE, 1975, p.7 - tradução nossa).

Outro recurso encontrado por diferentes escritores é negar a medida literária de tempo, especialmente apontando a Europa como um velho continente e seus países como a ascendência do futuro. Nesse caso, destacam-se os esforços de Walt Whitman, que tentou

construir a ideia de uma nação estadunidense a quem pertenceria a história futura da humanidade.

Não te culpamos Mundo mais velho, nem realmente nos separamos de ti,
 (O filho se separaria do pai?)
 Relembrando-te, tratando de teus deveres, grandezas, pelas eras passadas
 flexionando, construindo,
 Construimos os nossos hoje.
 Mais pujante que as tumbas do Egito,
 Mais bela que os templos da Grécia, de Roma,
 Mais orgulhosa que a catedral de Milão com estátuas e cúspides [...]. (WHITMAN,
 2008, p. 234).

De acordo com Casanova (2002), a explicação para tamanho artifício é de obter legitimidade apesar da ausência de recursos específicos. Realiza-se, portanto, um intento de rejeitar o tempo imposto pelo centro hegemônico ou então tentar ultrapassar o presente da modernidade, ser ultramoderno, declarando a falência do presente e apostando na própria nação como uma estética de vanguarda. Os efeitos da revolta literária levam a um processo de diferenciação e reunião de recursos literários internacionais que são incorporados política e literariamente, e unificam um novo espaço literário nacional.

Evidentemente, nada acontece de maneira isolada: os escritores revolucionários que conseguem recobrar independência e contribuir através de novos procedimentos estéticos ao patrimônio literário universal são inspirados pelos movimentos de revoltas de gerações anteriores à sua. Foi o caso da geração de 1870 e a consagração do Romantismo no Brasil: a tentativa de independência em relação à antiga metrópole passava por uma reafirmação da diferença nacional através da literatura, mormente através do registro das particularidades brasileiras (cotidiano e costumes (CANDIDO, 2002)). A revolução estética propiciada pelos modernistas da década de 1920 pode ser pensada como um reflexo crítico dessas tendências iniciadas ao final do século XIX: o abasileiramento do português proposto pelos escritores modernos e a antropofagia literária foram o aprofundamento da diferença brasileira e a aposta na identidade nacional. Ao mesmo tempo, a confecção estética de brasilidade proposta por esses dois movimentos deu-se dialogicamente, em profunda comunicação com os movimentos artísticos europeus¹⁷. O cosmopolitismo dos intelectuais brasileiros permitiu que se trouxesse ao país parte da modernidade estética dos espaços literários centrais, e serviu para acelerar o

¹⁷ Tratando especificamente do caso brasileiro, Candido (2002) identifica no Romantismo três movimentos de incorporação (mais ou menos direta) da estética estrangeira à nacional: *transposição*, *substituição* e *invenção*. A explicação desses movimentos pode ser encontrada na página 16 desse trabalho ou em Cândido, 2002, p. 98-100. Em sua análise mais genérica, Casanova (2002) identifica duas principais estratégias de formação da literatura, fundadoras de todas as lutas dentro dos espaços literários nacionais: *assimilação* e *diferenciação*, como explicado na nota de rodapé 12 da seção 4.

tempo da nossa literatura - em outras palavras, para modernizá-la. A geração de 1930, em resposta ao cosmopolitismo intelectual dos grupos anteriores e ao seu labor sobre a *forma* dos textos, formulou uma literatura mais fortemente engajada com o *conteúdo* nacional (menos universalista e mais particularista), recorrendo ao papel político-transformador da literatura (VELLOSO, 1988). O neorrealismo, portanto, também deve ser relacionado organicamente à teia de construções e reconstruções da identidade nacional formuladas por escritores que, em diversos graus de comunicação com o centro, formularam uma literatura renovada e contestatória.

Como os escritores nacionais, fomentadores das primeiras revoltas literárias, se baseiam em modelos literários da tradição nacional, ao contrário, os escritores internacionais inspiram-se, para encontrar uma saída ao encerramento nacional, nesta espécie de repertório transnacional da soluções literárias. Por apelarem para valores que têm cotação no meridiano de Greenwich, eles criam um polo autônomo em um espaço até então fechado às relações internacionais, contribuindo desta maneira para unificá-lo. (CASANOVA, 2002, p. 392).

Salienta-se, assim, o vínculo complexo entre o espaço político e o literário na história da literatura, cujo internacionalismo estruturante é marcado, de acordo com Pascale Casanova (2002), pela disputa de recursos e reconhecimento e, em última instância, marcado pela tentativa de unificação de estéticas e patrimônios. A literatura evidencia-se imbricada às relações internacionais na medida em que a ela também se relaciona um centro hegemônico e o exercício não-linear de poder, permeado por noções de simbologia e crença, que corroboram mitos de superioridade e poder, e impõem desafios às identidades nacionais. Tal como na esfera político-econômica, as relações internacionais literárias são influenciadas por aparelhos do tipo "jurídico-discursivos", fundamentados no poder de certas nações sobre outras, quando mais antigas e dotadas de capital (linguístico, literário, simbólico). O processo globalizante das relações internacionais e a conseqüente integração dos mercados refletem-se às relações literárias numa lógica editorial do tipo universalizante e heterônoma, exigindo a adequação dos escritores ao gosto de um grande público. A lógica econômica será melhor analisada na próxima seção, contudo ela também está imbricada nas discussões que foram abordadas nessa primeira parte, pois revela-se através da geopolítica das línguas e, conseqüentemente, pelas operações do mercado de tradução. Afinal, o uso de conceitos ligados ao "capital" não é indiscriminado: pressupõe que os recursos detidos pelos países também relacionam-se à posição que estes ocupam no sistema internacional. Assim, a relativa independência político-econômica do universo literário é o que possibilita a explanação das suas múltiplas intersecções ao campo de Relações Internacionais, e o apontamento de características

estratégicas nos livros que até então passavam despercebidas pelo leitor mais ingênuo. O internacionalismo que fundamenta a literatura talvez seja tão intrínseco à sua expansão e consolidação, que é possível deixar de notar as relações de poder que o compõem e que permitem a investigação do lugar da literatura tanto na política interna quanto externa de um Estado, por exemplo. Isso justificaria a baixa diversidade de bibliografia específica existente sobre os vínculos da Literatura com as Relações Internacionais. Através dessa seção, portanto, buscou-se complementar às noções anteriormente abordadas sobre os fundamentos nacionais da literatura, mostrando como se dão as suas relações entre Estados (*inter-nacionais*). Valendo-nos de variado aporte teórico das Ciências Humanas, acreditamos que assim é possível ter uma visão mais completa dos diversos eixos de operação - política, econômica e, evidentemente, literária - dos livros no espaço mundial.

4.2. A MUNDIALIZAÇÃO DA LÍNGUA PELO VIÉS DA TRADUÇÃO LITERÁRIA

A independência da literatura, em sua expressão mais autônoma, em relação a uma esfera de regulação externa está cada vez menos relativa e mais discutível. Evidentemente não se trata mais, com no passado, de dependência em relação à política ou à religião, mas ao campo da economia numa escala internacional. Ao mesmo tempo veículo privilegiado de trocas entre diferentes culturas e dispositivo que objetiva relações de dominação (literária, simbólica) entre países, a tradução literária, convém frisar, desempenha uma função essencial nos processos de reconhecimento e emergência das literaturas de países "periféricos" ou "semiperiféricos" e, portanto, nos processos de autonomização das literaturas nacionais. Nesse sentido, as questões que ela suscita são indissociáveis da problemática da língua no contexto da mundialização cultural - ao mesmo tempo constitutivo das identidades nacionais e vetor na luta pela defesa da coabitação cultural. É dentro desta perspectiva que se impõe, atualmente, garantir e promover esse espaço internacional de trocas literárias. (DANTAS, 2012, p. 82).

A sociologia política da linguagem estuda como as línguas podem ser medidas em termos de importância, geralmente relacionando seu prestígio à difusão no âmbito político, econômico e escolar. Para Pascale Casanova (2002) isso não basta para que se entenda como a língua opera no âmbito literário, daí a elaboração do conceito de *literariedade*. Esta seria o capital linguístico-literário de determinada língua, o que permitiria que determinados textos fossem prestigiados devido ao idioma em que foram escritos, considerados mais literários que outros. As línguas de literariedade mais forte são aquelas de maior circulação: podem ser medidas pelo número de políglotas literários (editores, intermediários cosmopolitas, escritores) que a praticam e pelo número de tradutores literários (tanto para a exportação quanto para a importação) responsáveis pela sua circulação (CASANOVA, 2002).

No espaço literário internacional, a tradução opera de duas formas: através da intradução (correlata à importação) e através da extradução (correlata à exportação). A

primeira corresponde ao recurso de agrupar textos universais e trazê-los para uma língua desprovida através da tradução. O papel dos intermediários (escritores políglotas, tradutores) nesse processo é de introduzir o centro na periferia, ou seja, apresentar modernidades - portanto, os intermediários literários servem para a unificação do espaço (CASANOVA, 2002). A segunda, por sua vez, permite a circulação internacional do texto nacional, ou seja, introduz a periferia no centro e aumenta o seu crédito. A consagração, vale salientar, não é imediata, pois decorre da tradução para uma língua dotada de grande literariedade. Quando um texto proveniente de uma região descentralizada consegue se impor como literário frente a instâncias legítimas, então ocorre o fenômeno que Casanova (2002) chama de *literarização*. A tradução, dessa forma, deve ser entendida como o esforço de unificação do espaço literário, com todas as consequências positivas e negativas que isso implica.

De acordo com Sapiro (2011), desde meados do século XIX, a tradução se configura como o principal modo de circulação de obras literárias entre diferentes países, e dessa forma ela se tornou um veículo para a democratização e a secularização da cultura. Além disso, a autora avalia que as traduções são responsáveis pela criação de identidades literárias, na medida em que estabelecem repertórios linguísticos e estilísticos, incorporando estéticas às línguas nacionais e codificando os escritores para diferentes meios. As traduções são tão fundamentais para a história da literatura quanto para a história dos Estados-nações, porque ajudaram a padronizar as línguas nacionais (SAPIRO, 2011).

As traduções são, portanto, capazes de produzir uma mudança na representação de um país sobre uma cultura estrangeira, não apenas no que tange à revisão dos cânones literários influentes, mas quando o país em questão é descentrado e compõe uma comunidade diferente, podendo então ele produzir traduções e manifestar-se sobre elas (VENUTI, 2002, p. 141). Dessa forma, o número de traduções ligadas a determinada literatura, e a variedade de tradutores e editores associados aos projetos de tradução, possibilitam mais diversidade na representação cultural de um país no exterior. Vale acrescentar que o enquadramento da identidade nas obras literárias traduzidas é também utilizado pelas políticas culturais dos Estados para passar determinada imagem nacional e obter prestígio no exterior. Segundo Sapiro (2011), essas políticas podem se ajustar às lógicas tanto do mercado editorial, quanto à necessidade de representação nacional refletida pelas suas estratégias políticas e econômicas, no âmbito da sua política externa. Os países procuram legitimar uma imagem externa em menor ou mais correspondência à da realidade interna, e dependendo do grau de separação entre as duas esferas, pode haver um conflito identitário - em outras palavras, uma operacionalização discursiva, aquilo que se quer ser *versus* o que se é.

Para Dantas (2017), a prática de tradução supõe um espaço de relações internacionais que transferem culturas, dentro da qual são estabelecidas trocas entre contextos de produção e de recepção. Dessa forma, as traduções circulam no contexto da cultura-alvo de acordo com as lógicas que operam no campo de produção cultural do país de origem e do país de destino. As instâncias de produção e circulação literária podem subordinar-se à esfera política e/ou então à lógica do mercado, a fim de penetrar a cultura do país de destino. No que tange à literatura, no entanto, a sua ligação com o campo cultural é fundamental para que entendamos o grau de relativa autonomia do espaço literário a outras instâncias de poder. Pascale Casanova (2002) prevê a constituição de uma estrutura literária internacional na qual o capital linguístico-literário de cada nação constituiria um dispositivo nacional através do qual a tradução operaria como um recurso assimétrico, envolvendo relações de força e, como salienta Dantas (2017), figurando-se como um processo não-neutro e não mais unidirecional, partindo de uma língua-fonte para a língua-alvo. Assim, a posição ocupada pelos escritores e o papel dos tradutores e demais agentes capazes de consagrar uma obra deve ser pensada na República Mundial das Letras pela sua relação de rivalidade, subordinação e força. A tradução se revela, assim, um meio de consagração e de acumulação de capital literário.

Considerando-se a centralidade da cultura na vida contemporânea e o temor de perda de identidade dos países frente à ameaça de homogeneização cultural pela globalização, o potencial das traduções para a construção de identidades literárias também é relevante e pode ser muito positivo, uma vez que as obras literárias circulam rodeadas por um imaginário que as precede e enquadra sua publicação em outras línguas. A própria noção de "literatura brasileira" imprime uma série de imagens à mente dos leitores, ainda que, como vimos através das abordagens pós-coloniais, tais imagens literárias geralmente estejam vinculadas a uma construção estereotipada e essencialista. No entanto, Sapiro (2011) acredita que, frente à lógica globalizante, é importante que as traduções consigam ter um papel de fortalecimento identitário, ao invés de simplesmente apagarem as diferenças culturais entre os países. Acreditamos que esse argumento apresenta um paradoxo, uma vez que a vinculação das culturas às línguas centrais é uma forma de coerção estética e de apagamento identitário, além de favorecerem determinadas nações em detrimento de outras; no entanto, é inerente à lógica das relações internacionais literárias a sua unificação pela circulação das obras nacionais, e isso só é possível pela tradução, de modo que entendemos o argumento defendido pela autora como pragmático. As traduções, embora sejam responsáveis por flagelos políticos e estéticos, também colaboram para uma forma de relocalização, marcando percepções e recepções na tradução de textos literários, e possibilitando que autores descentrados possam participar do

arranjo internacional do qual antes eram excluídos. A autora demonstra ter um entendimento crítico sobre o potencial fortalecedor de identidades por parte das traduções: seria preciso, antes de mais nada, supor uma desconstrução etnocêntrica por parte dos próprios tradutores, editores, livreiros, agentes literários, leitores, etc. Sapiro (2011) comenta que quando se fala em "literatura francesa", a remetência identitária é profunda e potente, no entanto é bastante comum que os autores relacionados sejam diversos em suas culturas e origens, às vezes nem sequer correspondendo à nacionalidade francesa, mas diluídos a essa categoria. Casanova (2002) menciona o erro da tradução tardia de "Macunaíma", de Mário de Andrade, em 1979, e o fato do autor ter sido colocado nas estantes das principais livrarias francesas como um escritor *barroco* do boom latino-americano. A má representação de escritores descentrados reflete, muitas vezes, uma recusa de interesse pelos mesmos (SAPIRO, 2011).

De acordo com Ortiz (2006), a cartografia linguística mundial passou a ser redesenhada a partir de 1980, uma vez que o mundo declinou-se preferencialmente ao inglês. Isso trouxe efeitos econômicos e institucionais importantes: para Abram de Swaan (2002), o inglês passou a ser a língua conectora entre os idiomas supercentrais, como o alemão e o francês, tornando-se ele próprio hipercentral. Sapiro (2011) aponta que 45% das traduções feitas no mundo em 1980 vinham do espaço anglo-saxão, enquanto as línguas russa, francesa e alemã representavam de 10% a 12% do mercado de traduções. O português configurava-se como língua semiperiférica, não chegando a 2% das traduções mundiais no período. A lógica de intensificação comercial e integração de mercados serviu para alavancar essa desigualdade: o número de traduções aumentou em 50% entre 1980 e 2000, no entanto o mesmo valeu para as traduções em língua inglesa, que passaram de 45 a 59%, enquanto a língua russa decaiu de 12,5 para 2,5%, e a porcentagem de traduções para o alemão e francês manteve-se constante (SAPIRO, 2011). A autora reflete que, à parte da língua espanhola, que reforçou a sua posição de 1,5 para 2,6%, as línguas semi-periféricas caíram para 1% ou menos, enquanto os países africanos continuavam excluídos desse processo de mundialização linguístico.

As desigualdades linguísticas são explicadas não apenas por fatores econômicos, como o tamanho do mercado, mas também por fatores políticos, como políticas de assistência à tradução, diplomacias culturais, estabelecimento de centros culturais em outros países, acordos multi e bilaterais, o oferecimento de bolsas para alunos estrangeiros, etc. Há, ainda, o fator simbólico - o *soft power* - associado a determinadas línguas inseridas mais estrategicamente do que outras no cenário internacional, como é o caso da língua inglesa e francesa, detentoras de grande literariedade. A ideia de *soft power* se relaciona à noção de geografia da tradução, ou seja, à concepção de que recursos linguísticos e literários são

distribuídos desigualmente no globo, em consonância ao quadro de poder entre os países. O ensino da língua nacional através das fronteiras demanda, acima de tudo, capital econômico e político, que poucos países possuem em abundância. Dessa forma, os países hegemônicos acabam ficando com as melhores oportunidades de elaborar programas de difusão de sua própria língua e, como visto anteriormente, também de sua ideologia e cultura. É o caso do modelo francês e alemão de diplomacia, que preveem a difusão do idioma nacional como elemento-chave para o alcance estratégico dos interesses do Estado, através da *Alliance Française* e do *Goethe Institut*, respectivamente.

Na publicação literária, os textos tendem a circular através das línguas centrais ou veiculares - chamadas por Casanova (2002) de línguas dotadas de literariedade. A tradução para idiomas periféricos geralmente passa por uma língua central, o que torna mais caro ou mais complexo o percurso editorial entre agentes descentrados para fazerem determinado texto nacional ser publicado internacionalmente. A agente literária Luciana Villas-Boas comentou, em entrevista ao canal Conexões Itaú Cultural, que ainda é desafiador fazer circular um texto em língua portuguesa no estrangeiro porque normalmente a editora é obrigada a arcar com os custos da tradução do texto para uma língua central, como o inglês ou o espanhol, haja vista que o português não é tão dotado de literariedade e os subsídios oferecidos para tradução são parcos:

Há um problema inicial [de tradução] que tem a ver com a língua, que tem a ver com a falta de leitores por parte deles. E nós não podemos dar... Um editor inglês me dá o que ele quiser, e ele sabe que eu vou ler. Eu vou ler também em francês. Eu vou ler em espanhol. Eu não tenho - *pouquíssimos*, eu diria - editores estrangeiros [...] que [podem] ler o original que você está dando a [eles] em português. Eu tenho que traduzir, verter para outra língua - bom, acabo passando para o inglês, porque é a língua franca e todo mundo lê [...] a amostra em inglês, não lê em português. Esse é um investimento nosso, nós temos que fazer. Eu como editora, a editora onde eu trabalho, faz esse investimento. Traduz trechos, faz uma ficha apresentando o autor e traduz trechos, mas não o livro todo. Então isso [...] é a coisa mais difícil. A outra é que, considerando que vários outros países oferecem subsídio de tradução - a Alemanha oferece, a França oferece, a Espanha oferece, *Portugal oferece* - nós não oferecemos, dizem[os] que oferecemos mas não é verdade, porque ninguém consegue receber o dinheiro - os editores estrangeiros. Então... é uma competição dura. Se eles querem fazer alguma tradução de fora, por que vão fazer de um país em que não tem *sequer* um apoio de tradução para diminuir o risco da aposta? (CONEXÕES ITAÚ CULTURAL, 2012 – grifos nossos).

Na fala de Villas-Boas, a hipercentralidade do inglês se evidencia na sua escolha em escrever pela tradução de escritores nacionais em inglês, uma vez que não há agentes literários íntimos da língua portuguesa. O capital linguístico de cada língua, conforme analisado por Pascale Casanova (2002), é reflexo de uma distribuição desigual de poder, somada à crença na antiguidade enquanto fator que concede legitimidade literária para

determinadas nações. Nesse caso, as línguas se tornam dotadas de capital linguístico e literário, ou seja, dotadas de literariedade. A formulação de Swaan ajuda a compreender como o efeito da globalização é estreito à problemática linguística, tendo instaurado uma hierarquia entre os idiomas e a diferenciação dos sujeitos por capital cultural, o que Ortiz (2006) entende como segregação intelectual. Tornou-se o inglês uma língua hipercentral, imprimiu-se a ele uma noção de poder, enquanto as línguas descentradas e periféricas são tidas como de pouco valor. De certa forma, o sistema se retroalimenta, pois não se está disposto a perder oportunidades economicamente vantajosas devido ao empecilho da língua, e assim traduz-se textos nacionais para as línguas de "maior valor corrente". Essa concepção de valor linguístico como um bem econômico é abordada por Sapiro (2011): para a autora, o número de traduções feitas em um idioma depende da posição da língua da "bolsa mundial de tradução". Ela avalia que os Estados Unidos e a Inglaterra participam muito pouco como importadores de traduções, traduzindo apenas 3% da literatura que consomem, uma vez que já se configuram como centros dotados de uma língua altamente cotada na bolsa mundial. A importação de traduções aumenta à medida que se move de uma área de língua central para uma de língua periférica.

As trocas da língua portuguesa com o ambiente internacional literário, por sua vez, indicam que há muitos desafios que se apresentam à internacionalização do português. Apesar dele configurar-se como a sexta língua mais falada no globo, Brisolara e Feres (2016) apontam para o fato das obras dos países periféricos ainda representarem entre 1% e 2% das traduções dos países centrais, enquanto 60% das traduções ficcionais globais provêm do inglês. Enquanto isso, a Inglaterra e os Estados Unidos permanecem intraduzindo apenas 3% das obras literárias que consomem, o que corrobora a heterogeneidade de funcionamento da lógica de tradução para países centrais e descentrados. A globalização, portanto, significou um aumento na demanda por traduções, mas ao mesmo tempo não implicou em uma heterogeneidade cultural devido às hierarquias linguísticas implícitas pelas relações de poder políticas e econômicas que operam dentro da lógica globalizante.

Um dos efeitos dessa equação desigual é que tanto a língua quanto a cultura dos países chamados de 'terceiro mundo' são rigorosamente afetadas pelas línguas e culturas dos países considerados de 'primeiro mundo'. Portanto, dentro da dinâmica de trocas interculturais, o Brasil apresenta-se como um país que mais importa do que exporta cultura, no que tange à literatura. (BRISOLARA, FERES, 2016, p. 145).

Para Sapiro (2011), a relação de Portugal com o Brasil é mais um bom exemplo de como a esfera político-governamental utiliza a instância linguística de maneira estratégica. A

autora explica que o mercado editorial brasileiro tem suas próprias políticas de tradução, orientadas conforme as estratégias de política externa na África lusófona e de estreitamento das relações com os Estados Unidos. A tentativa brasileira de reverter o poder colonial português sobre si manifestou-se durante o século XX nas relações mantidas entre o Brasil e a França - esta configurando-se como uma espécie de alternativa à dominação portuguesa. A estratégia de países semiperiféricos é jogar com o policentrismo e fazer países centrais competirem entre si, assim escapando da sua dominação (SAPIRO, 2011).

Já Carmen Pardo (2014) analisa a participação brasileira em feiras literárias, destacando aspectos simbólicos e materiais concernentes à participação de um país nesses eventos. Considerando-se a sua importância a repercussão, as feiras literárias servem como metáfora do campo editorial mundial, na medida em que revelam os espaços de luta que se formam quando os países tentam atingir posições de maior centralidade. Nesse cenário de trocas de poder simbólico, as funções e posições dos agentes e entidades envolvidos são demarcadas através do espaço que lhes é conferido, mais ou menos centrais conforme a importância dada à delegação de determinado país, ou a um grupo de agentes ou de casas editoriais, por exemplo.

Na própria distribuição física dos espaços atribuídos pelos organizadores das feiras, a localização por países e/ou por outro tipo de critérios (posição das editoras, setores de mercado editorial, agências literárias, etc) responde a regras e interesses encenando o caráter menos autônomo de determinados sistemas literários [...] É por isso que as feiras funcionam como termômetro não apenas para medir o estado dos campos editorial, literário e cultural de um país, mas também o do campo político e econômico. (PARDO, 2014, p. 136).

A autora considera as feiras literárias internacionais como espaços de diplomacia cultural e de demonstração de *soft power*, e analisa que a participação brasileira como país homenageado em feiras literárias de grande porte assinala uma postura de articulação nacional como país emergente e protagonista das relações internacionais, em diversas instâncias, incluindo a cultural. Assim, do ponto de vista doméstico, as práticas para o exterior estão sendo repensadas numa maior articulação com as políticas internas do livro e da leitura, e do ponto de vista externo, o mercado editorial brasileiro demonstra pujança e competitividade, tendo figurado-se, em 2012, como o nono maior mercado editorial (PARDO, 2014). Destarte, a visibilidade da literatura brasileira no exterior é pensada como uma manifestação do poder econômico e político do Estado brasileiro, ou seja, como a construção de uma imagem para o país, além de também significar oportunidades comerciais estratégicas para a sua indústria cultural.

Tabela 1 – As principais feiras literárias internacionais

	País sede	Total de visitantes:	Brasil já foi destaque?
Feira do Livro de Frankfurt	Alemanha	286.425	1994 e 2013
Feira Internacional do Livro de Guadalajara	México	814.833	2001
Salão do Livro em Paris	França	150.000	1998 e 2015
Bienal do Livro Rio	Brasil	676.000	-
Feira Internacional do Livro de Madri	Espanha	10.000	Não
Feira do Livro de Lisboa	Portugal	480.000	Não
Feira do Livro Infantojuvenil de Bolonha	Itália	25.000	1994 e 2014
Feira do Livro de Buenos Aires	Argentina	1.200.000	2014
Feira Internacional do Livro de Bogotá	Colômbia	500.000	2012
Feira Internacional do Livro de Nova Delhi	Índia	886.000	Não
Feira Internacional do Livro de Beijing	China	300.000	Não
Feira Internacional do Livro do Cairo	Egito	1.000.000*	Não

Fonte: IPA (2016)*, IPA e FMB (2017); elaborado pela autora.

É possível verificar na tabela que o Brasil goza de uma tradição de destaque em feiras literárias estratégicas e de grande porte, tanto em países centrais europeus quanto em países latino-americanos. Vale acrescentar que os países convidados de honra em feiras internacionais são representados e projetados em termos literários e culturais, cabendo a eles escolherem artistas nacionais para favorecer a manifestação da sua identidade cultural. Assim, essa é uma oportunidade estratégica para difusão da cultura nacional do ponto de vista social, político e econômico. Segundo Faveri (2015), a participação do Brasil em feiras literárias, principalmente quando é homenageado como convidado de honra ou país-tema, favorece substancialmente o número de traduções de suas obras. Em seu estudo sobre a participação brasileira na Feira de Frankfurt, em 2013, Muniz e Szpilbarg (2016) constataram tanto a questão da oportunidade econômica propiciada pelo evento literário quanto os aspectos simbólicos de projeção política na esfera internacional:

Trata-se, evidentemente, de um fato econômico, dado que a Feira de Frankfurt gira em torno da compra e venda de direitos. Nesse sentido, a ocupação desse espaço privilegiado significa para um país e para os seus autores a possibilidade de ampliar sua participação nos fluxos de tradução. Entretanto, tais negócios não estão isentos de teor simbólico, já que esses intercâmbios e as possibilidades de tradução que eles trazem são capitais importantes para os agentes do setor. A presença internacional permite a eles disputar reconhecimento de crítica e de público em outros países, êxitos que depois podem ser reconvertidos em maior prestígio em seus campos de origem. (MUNIZ, SZPILBARG, 2016, p. 677)

Em 2013, o tema da Feira de Frankfurt foi "Brasil: uma terra cheia de vozes". Muniz e Szpilbarg (2016) contam que o pavilhão brasileiro da feira contava com painéis que traziam fotos de grandes escritores nacionais; além disso, "os visitantes podiam pedalar bicicletas fixas, gerando imagens sobre a história do país" (MUNIZ, SZPILBARG, 2016, p. 680). Também houve reproduções de músicas de Chico Buarque e Caetano Veloso, e dos edifícios de Oscar Niemeyer em papel prensado. "Buscou-se, sobretudo, erigir representações que fugissem dos estereótipos de samba, carnaval, futebol e verde-amarelo, ainda que referências esparsas estivessem presentes" (MUNIZ, SZPILBARG, 2016, p. 680).

Assim, os desafios da mundialização da cultura, conforme avaliados por Sapiro (2011) e Casanova (2002), envolvem a evidência de espaços de poder e de modos de consagração mais ou menos simbólicos, além de novas maneiras de coerção aos Estados nacionais. A internacionalização da literatura e espaços como as feiras literárias oferecem a oportunidade para que países descentrados possam projetar uma imagem estratégica, principalmente através da condição como países convidados de honra e, conforme aponta Pardo (2014), acumular capitais - literário, simbólico, cultural, linguístico - para melhorar sua posição e consagrar-se no cenário internacional.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante a fundação nacional brasileira, verificou-se que o livro é capaz de operar mitos e constituir patrimônio literário, além de influir sobre a construção de identidades nacionais. Devido essa influência, o papel da literatura na constituição política de um país também pode ser analisado pelo seu impacto na elaboração de projetos de desenvolvimento, e na maneira como ela é instrumentalizada para a consecução desses objetivos. A Semana de Arte Moderna, em 1922, e o movimento Tropicalista foram dois marcos históricos importantes, na qual a literatura refletiu-se fortemente no engajamento crítico de segmentos sociais para uma nova forma de projeção internacional brasileira. Devido sua capacidade de refabricar identidades, verificou-se que a literatura permite "segundas chances" aos países em suas trajetórias pela modernidade: frente às constrições externas do sistema internacional, uma nação pode rever seus próprios símbolos, valores e objetivos para uma inserção mais estratégica no exterior.

A influência literária na política externa, dessa forma, foi estudada a partir do modelo paradigmático proposto por Amado Cervo (2003; 2008; 2010). Resumidamente, constatou-se que durante o paradigma liberal-conservador, cuja vigência abrangeu o período de 1808 a 1930, a literatura configurou-se como o principal veículo da diplomacia cultural brasileira, escolha que foi feita pelas elites políticas e intelectuais devido à importância de se projetar internacionalmente uma imagem civilizada e letrada da nação recentemente emancipada. Ainda, evidenciou-se nessa fase a participação da literatura na fundação nacional, através da relação história entre língua, literatura e política externa, que perpassa a fabricação de identidades, heróis e mitos. Tendo sido fundamental para a emancipação espiritual brasileira em relação a Portugal, a literatura fortaleceu a nossa sensação de independência política, e após a elaboração de um patrimônio literário nacional, criou e operacionalizou mitos fundadores para promover a coesão nacional.

No segundo paradigma, de cunho desenvolvimentista, a situação do livro entre 1930 e 1990 esteve vinculada ao reaproveitamento do seu potencial político para a legitimidade de regimes autoritários e suas ideologias. Durante o Estado Novo e os governos militares, reaproveitou-se as construções discursivas da literatura de até então para reforçar ideais do regime e dos novos projetos de desenvolvimento. Além disso, a consolidação das indústrias culturais permitiu o despontamento de novas estratégias de projeção internacional, principalmente através da adoção de elementos populares à diplomacia cultural. Nesse sentido, a música popular brasileira e o cinema passaram a compor as estratégias de projeção

brasileira, lado a lado com políticas culturais mais tradicionais, as quais operam a partir da literatura.

De 1990 a 2002, durante o período neoliberal da política externa brasileira, o livro começou a ser preparado para a inserção no mercado editorial internacional, e para a difusão do idioma brasileiro no exterior. A busca por desenvolvimento econômico, tônica do projeto nacional, acabou por subordinar a literatura aos ditames do livre mercado, o que significou uma diplomacia cultural limitada por restrições orçamentárias e entendida monologicamente, ou seja, estritamente pelo viés econômico. Já no paradigma logístico, de 2002 a 2010, a cultura passou a ser entendida como um eixo de desenvolvimento por si só, cabendo ao Estado a necessidade de conciliar os interesses sociais à agenda de desenvolvimento. Durante o período, a literatura voltou a configurar-se como principal eixo da diplomacia cultural, e a internacionalização do livro serviu para a criação de espaços de legitimidade no exterior, principalmente no que tange à difusão do idioma brasileiro, à participação em feiras literárias prestigiadas, e políticas culturais ligadas à editoração.

Nas relações literárias macroscópicas, foi possível verificar que o espaço literário internacional é marcado por relações de dominação e subordinação, ou seja, possui centros de poder: essas hierarquias são possibilitadas pela antiguidade literária (em que tempo é estética e geografia) e pela crença nessa legitimidade. Na República Mundial das Letras, os discursos acreditados e legitimados ao longo dos anos levam a consequências materiais de atraso, estigma, exclusão, assimilação e, em última instância, revolta e revolução por parte dos descentrados. Também pode-se constatar, através do aporte teórico de Pascale Casanova, que a história mundial da literatura, devido ao seu caráter dialógico e *inter-nacional*, reflete em grande parte a história das relações internacionais. A relativa dependência do espaço literário à esfera política é o ponto de intersecção que permite a aproximação das relações internacionais literárias ao campo das Relações Internacionais propriamente dito.

Por sua vez, as traduções ajudam a analisar o prestígio de uma língua no âmbito literário, revelando também o seu poder político e econômico. Elas podem ser entendidas como um esforço de unificação do espaço literário e também como um mecanismo de consagração para um escritor. Ainda, a tradução é capaz de influir sobre a representação de um país no exterior, ressaltando-se a importância do enquadramento, ou seja, quais aspectos ressaltar e quais ocultar sobre a identidade nacional. Por fim, a globalização significou um aumento de demanda por traduções mas não implicou em heterogeneidade cultural devido às hierarquias linguísticas existentes, o que constitui uma contradição moderna que carece de resolução, na medida em que países com grande capital linguístico como os Estados Unidos e

a Inglaterra configuram-se ainda hoje como espaços literários pouco abertos a intraduzções, revelando que quanto mais próximo do centro de poder, menor é importação de traduções de um país. Dessa forma, a assimilação da literatura estrangeira é tanto maior quanto mais descentrado o espaço literário nacional em questão.

As análises empreendidas no presente estudo não esgotam, obviamente, as possibilidades de conexões entre literatura e relações internacionais, o que encoraja que outros pesquisadores sigam explorando o tema e enriqueçam o debate. Como agenda posterior de pesquisa, pode-se sugerir o estudo das mudanças políticas do espaço literário global, marcadas pela atuação de atores descentrados, principalmente do continente africano e asiático, ou ainda a situação do livro nos governos Dilma Rousseff e Michel Temer. Outra sugestão de pesquisa futura seria a análise de teóricas feministas sobre o papel da literatura enquanto propulsora de narrativas contra-hegemônicas, ou o estudo do mercado editorial em si, bem como dos diferentes modelos de internacionalização literária e seus impactos na cultura nacional. Pela certeza de que o tema não se esgota nas análises empreendidas nesta pesquisa, a conclusão é de que, ao ter-se apontado alguns lugares ocupados pelo livro nas relações internacionais, conexões já existentes ficaram mais claras aos olhos do leitor desacostumado a pensar neste tema. Como aquilo que não possui nome é mais provável de ser entendido como inexistente, este trabalho objetivou nomear um vínculo que existe desde a constituição da unidade política nacional, e que pode ser erroneamente subestimado pela falta de debate acadêmico.

REFERÊNCIAS

- ACHEBE, C. ‘‘What Has Literature Got to Do with It’’. In: **Hopes and Impediments**. Penguin Publishing Group, 1990.
- _____. **The African writer and the English Language**. In: OKPEWHO, I. (Ed.). *Chinua Achebe’s Things Fall Apart: A Casebook*. New York: Oxford University Press, 1975.
- ADLER, E. **O construtivismo no estudo das relações internacionais**. Lua Nova, São Paulo, n. 47, p. 201-246, Aug. 1999.
- AGUIAR, L. **A inserção internacional do BRICS na nova ordem do século XXI**. Monografia (Especialização em Relações Internacionais) - Universidade de Brasília, Brasília, 2014.
- ALAMBERT, F. **A realidade tropical**. Rev. Inst. Estud. Bras., São Paulo, n. 54, p. 139-150, 2012.
- ALONSO, A. **Crítica e contestação: o movimento reformista da geração 1870**. *Rev. bras. Ci. Soc.* Vol.15, n.44, pp.35-55, 2000.
- ALONSO, A. **Epílogo do Romantismo**. Dados - Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro. Vol. 39, n.1, 1996.
- ALVES, M. **Poder, saber e subjetividade: Michel Foucault e a crítica nas Relações Internacionais**. International Relations Week. São Paulo: Universidade Sagrado Coração, 2015.
- AMARAL, A. **O modernismo brasileiro e o contexto cultural dos anos 20**. Revista USP, São Paulo, n. 94, p. 9-18, 2012.
- AMORIM, C. **Brazilian Foreign Policy under Lula**. Revista Brasileira de Política Internacional, Brasília, edição especial, p. 214-240, 2010.
- ANDERSON, B. **Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo**. São Paulo, Companhia das Letras, 2008.
- ANDRADE, M. **A lição do amigo: cartas de Mário de Andrade a Carlos Drummond de Andrade**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1982.
- _____. **Macunaíma: o herói sem nenhum caráter**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1987.
- _____. **O Movimento Modernista**. In: Aspectos da literatura brasileira. 5ª ed. São Paulo: Martins, 1974.
- ANDRADE, O. ‘‘A sátira na literatura brasileira’’, ‘‘Novas dimensões da poesia’’, ‘‘Objeto e fim da presente obra’’. In: **Estética e política**. São Paulo, Globo, 1992.

_____. “Manifesto antropófago”, “Manifesto da poesia pau-brasil”. In: **A utopia antropofágica**. São Paulo, Globo, 1995.

_____. “Sol da Meia-Noite”. In: **Ponta de lança**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1971.

_____. **A utopia antropofágica - Obras Completas de Oswald de Andrade**. 2. ed. São Paulo: Globo, 1995.

_____. **Poesia Pau Brasil**. Paris: Au Sans Pareil, 1925.

ARRIGHI, G. **O Longo Século XX: dinheiro, poder, e as origens de nosso tempo**. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Editora UNESP, 1996.

BALAKRISHNAN, G. (Org.). **Um mapa da questão nacional**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

BARACUHY, B. **A crise da Liga das Nações de 1926: realismo neoclássico, multilateralismo e a natureza da política externa brasileira**. Contexto internacional. Rio de Janeiro, v. 28, n. 2, p. 355-397, 2006.

BARÃO, G. **A diplomacia cultural na política externa do governo Lula: um novo projeto de desenvolvimento nacional (2003-2010)**. Trabalho de Conclusão de Curso – Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), 2012.

BARBOSA, H. G. Appendix. In: _____. **The virtual image: Brazilian literature in English translation**. 1994. Tese (Doutorado) – Centre for British Comparative Cultural Studies, University of Warwick, Coventry, 1994.

BARRETO, V. **Um breve panorama da política externa brasileira nos últimos vinte anos: princípios, alterações e continuidades**. Brasília: Revista de Informação Legislativa, n. 187, 2010.

BARROS, C. **A ideologia do movimento tenentista**. Trabalho de Conclusão de Curso. Departamento de História - Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes. Universidade Federal do Paraná, 2005.

BATALHA, M. C. **O que é uma literatura menor?**. Revista do Programa de Pós-Graduação em Literatura da Universidade Federal de Brasília, Cerrados n° 35 - 2013.

BHABHA, H. **Nation and Narration**. London: Routledge, 1990.

_____. **O local da cultura**. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

_____. **The Location of Culture**. Routledge. London, New York, 1994.

BOAVENTURA, M. **22 por 22: a Semana de Arte Moderna vista pelos seus contemporâneos**. São Paulo: EDUSP, 2000.

BOEHMER, E. **Colonial & Postcolonial Literature**. Migrant Metaphors, Oxford University Press, 1995.

BOURDIEU, P. **A distinção: crítica social do julgamento**. São Paulo: Edusp; Porto Alegre, RS: Zouk, 2007.

_____. **Capital simbólico e classes sociais**. São Paulo: Novos estudos - CEBRAP, n. 96, p. 105-115, 2013.

_____. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

BRANT, L. **O Poder da Cultura**. São Paulo: Petrópolis, 2009.

BRAUDEL, F. **A dinâmica do capitalismo**. Trad. Álvaro Cabral. – Rio de Janeiro: Rocco, 1987.

_____. **Civilização material e capitalismo: séculos XV – XVIII**. Trad. Maria Antonieta Magalhães Godinho. Lisboa: Edições Cosmos, 1970.

BRISOLARA, V.; FERES, L. **A literatura brasileira em tradução: o caso do Programa de Apoio à Tradução e à Publicação de Autores Brasileiros no Exterior**. Revista Digital do Programa de Pós-Graduação em Letras da PUCRS. Porto Alegre, v. 9, 2016.

BRITO, M. **História do modernismo brasileiro: antecedentes da semana de arte moderna**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

BUENO, C.; CERVO, A. **História da Política Exterior do Brasil**. Brasília: Editora UnB, 2002.

CALIL, Carlos Augusto (org.). In: **Retrato do Brasil: ensaio sobre a tristeza brasileira**. 9ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

CAMPOS, H. “**Da razão antropofágica: a Europa sob o signo da devoração**”. In: Revista Colóquio/Letras. Ensaio, n.º 62, 1981, p. 10-25.

CANDIDO, A. **Formação da literatura brasileira: momentos decisivos**. 2.ª ed. rev. e ampl. São Paulo: Martins, 1959.

_____. **Literatura, espelho da América?**. Remate de males, Campinas, p.105-113, 1999. Número especial.

_____. **O romantismo no Brasil**. São Paulo: Humanitas, 2002.

_____. Uma visão latino-americana. In: CHIAPPINI, L; AGUIAR, F. (Org.). **Literatura e história na América Latina**. Seminário Internacional, 9 a 13 de setembro de 1991. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2001, p. 263-70.

CAPELATO, M. **Propaganda Política e Construção da Identidade Nacional Coletiva**. Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 16, n.31/32, p. 328-352, 1996.

CARDOSO, R. **Modernismo e contexto político: a recepção da arte moderna no Correio da Manhã (1924-1937)**. *Rev. Hist. (São Paulo)*, São Paulo, n. 172, p. 335-365, 2015.

CARVALHO, J. **Cidadania no Brasil: O Longo Caminho**. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

CASANOVA, P. **A República Mundial das Letras**. Trad. Marina Appenzeller. São Paulo: Estação Liberdade, 2002.

CASARIN, R. **Por que o Brasil nunca ganhou o Nobel de Literatura? Mas ele merecia um?**. Revista eletrônica UOL, Blog Página Cinco, 2017. Disponível em: <https://paginacinco.blogosfera.uol.com.br/2017/10/05/por-que-o-brasil-nunca-ganhou-o-nobel-de-literatura-mas-ele-merecia-um/>. Acesso em 2 de outubro de 2018.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTRO, F. **Pensando um continente: a Revista Americana e a criação de um projeto cultural para a América do Sul**. Tese de Doutorado em História – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), 2007.

_____. **Um projeto de Diplomacia Cultural para a República: a Revista Americana e a construção de uma nova visão continental**. *Rev. Bras. Hist.*, São Paulo, v. 32, n. 63, p. 301-324, 2012.

CASTRO, T. **Teoria das Relações Internacionais**. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2012a.

CBL. **Relatório de produção e vendas do setor editorial brasileiro**. Câmara Brasileira do Livro - CBL, 2017. Disponível em: <https://www.snel.org.br/dados-do-setor/producao-e-vendas-do-setor-editorial-brasileiro/>. Acesso em 2 de setembro de 2018.

CERVO, A. Brazil's rise on the international scene: Brazil and the World. In: ROLLAND, D.; LESSA, A. (Org.). **Brazil International Relations: Paths to Power**. 1ed. Paris: L'Harmattan, v. 1, p. 37-60, 2010.

_____. **Inserção Internacional: formação dos conceitos brasileiros**. São Paulo: Saraiva, 2008.

_____. **Política exterior e relações internacionais do Brasil: enfoque paradigmático**. *Revista Brasileira de Política Internacional*, Brasília, v. 46, n. 2, p. 5-25, 2003.

CHAUI, M. **Brasil: mito fundador e sociedade autoritária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

CHOUHURY, M. **Challenging Universalism: Chinua Achebe's Re-worlding Africa**. *Studies in Literature and Language*, 2014.

CONEXÕES ITAÚ CULTURAL. **Entrevista com Luciana Villas-Boas (10 min)**. 2012. Disponível em: <http://www.itaucultural.org.br/seminario-internacional-rumos-literatura-conexoes-luciana-villas-boas-3>. Acesso em 20 de agosto de 2018.

CONTIER, A. **O nacional na música erudita brasileira: Mário de Andrade e a questão da identidade cultural.** Revista de história e estudos culturais, v. 1, n. 1, Universidade de São Paulo, 2004.

CONVÊNIO. **Convênio entre o Instituto Camões do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal e o Departamento Cultural do Ministério das Relações Exteriores do Brasil.** 2001. Disponível em: http://consuladoporlugal.org.br/servicos/convenio_departamento.htm. Acesso em: 4 de setembro de 2018.

CORRÊA, L. A Política externa de José Sarney. In: ALBUQUERQUE, J. (Org.). **Sessenta anos de política externa brasileira (1930-1990): crescimento, modernização e política externa.** São Paulo: Cultura/Nupri/USP, 1996.

COSTA, S. **Desprovincializando a sociologia: a contribuição pós-colonial.** São Paulo: Revista brasileira de ciências sociais, v. 21, n. 60, p. 117-134, 2006.

COUTINHO, E. **Literatura comparada na América Latina.** Rio de Janeiro: Eduerj, 2003.

COUTINHO, M. **Pierre Bourdieu e a gênese do campo literário.** Fortaleza: Rev. de Letras - n. 25 - Vol. 1/2, 2003

COX, R. Social forces, states and world orders. Beyond international relations theory. In: LINKLATER, A. (Ed.). **International Relations: critical concepts in political science.** v. IV. London: Routledge, 2000.

CPLP. **Ata da II Reunião de Ministros da Cultura da CPLP.** Rio de Janeiro, 10 e 11 de Dezembro de 2001.

DANESE, S. **Diplomacia presidencial.** Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.

DANTAS, M. **O que podem as traduções pela literatura brasileira?** Brasília: Rev. Belas infíéis, v. 6, n. 2, p. 11-20, 2017.

_____. **Tradução literária e diversidade cultural.** Colóquio Internacional II Cidadania Cultural: Diversidade, Linguagens & Identidades, 2012.

DE SWANN, A. **Words of the world: the global language system.** John Wiley & Sons, 2013.

DEBRUN, M. **A identidade nacional brasileira.** Estud. av., São Paulo, v. 4, n. 8, p. 39-49, 1990.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Kafka: por uma literatura menor.** Rio de Janeiro: Imago, 1997.

DELEUZE, G. **Philosophie et minorité.** In: Critique, n. 369, 1978.

DUARTE, P. "Macunaíma" e a questão da identidade por Mário de Andrade. In: Marcelo Carvalho; Bruno Guimarães. (Org.). **Estética e arte**. 1ed. São Paulo: ANPOF, 2015, v. 1, p. 213-223.

DUMONT, J. **L'Institut International de Coopération Intellectuelle et le Brésil (1924-1946): le pari de la diplomatie culturelle**. Paris: Ed. de l'HEAL, 2008.

ESTEVES, L. **A presença da literatura brasileira no exterior e a importância do agenciamento: uma análise guiada por conceitos da sociologia de Pierre Bourdieu**. Rev. O eixo e a roda. Belo Horizonte, v. 25, n. 1, p. 9-36, 2016.

FAUSTO, B. **A revolução de 1930: história e historiografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 16ª Ed., 1997.

FAVARETTO, C. "Tropicália: política e cultura". In: Naves, S. et al. **Do samba canção à tropicália**. Relume-Dumará / FAPERJ, 2003.

_____. **Tropicália: alegoria, alegria**. São Paulo: Ateliê Editorial, 1996.

FAVERI, C. **O Brasil traduzido: palavra estrangeira**. São Paulo: Rafael Copetti, 2015.

FERNANDES, A. **A anarquia internacional: Crítica de um mito realista**. Relações Internacionais, Lisboa, n. 36, p. 87-109, 2012

FIGUEIREDO, V. **Canibalismos recíprocos: Literatura, cinema e cultura de massa**. Semear, no 9: revista da Cátedra Padre Antonio Vieira de estudos portugueses. Rio de Janeiro, 2004.

_____. **Dez anos desinventando a nação**. in: GOMES, R.C., MARGATO, I. Literatura/Política/Cultura. Belo Horizonte: UFMG, 2005.

FMB. **Facts & Figures: Frankfurter Buchmesse 2017 in numbers**. Relatório: Frankfurter Buchmesse, 2017.

FORASTIERI, A. **Por que o Brasil não ganha o Nobel de Literatura**. Revista eletrônica R7, 2017. Disponível em: <http://noticias.r7.com/blogs/andre-forastieri/2017/10/05/por-que-o-brasil-nao-ganha-o-nobel-de-literatura/>. Acesso em 2 de outubro de 2018.

FORNOS, J. **Contribuições da Crítica Pós-Colonial aos Estudos de Literatura Comparada**. Rev. Língua e Literatura: Frederico Westphalen, v. 13, n. 20, p. 13-35, 2011.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. 3 ed. São Paulo: Loyola, 1996.

_____. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FROTA, S. **A palavra como Alicerce da Nação - A afirmação e valorização da língua na construção discursiva da identidade eslovena**. Tese (Mestrado em Cultura e Comunicação) - Faculdade de Letras de Lisboa, Universidade de Lisboa, 2012.

GARCIA, A. **Emergindo de onde e para onde? Países "emergentes" e a possibilidade de configuração de uma nova ordem mundial**. 3º Encontro Nacional ABRI: São Paulo, 2011.

GARCIA, E. **O Brasil e a Liga das Nações: Vencer ou Não Perder, 1919-1926.** Porto Alegre, Brasília: Editora da Universidade (UFRGS), Fundação Alexandre de Gusmão, 2000.

GARCIA, M. **A questão da cultura popular: as políticas culturais do Centro Popular de Cultura (CPC) da União Nacional dos Estudantes (UNE).** São Paulo: Revista Brasileira de História, v. 24, n. 47, p. 127-162, 2004.

GELLNER, E. **Nações e nacionalismo.** Lisboa: Gradiva, 1993.

GIL, G. **Discurso do ministro Gilberto Gil durante palestra no Instituto Rio Branco.** Brasília, 2010. Disponível em: http://www.cultura.gov.br/discursos/-/asset_publisher/DmSRak0YtQfY/content/discurso-do-ministro-gilberto-gil-durante-palestra-no-instituto-rio-branco-146076/10883. Acesso em: 10 de setembro de 2018.

_____. **Pronunciamento do ministro Gilberto Gil na abertura da 1ª Conferência Nacional de Cultura.** Brasília, 2005. Disponível em: http://www.cultura.gov.br/discursos/-/asset_publisher/DmSRak0YtQfY/content/pronunciamento-do-ministro-gilberto-gil-na-abertura-da-1%C2%AA-conferencia-nacional-de-cultura-55427/10883. Acesso em: 10 de setembro de 2018.

GILBOA, E. **Diplomacy in the media age: three models of uses and effects.** Diplomacy & Statecraft, v. 12, n. 2, p. 1-28, 2001.

GOMES, R. Cosmopolitismos, nacionalismos, lugares e não lugares na cultura contemporânea. In: MASINA, L., BITTENCOURT, G., SCHMIDT, G. **Geografias literárias e culturais: espaços/temporalidades.** Porto Alegre: UFRGS Ed. Abralic, 2005.

GONÇALVES, M. **1922: a semana que não terminou.** São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

_____. **Semana de Arte Moderna: o que comemorar?.** Remate de Males, Campinas, SP, v. 33, n. 1-2, p. 23-29, 2015.

GONZAGA, S. **Curso de Literatura Brasileira.** Porto Alegre: Leitura XXI, 4. Ed., 2010.

GRAMSCI, A. **Os intelectuais e a organização da cultura.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 9. ed., 1995.

GROVOGUI, S. Criticism and Form: speech acts, normativity and the postcolonial gaze. In: DEBRIX, F. (ed.). **Language, agency and politics in a constructed world.** Nova York: M.E. Sharpe Inc., 2003.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade.** Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

_____. **Da diáspora: identidades e mediações culturais.** Belo Horizonte: UFMG, 2003.

HOBBSAWN, E. **A era dos extremos: o breve século XX**. 1941-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOLANDA, S. **Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

HOLLANDA, H. **Impressões de viagem: cpc, vanguarda e desbunde: 1960/70**. São Paulo: Brasiliense, 1980.

IPA. **Global Book Fair Report 2016**.

_____. **Global Book Fair Report 2017**.

JARDIM, E. **A brasilidade modernista: sua dimensão filosófica**. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

KEOHANE, R. O.; NYE, J. S. **Power and Interdependence: World Politics in Transition**. Boston: Little, Brown, 1977.

KONDER, L. “**A rebeldia, os intelectuais e a juventude**”. In: Revista Civilização Brasileira, n. 15. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, set. 1967.

LACOSTE, Y. Por uma abordagem geopolítica da difusão do inglês. In: LACOSTE, Y.; RAJAGOPALAN, K. (Org.). **A Geopolítica do Inglês**. São Paulo: Parábola, 2005.

LAFER, C. **A identidade internacional do Brasil e a Política Externa Brasileira: passado, presente e futuro**. São Paulo: Perspectiva, 2009.

LATOUR, B. **Jamais fomos modernos**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.

LEITE, P. **O Brasil e a Cooperação Sul-Sul em três momentos de política externa: os governos Jânio Quadros/João Goulart, Ernesto Geisel e Luiz Inácio Lula da Silva**. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão (FUNAG), 2011.

LEONES, A. **O triunfo da imaginação: uma leitura de 'Nobel', de Jacques Fux**. Revista CULT, 2018. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/o-triunfo-da-imaginacao-uma-leitura-de-nobel-de-jacques-fux/>. Acesso em: 2 de outubro de 2018.

LESSA, R. **Discurso de abertura da 30ª Feira do Livro de Gotemburgo (Suécia)**. 25 de setembro de 2014. Disponível em: <http://renatolessa-nonada.blogspot.com/2014/>. Acesso em: 13 de agosto de 2018.

LINDOSO, F. **O Brasil em Frankfurt em 1994 – daqui para 2013**. Publishnews, 2011. Disponível em: <https://www.publishnews.com.br/materias/2011/10/11/65539-o-brasil-em-frankfurt-em-1994-daqui-para-2013>. Acesso em: 5 de setembro de 2018.

LULA DA SILVA, L. A centralidade da cultura no desenvolvimento. In: BARROSO, A.; SOUZA, R. (org.). **Desenvolvimento: ideias para um projeto nacional**. São Paulo: Fundação Mauricio Grabois, 2010.

MACIEL, F. **Desafiando a brasilidade**. Artigo para o site "Gramsci e o Brasil", 2007. Disponível em: <https://www.acesa.com/gramsci/?id=827&page=visualizar>. Acesso em: 15 de outubro de 2018.

MAGNOLI, D. **O corpo da pátria**. São Paulo: Moderna; Ed. Unesp, 1997.

MANZO, K. **Critical Humanism: Postcolonialism and Postmodern Ethics**. Alternatives, 22, 3, 1997.

MARCHI, E. **A utopia das desigualdades harmônicas**. Revista de Ciências Humanas, n3, Curitiba: Editora da UFPR, 1994.

MARTIN, J. R.; WODAK, R. **Re/reading the past**. Amsterdam: John Benjamins Publishing Company, 2003.

MARTINI, R. **Os intelectuais do ISEB, cultura e educação nos anos cinquenta e sessenta**. São Paulo: Revista Aurora, n. 5, v. 3, 2009.

MARTINS, C. **As metamorfoses em Macunaíma: (re)formulação da identidade nacional**. Revista Eletrônica de Crítica e Teoria de Literaturas. PPG Letras/UFRGS - Porto Alegre - Vol. 02 N. 01, 2006.

MARTINS, W. **A literatura brasileira: o modernismo (1916-1945)**. 2ª ed. São Paulo: Cultrix, 1965.

MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista**. 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

MAUSS, M. **A Nação**. São Paulo: Três Estrelas, 2017.

MEIRA, M. **Uma política republicana**. Teoria e Debate, São Paulo, n. 58, 2004.

MICELI, S. **Nacional e estrangeiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

MORENO, J. Revisitando o conceito de identidade nacional. In: RODRIGUES, C.; LUCA, T.; GUIMARÃES, V. (org.) **Identidades brasileiras: composições e recomposições**. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014.

MORIN, E. A comunicação pelo meio (teoria complexa da comunicação). In: MARTINS, Francisco; SILVA, Juremir da. **A genealogia do virtual: comunicação, cultura e tecnologia do imaginário**. Porto Alegre: Sulina, 2004.

MOURA, G. **Autonomia na Dependência: a política externa brasileira de 1935 a 1942**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

MUNIZ, J.; SZPILBARG, D. **Edição e tradução, entre a cultura e a política: Argentina e Brasil na Feira do Livro de Frankfurt**. Rev. Sociedade e Estado, vol. 31, n. 3, 2016.

NABUCO, J. **Minha Formação**. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.

NAPOLITANO, M. **O olhar tropicalista sobre a cidade de São Paulo**. Belo Horizonte: Varia História, v. 21, n. 34, p. 504-520, 2005.

NAPOLITANO, M.; VILLACA, M. **Tropicalismo: As Relíquias do Brasil em Debate**. Rev. bras. Hist., São Paulo, v. 18, n. 35, p. 53-75, 1998.

NEVES, L. **Contra a frota transoceânica do nosso espírito: Rui Ribeiro Couto e a cooperação intelectual em sua atuação política e editorial**. VI Simpósio de História Cultural – Escritas da História: Ver – Sentir – Narrar. Universidade Federal do Piauí (UFPI), 2012.

NGUGI, T. The Language of African Literature. In: ASHCROFT, B; GRIFFITHS, G; TIFFIN, H. (orgs). **The Post-Colonial Studies Reader**. London: Routledge, 1995.

NOVAIS, B. **Caminhos trilhados, horizontes possíveis: um olhar sobre a diplomacia cultural do Estado brasileiro no período de 2003 a 2010**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade. Universidade Federal da Bahia, 2013.

NYE, J. **O paradoxo do poder americano**. São Paulo: UNESP, 2002.

_____. **Soft Power: The Means to Success in World Politics**. New York: Public Affairs, 2004.

OKAMOTO, M. **A cultura brasileira no imaginário francês – da independência aos primeiros tempos da república**. Sergipe, Rev. Travessias, n.1, 2007.

OLIVEIRA, A (org.), **Tropicália ou Panis et circensis**. São Paulo: Iyá Omin, 2010.

ORI, J. **Translingual parotopia and the universe of Katalin Molnár**. UC Berkeley L2 Journal, Volume 7, pg. 84-101, 2015.

ORTIZ, R. **Cultura brasileira e identidade nacional**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

_____. **Imagens do Brasil**. Brasília: Revista Sociedade e Estado, v. 28, n. 3, 2013.

PADILHA, L. **Da construção identitária a uma trama de diferenças**. In Revista Crítica de Ciências Sociais, nº 73, dez. 2005, Rio de Janeiro, pp. 3-28.

PAPPON, T. **Brasil é destaque na feira de livros de Guadalajara**. BBC Cultura, 2001. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/cultura/011122_guadalajara.shtml. Acesso em: 5 de setembro de 2018.

PARDO, C. **As feiras internacionais do livro como espaço de diplomacia cultural**. Brasil/Brazil - Revista de Literatura Brasileira, n. 50, ed. 27, 2014.

PAZ, O. **O Labirinto da Solidão e Post-scriptum**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
PECEQUILO, C. **A política externa do Brasil no século XXI: os eixos combinados de cooperação horizontal e vertical**. Revista Brasileira de Política Internacional, .vol.51, n.2, p. 136-156, 2008.

PINHEIRO, L. **Traídos pelo desejo: um ensaio sobre a teoria e a prática da política externa brasileira contemporânea.** Contexto Internacional, Rio de Janeiro, v. 22, n. 2, p. 305-335, 2000.

PODESTÁ, B. **Las dos caras de Jano.** Uruguai, Montevideo: CLAEH, 2008. Porto Alegre: Editora da Universidade, 2000.

PRADO, J. **A Grande Semana de Arte Moderna: depoimento e subsídios para a cultura brasileira.** São Paulo: EDART, 1976.

PRADO, P. “Retrato do Brasil”. Em: **Intérpretes do Brasil.** V. II, Rio de Janeiro, Editora Nova Aguilar, 2000.

PUMAR, L. **Por uma ciência universal: a atuação de intelectuais brasileiros no projeto de cooperação intelectual da Liga das Nações (décadas de 1920 a 1940).** Simpósio Nacional de História – Anpuh, São Paulo, 2011.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder e classificação social. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Orgs). **Epistemologias do Sul.** Coimbra: Edições Almedina S.A., 2009.

_____. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina.** CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales: Buenos Aires, 2005.

RAMA, A. **A cidade das letras.** São Paulo, Ed. Brasiliense, 1985.

_____. **Transculturación Narrativa en América Latina.** México, Siglo Veintiuno Editores, 1982.

REVISTA AMERICANA. **Revista Americana: Uma iniciativa pioneira de cooperação intelectual (1909-1919).** Ed. Fac-similar. Brasília: Senado Federal, 2001.

REZENDE, J. **A cooperação intelectual internacional da Sociedade das Nações e o Brasil (1922-1938): dinâmicas de um processo.** Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em História – Universidade de Brasília (UnB), 2013.

RIBEIRO, D. **O Povo Brasileiro: A formação e o sentido de Brasil.** 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

RIBEIRO, E. **Diplomacia cultural: seu papel na política externa brasileira.** Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão; IPRI, 1989.

RICUPERO, B. **O romantismo e a ideia de nação no Brasil (1830-1870).** São Paulo: Martins Fontes, 2004.

RIDENTI, M. Cultura e política: os anos 1960-1970 e a sua herança. In: FERREIRA, J.; DELGADO, L. **O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins de século XX.** Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 4 ed., 2009.

ROMERO, Sílvio. **História da Literatura Brasileira.** Rio de Janeiro: José Olympio, 1888.

RONEN, S.; HU, K.; HIDALGO, C.; PINKER, S.; VESPIGNANI, A.; GONÇALVES, B.

Global language network. MIT Media Lab Macro Connections group; Universidade Aix-Marseille; Northeastern MoBDS; Universidade Harvard. Disponível em: <http://language.media.mit.edu/visualizations/books>. Acesso em 2 de setembro de 2018.

ROSA, S. **A crítica cultural de Ángel Rama: ética e política para interpretar as diferenças na América Latina.** Dissertação de Mestrado. Curso de Pós-Graduação em Literatura da Universidade Federal de Santa Catarina, 2000.

SAID, E. **Cultura e imperialismo.** São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

SANTIAGO, S. "O entre-lugar do discurso latino-americano". In: _____. **Uma literatura nos trópicos: ensaios sobre dependência cultural.** São Paulo: Perspectiva, 1978.

_____. **Destino: globalização. Atalho: nacionalismo. Recurso: cordialidade.** Cuad. CILHA, Mendoza, v. 17, n. 1, p. 13-28, 2016.

_____. **Uma literatura anfíbia. O cosmopolitismo do pobre. Crítica literária e crítica cultural.** Belo Horizonte: Editora UFMG, pp. 64-73, 2008.

SANTOS, B. **Pela mão de Alice - o social e o político na pós-modernidade.** São Paulo, Cortez, 1995.

SAPIRO, G. **L'Europe, centre du marché mondial de la traduction.** In : G. Sapiro (éd.), **L'espace intellectuel en Europe : De la formation des États-nations à la mondialisation.** XIXe-XXIe siècle. Paris: Éditions La Découverte, 2011.

SARAMAGO, J. **Cadernos de Lanzarote.** São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

SCHWARCZ, L. **Complexo de Zé Carioca- Notas sobre uma identidade mestiça e malandra.** Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, Anpocs, 1995, p. 49-63.

SCHWARZ, R. "Nacional por subtração". In: _____. **Que horas são? Ensaios.** São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

_____. "Cultura e política, 1964-1969", in **O pai de família e outros ensaios.** São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

_____. **Leituras em competição.** Novos estud. - CEBRAP, São Paulo , n. 75, p. 61-79, 2006 .

SELASI, T. In: MEDEL, E. **A surpresa da literatura negra.** El País. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2014/11/24/cultura/1416829709_660565.html. Acessado em: 10 de setembro de 2018.

SENNES, R. **As mudanças na política externa brasileira nos anos 1980: uma potência média recém industrializada.** Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2003.

SENNETT, R. **O declínio do homem público: as tiranias da intimidade.** São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

SEVCENKO, N. **Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

SHI-YONG, C. **Let's try harder for Nobel Prize**. Korea Herald, 2015. Disponível em: <https://www.straitstimes.com/asia/east-asia/lets-try-harder-for-nobel-prize-the-korea-herald>. Acesso em: 2 de outubro de 2018.

SILVA, M. **Política externa brasileira e Políticas Culturais: A Diplomacia Cultural nos Governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002)**. 2007. 45 f. Trabalho de Conclusão (Graduação) – Faculdade de História Direito e Serviço Social.

_____. **Teoria Crítica em Relações Internacionais**. Rio de Janeiro: Contexto Internacional, v. 27, n. 2, p. 249-282, 2005.

SKIDMORE, T. **Preto no Branco: Raça e Nacionalidade no Pensamento Brasileiro**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

SMITH, A. **A identidade nacional**. Lisboa: Gradiva, 1997.

_____. **Ethno-symbolism and Nationalism: A Cultural Approach**. London: Routledge, 2009.

_____. O nacionalismo e os historiadores. In: BALAKRISHNAN, G. (Org.). **Um mapa da questão nacional**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

SOUZA, M. O processo político – partidário na Primeira República. In: MOTA, Carlos Guilherme (Org.). **Corpo e Alma: Brasil em Perspectiva**. São Paulo: Difel, 1984. p.162-226.

SWAAN, A. **Words of the world: The Global Language System**. Editora Wiley, 1. ed., 2002.

TANN, K. Imagining communities: a multifunctional approach to identity management in texts. In: MARTIN, J. R.; BEDNAREK, M. **New Discourse on Language – Functional Perspectives on Multimodality, Identity, and Affiliation**. London: Continuum, 2010.

TASSARA, E.; DAMERGIAN, S. **Para um novo humanismo: contribuições da Psicologia Social**. Estud. av. vol.10 n. 28 - São Paulo, 1996.

TOOGE, M. **Traduzindo o Brasil: o país mestiço de Jorge Amado**. 189 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos e Literários em Inglês) – Departamento de Letras Modernas, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

Tropicália. Direção: Marcelo Machado. Produção: Fernando Meirelles. Roteiro: Marcelo Machado, Di Moretti, 2012. CVD (87min).

VELLOSO, M. P. **A literatura como espelho da Nação: a crítica literária no Estado Novo**. Estudos Históricos (Rio de Janeiro), Rio de Janeiro, v. 1, n.2, p. 239-263, 1988.

_____. **Os intelectuais e a política cultural no Estado Novo.** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, 1987.

VELOSO, C. **Verdade tropical.** São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

VENUTI, L. The Formation of Cultural Identities. In: VENUTI, L. **The Scandals of Translation.** London: Routledge, 2002.

VIANNA, O. **Instituições Políticas Brasileiras.** São Paulo: Edusp, 1987.

VIGEVANI, T.; OLIVEIRA, M.; CINTRA, R. Política externa no período FHC: a busca de autonomia pela integração. São Paulo: Tempo sociológico, v. 15, n. 2, p. 31-61, 2003.

VIZENTINI, P. **A primeira guerra mundial e o declínio da Europa.** Rio de Janeiro: Alta Books, 2014.

_____. **De FHC a Lula: uma década de política externa (1995-2005).** Porto Alegre: Civitas, v. 5, n. 2, p. 381-398, 2005.

WALDMAN, T. À "frente" da **Semana de Arte Moderna: a presença de Graça Aranha e Paulo Prado.** Estud. hist. (Rio J.), Rio de Janeiro, v. 23, n. 45, p. 71-94, 2010.

WALLERSTEIN, I. **O Capitalismo histórico.** Trad. Denise Bottmann. São Paulo: Brasiliense, 1985.

_____. **The Modern World System.** New York: Academic Press, 1974.

_____. **The rise and future demise of the world capitalist system: concepts for comparative analysis.** Comparative studies in society and history, vol. 16, nr. 4, Sept. 1974, p. 403-5

WHITMAN, W. **Folhas de Relva.** São Paulo: Iluminuras, 2008.

ZIEMATH, G. **O Brasil no Conselho das Nações Unidas (1945-2011).** Fundação Alexandre Gusmão (FUNAG): Brasília, 2016.

APÊNDICES

APÊNDICE 1 - Lista de premiados (Nobel de Literatura): 1997 – 2017

Ano	Escritor	País de origem	Justificativa
1997	Dario Fo	Itália	<i>"que emula os bobos medievais no questionar da autoridade e no apoio à dignidade dos caídos"</i>
1998	José Saramago	Portugal	<i>"que, com parábolas portadoras de imaginação, compaixão e ironia torna constantemente compreensível uma realidade fugidia"</i>
1999	Günter Grass	Alemanha	<i>"que, com vivas fábulas negras, desenhou o rosto oculto da história"</i>
2000	Gao Xingjian	China	<i>"por uma obra de valor universal, uma lucidez amarga e uma ingenuidade linguística que abriram novos caminhos para o romance e o teatro chineses"</i>
2001	Vidiadhar Naipaul	Reino Unido	<i>"por ter unido narrativa perceptiva e escrutínio incorruptível em obras que nos compelem a ver a presença de histórias suprimidas"</i>
2002	Imre Kertész	Hungria	<i>"pela escrita que apoia a frágil experiência do indivíduo contra a bárbara arbitrariedade da história"</i>
2003	J.M. Coetzee	África do Sul	<i>"que com inumeráveis disfarces retrata o envolvimento surpreendente do forasteiro"</i>
2004	Elfriede Jelinek	Áustria	<i>"pelo seu fluxo musical de vozes e contra-vozes em novelas e peças que com extraordinário zelo linguístico revelam o absurdo dos clichês/clichês da sociedade e o seu poder subjugante"</i>
2005	Harold Pinter	Reino Unido	<i>"que nas suas peças descobre o precipício sob o murmúrio do cotidiano e força a entrada nos quartos escuros da opressão"</i>
2006	Orhan Pamuk	Turquia	<i>"que na busca pela alma melancólica da sua cidade natal descobriu novos símbolos para o choque e interligação de culturas"</i>
2007	Doris Lessing	Reino Unido	<i>"tal epicista da experiência feminina que, com ceticismo, ardor e poder visionário sujeitou uma civilização dividida ao escrutínio"</i>
2008	Jean-Marie Gustave Le Clézio	França; Maurícia	<i>"autor de novas partidas, aventura poética e êxtase sensual, explorador da humanidade além e sob a civilização regente"</i>
2009	Herta Müller	Alemanha; Romênia	<i>"que, com a densidade da sua poesia e franqueza da prosa, retrata o universo dos desapossados"</i>
2010	Mario Vargas Llosa	Peru; Espanha	<i>"por sua cartografia das estruturas de poder e de imagens, e sua mordaz resistência, revolta e derrota do indivíduo"</i>
2011	Tomas Tranströmer	Suécia	<i>"que, pelas suas condensadas e translúcidas imagens, nos dá um novo acesso à realidade"</i>
2012	Mo Yan	China	<i>"que com realismo alucinatório funde contos populares, história e contemporaneidade"</i>
2013	Alice Munro	Canadá	<i>"mestra do conto contemporâneo"</i>
2014	Patrick Modiano	França	<i>"pela arte da memória com a qual ele evocou os destinos humanos mais inatingíveis e descobriu a vida do mundo da ocupação [alemã]"</i> .
2015	Svetlana Alexijevich	Bielorrússia	<i>"pelos seus escritos polifônicos, um monumento ao sofrimento e à coragem em nosso tempo"</i>

(Continua)

2016	Bob Dylan	Estados Unidos	<i>"por ter criado novos modos de expressão poética no quadro da tradição da música americana"</i>
2017	Kazuo Ishiguro	Japão	<i>"que, em romances de grande força emocional, descobriu o abismo sob nosso ilusório senso de conexão com o mundo"</i>

Fonte: Fundação Nobel (1997-2017); elaborado pela autora.

ANEXOS

ANEXO 1 – Países africanos contemplados pela diplomacia cultural brasileira por parte do Ministério das Relações Exteriores, do Ministério da Cultura e do Ministério da Educação no período 2003-2010

País	Total de Ações	Índice (%)	Rank
Guiné-Bissau	62	17	1°
Moçambique	61	17	2°
Angola	35	10	3°
Cabo Verde	32	9	4°
África do Sul	29	8	5°
São Tomé e Príncipe	25	7	6°
Nigéria	20	5	7°
Costa do Marfim	11	3	8°
Senegal	11	3	9°
Gana	10	3	10°
Gabão	9	2	11°
Quênia	9	2	11°
Argélia	8	2	12°
Botsuana	8	2	12°
Camarões	6	2	13°
Marrocos	6	2	13°
República Democrática do Congo	6	2	13°
Benin	5	1	14°
Zâmbia	3	1	15°
Egito	2	1	16°
Líbia	2	1	16°
Namíbia	2	1	16°

Fonte: NOVAIS, 2013, p. 183.

ANEXO 2 - Comparação percentual da diplomacia cultural brasileira por parte do Ministério das Relações Exteriores, Ministério da Cultura e Ministério da Educação na África e no mundo no período 2003-2010

Áreas de atuação	Total de Ações	Índice percentual: África (%)	Índice percentual: mundo (%)
Educação	147	40	16
Língua, Livro, Leitura e Literatura	56	15	23
Espaços Culturais	50	14	9
Acordo Cultural Bilateral	30	8	6
Audiovisual	20	5	7
Artes Plásticas	10	3	3
Música	10	3	6
Bibliotecas	7	2	1
Artes Visuais	4	1	2
Capoeira	4	1	1
Dança	4	1	1
Esporte	4	1	1
Organismos Multilaterais	3	1	3
Teatro	3	1	2
Artes Cênicas	2	1	1
Editoração	2	1	1

(Continua)

Memória 2 1 1

Fonte: NOVAIS, 2013, p. 184.

Anexo 3 - Prioridades da diplomacia cultural brasileira no mundo no período 2003-2010

PRIORIDADES DA DIPLOMACIA CULTURAL BRASILEIRA NO MUNDO ENTRE 2003 E 2010			
CONTINENTE	PAÍS	CIDADE	ÁREA DE ATUAÇÃO
América do Sul	Argentina	Buenos Aires	Língua, Livro e Literatura
Europa	Espanha	Madri	Língua, Livro e Literatura
África	Guiné Bissau/Moçambique	Bissau/Maputo	Educação
América Central e Caribe	El Salvador	São Salvador	Educação
América do Norte	EUA	Miami	Língua, Livro e Literatura
Oriente Médio	Israel	Beirute	Audiovisual/Música
Ásia	Japão	Tóquio	Língua, Livro e Literatura
Oceania	Nova Zelândia	Wellington	Audiovisual

Fonte: NOVAIS, 2013, p. 192.